

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**LUCIENE LIRA DE SOUZA**

**POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES  
MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**RECIFE**

**2018**

LUCIENE LIRA DE SOUZA

**POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES  
MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Análise Institucional

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mariana Batista da Silva

**RECIFE  
2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

S729p Souza, Luciene Lira de.  
Política pública para mulheres através do Programa Mulheres Mil : ações no Instituto Federal de Pernambuco / Luciene Lira de Souza. – 2018.  
123 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana Batista da Silva.  
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Recife, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Ciência política. 2. Política pública. 3. Mulheres – Política governamental. 4. Mulheres – Condições sociais. 5. Mercado de trabalho. I. Silva, Mariana Batista da (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-183)

LUCIENE LIRA DE SOUZA

**POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES  
MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestra Profissional em Políticas Públicas.

Aprovada em: 15/08/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Batista da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque (Examinador externo)  
Universidade Federal de Sergipe

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa concluída. Os desafios são muitos, mas a vontade de realizar sonhos em metas é maior. E durante a trajetória acadêmica muitos colaboraram para que essa caminhada fosse traçada. E por isso sou grata.

À Deus que me permitiu as condições necessárias de saúde e paz para enfrentar o desafio que é o mestrado.

Aos professores que me conduziram pelos caminhos do conhecimento desde a infância.

À dedicação e atenção de minha orientadora, professora Doutora Mariana Batista. Ao Programa do Mestrado em Políticas Públicas pela oportunidade, e aos colegas de turma pela cooperação.

Ao Instituto Federal de Pernambuco que oportunizou a participação no programa diante de sua política de qualificação profissional, e estendo aos colegas do campus Ipojuca que me apoiaram nesse caminhar.

Aos meus pais que sempre me ensinaram a importância da educação. Lição que aprendi desde criança, e que o esforço é recompensado.

E ao meu marido Luís e aos meus filhos Maria Luiza e Luís Carlos, fontes de minha alegria que me impulsionam para enfrentar todas as adversidades, e pela paciência dispensada durante o mestrado em especial nos finais de semana de puro estudo.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar o Programa Mulheres Mil frente à construção do empoderamento feminino de suas beneficiárias. Trata-se de uma abordagem de avaliação de impacto da política pública. Para isso foi construído através do arcabouço teórico conceitos e conhecimentos que subsidiaram as análises dos dados originados pela pesquisa apresentada, a qual identificou a concepção de cinco dimensões para a construção do empoderamento, sendo elas, na esfera econômica, familiar/pessoal, sociocultural, legal/política e psicológica. A metodologia utilizada foi a abordagem multimétodos com a construção de instrumentos de coleta de dados quantitativos e qualitativos. Os instrumentos de coleta foram os questionários com três grupos de amostra – mulheres que concluíram os cursos ofertados pelo programa, mulheres que abandonaram o programa e mulheres que se inscreveram, mas não efetuaram suas matrículas –, e entrevistas com as beneficiárias do programa. Nas análises foram observadas categorias e variáveis que compõem as dimensões de empoderamento. Os resultados foram construídos através da análise da abordagem mista, onde no aspecto quantitativo foi possível mensurar as diferenças ou as similaridades entre os três grupos amostrais para cada uma das cinco dimensões investigadas, e no aspecto qualitativo foi analisada a percepção das beneficiárias sobre as contribuições da política. Diante das análises realizadas, foi possível verificar a relevância do programa em três das cinco dimensões de empoderamento.

**Palavras-chave:** Empoderamento feminino. Mulheres Mil. Política pública de gênero.

## **ABSTRACT**

The present research aims to evaluate the Thousand Women Program in front of the construction of the female empowerment of its beneficiaries. It is an approach to assess the impact of public policy. For this, the concepts and knowledge that supported the analysis of the data originated by the presented research were constructed through the theoretical framework, which identified the five dimensions for the construction of the empowerment, being in the economic, family / personal, socio-cultural, legal sphere political and psychological. The methodology used was the multi-method approach with the construction of quantitative and qualitative data collection instruments. The collection instruments were the questionnaires with three sample groups - women who completed the courses offered by the program, women who left the program and women who registered but did not register - and interviews with the beneficiaries of the program. In the analyzes, categories and variables that compose the dimensions of empowerment were observed. The results were constructed through analysis of the mixed approach, where in the quantitative aspect it was possible to measure the differences or similarities between the three sample groups for each of the five dimensions investigated, and in the qualitative aspect the beneficiaries' perception was analyzed on the contributions of the policy. Given the analyzes, it was possible to verify the relevance of the program in tree of the five dimensions of empowerment.

**Keywords:** Empowerment female. Women Thousand. Gender public policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Proporção da participação nos cargos gerenciais .....	28
Gráfico 2 –	Rendimento médio real do trabalho das pessoas de 16 anos ou mais, ocupadas 2005-2015 .....	30
Figura 1 –	Horas de atividades domésticas e trabalho entre homens e mulheres .....	32
Quadro 1 –	Quadro 1: Localidades de implantação do Projeto Mulheres Mil .....	35
Quadro 2 –	Indicadores de empoderamento .....	44
Quadro 3 –	Categorias de empoderamento .....	45
Quadro 4 –	Dimensões do empoderamento feminino .....	47
Quadro 5 –	Distribuição das questões conforme dimensões analisadas .....	60
Quadro 6 –	Categorias e subcategorias para análise .....	61
Quadro 7 –	Dimensões do empoderamento feminino .....	65
Gráfico 3 –	Estado civil .....	66
Gráfico 4 –	Raça/etnia .....	67
Gráfico 5 –	Número de filhos .....	67
Gráfico 6 –	Se desenvolve atividade que gera renda .....	68
Gráfico 7 –	Tipo de vínculo empregatício .....	68
Gráfico 8 –	Renda familiar .....	69
Gráfico 9 –	Número de pessoas na residência .....	70
Gráfico 10 –	A pessoa que mais contribui para a renda .....	70
Gráfico 11 –	Frequência em que participa da decisão quanto aos gastos da família .....	71
Gráfico 12 –	Escolaridade .....	72
Gráfico 13 –	Frequência em que vai ao cinema .....	73
Gráfico 14 –	Concluiu .....	73

Gráfico 15 –	Não concluiu .....	73
Gráfico 16 –	Sem matrícula .....	74
Gráfico 17 –	Frequência em que acessa as redes sociais .....	74
Gráfico 18 –	Atividades de lazer e cultura .....	75
Gráfico 19 –	Quem realiza as atividades domésticas.....	75
Gráfico 20 –	Frequência em que lê jornal .....	76
Gráfico 21 –	Quantidade de livros lidos no último ano .....	76
Gráfico 22 –	Frequência com que a opinião é respeitada .....	78
Gráfico 23 –	Responsável pela residência .....	78
Gráfico 24 –	Quem decide sobre o método contraceptivo .....	79
Gráfico 25 –	Frequência em que busca informações sobre candidatos a cargos públicos .....	80
Gráfico 26 –	Como define em quem vai votar .....	81
Gráfico 27 –	Se é beneficiária de programa social .....	81
Gráfico 28 –	Frequência em que acessa os serviços de saúde .....	82
Gráfico 29 –	Condições em que acessa serviço de saúde .....	82
Gráfico 30 –	Como acessa as informações .....	83
Gráfico 31 –	Frequência em que dedica tempo para se cuidar .....	84
Gráfico 32 –	Frequência em que investe no seu desenvolvimento pessoal .....	85
Gráfico 33 –	Frequência em que se sente insegura .....	85
Gráfico 34 –	Como reage a injustiças .....	86
Quadro 8 –	Síntese das análises dos dados quantitativos .....	87
Quadro 9 –	Perfil das entrevistadas .....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo – 2017 .....	26
Tabela 2 –	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e total, segundo Unidades da Federação – 2017 .....	27
Tabela 3 –	Rendimento habitual de todos os trabalhos e razão de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade no ano de 2012..	29
Tabela 4 –	Rendimento médio real do trabalho das pessoas de 16 anos ou mais, ocupadas.....	29
Tabela 5 –	Percentual da população economicamente ativa no Brasil .....	30
Tabela 6 –	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo no ano de 2016 .....	31
Tabela 7 –	Índice de igualdade entre homens e mulheres .....	33
Tabela 8 –	Composição da nota no ranking de igualdade de gênero .....	34
Tabela 9 –	Composição da população .....	57
Tabela 10 –	Cenário dos contatos entre a população para a composição da amostra .....	57
Tabela 11 –	Composição da amostra .....	58
Tabela 12 –	Usa método contraceptivo .....	79

## **LISTA DE SIGLAS**

IFPE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco
PMM	Programa Mulheres Mil
FEM	Fórum econômico Mundial
PGMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PBF	Programa Bolsa Família

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1	AMPLIANDO O DEBATE SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
<b>3</b>	<b>COMPREENDENDO O PROBLEMA DA PESQUISA .....</b>	<b>26</b>
3.1	DISTORÇÕES NA RELAÇÃO DE GÊNERO .....	26
3.2	PROGRAMA MULHERES MIL: UMA POSSIBILIDADE PARA A PARIDADE DE GÊNERO .....	34
<b>4</b>	<b>ARCABOUÇO TEÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO .....</b>	<b>40</b>
4.1	DEBATE DE GÊNERO, CONCEITO DE EMPODERAMENTO E SUAS DIMENSÕES .....	40
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS COM RECORTE DO EMPODERAMENTO FEMININO .....	49
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>52</b>
5.1	OBJETIVOS DA PESQUISA .....	52
5.2	DESENHO DA PESQUISA E ABORDAGEM .....	52
5.3	O ESTUDO DE CASO .....	54
5.3.1	Definição da Unidade-caso .....	55
5.3.2	A seleção dos casos .....	56
5.3.3	Instrumentos de coleta de dados .....	58
5.4	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS .....	59
5.4.1	Para a abordagem quantitativa .....	59
5.4.2	Para a abordagem qualitativa .....	60

<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>66</b>
6.1	DADOS E ANÁLISE QUANTITATIVA .....	66
6.1.1	Dimensão econômica .....	68
6.1.2	Dimensão sociocultural .....	72
6.1.3	Dimensão familiar/pessoal .....	77
6.1.4	Dimensão legal/política .....	80
6.1.5	Dimensão Psicológica .....	84
6.2	DADOS E ANÁLISE QUALITATIVA .....	90
6.2.1	Dimensão econômica .....	92
6.2.2	Dimensão sociocultural .....	93
6.2.3	Dimensão familiar/pessoal .....	95
6.2.4	Dimensão legal/política .....	96
6.2.5	Dimensão Psicológica .....	98
6.2.6	Quanto à percepção da contribuição do PMM pelas beneficiárias...	100
<b>7</b>	<b>RECOMENDAÇÕES AO PROGRAMA MULHERES MIL ..</b>	<b>103</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>114</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE C ENTREVISTA – TÓPICO GUIA .....</b>	<b>121</b>
	<b>APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – ENTREVISTA .....</b>	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas executadas no recorte de gênero apresentam elementos fundamentais para a contribuição da inclusão da mulher, de modo a fomentar as equidades nas mais diversas esferas, sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais. Dentro desta perspectiva, está o Programa Mulheres Mil, que consiste em uma ação, a qual o Governo Federal propôs no ano de 2011 como políticas de gênero no enfrentamento as disparidades entre homens e mulheres, estando abarcado pelo Plano Nacional Brasil Sem Miséria no combate às assimetrias, através da educação.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar se com a participação no Programa Mulheres Mil, as mulheres perceberam o aumento no que tange ao empoderamento feminino, após a conclusão dos cursos de qualificação profissional ofertados. Considerando que o Programa Mulheres Mil em uma de suas diretrizes visa “contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres” (BRASIL, 2011, p. 38), ele oferece a possibilidade de construção de debates das relações de poder nas esferas sociais, culturais e econômicas em que a mulher atua, em especial, na interseção com o debate de gênero.

Programa esse, que foi implantado através dos Institutos Federais de todo o Brasil com a perspectiva de oferecer qualificação profissional, compreendendo como público alvo da política, mulheres em situação de vulnerabilidade, das comunidades próximas ao campus e cidades circunvizinhas. De modo a promover a redução das distorções entre homens e mulheres diante das relações de poder.

Contribuindo para o empoderamento das beneficiárias através das atividades estabelecidas na política pública, com foco na elevação da escolaridade e qualificação para o mundo do trabalho. Assim, a pesquisa se propõe em analisar se as ações previstas e implementadas puderam repercutir para atender seu objetivo, de forma que, diante da análise do ponto de vista das beneficiárias possamos identificar se o programa foi efetivo para o empoderamento.

Para tanto, foi definido o estudo de caso na perspectiva de obter o maior número de informações através de entrevistas e questionários, além de melhor delimitar o objeto de pesquisa, diante das beneficiárias do Programa Mulheres Mil - PMM vivenciado no Instituto Federal de Educação Ciência e tecnologia de Pernambuco – IFPE Campus Ipojuca entre os anos de 2012 e 2013.

Assim, a técnica de entrevista em profundidade será reportada às beneficiárias de modo a identificar se as dimensões sinalizadas por Malhotra, Schuler e Boender (2002) serão evidenciadas uma vez que apresentam variáveis pertinentes para o empoderamento. Dimensões que assumem um grau de complexidade inerente ao processo da construção do empoderamento feminino, sendo elas na esfera econômica, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/política e psicológica.

Aliado a entrevista, adotamos a aplicação de questionários entre as beneficiárias do PMM, os quais promoveram a coleta de dados quantitativos, atendendo assim, a natureza da pesquisa proposta que é o tratamento dos dados, diante de multitécnicas, configurando-se segundo Batista e Domingos (2017) uma pesquisa de abordagens qualitativa e quantitativa.

Para o tratamento dos dados serão utilizados multimétodos de análise de modo a contribuir para a compreensão dos fenômenos identificados.

Deslumbrando uma melhor compreensão da pesquisa, seus capítulos foram organizados da seguinte forma: o primeiro capítulo tratara do entendimento do que é política pública, trazendo breve histórico e fundamentação sobre os cinco estágios de políticas públicas, sendo eles, agenda, formulação, adoção, implementação e avaliação. Percebendo que será o estágio da avaliação que subsidiará a análise dos resultados, uma vez que trataremos da avaliação de impacto da política.

No segundo capítulo a abordagem discorrerá sobre a problemática que a pesquisa se debruça, diante da apresentação da disparidade entre homens e mulheres frente às relações de poder, e a apresentação do PMM, como um instrumento de combate a essas distorções.

O terceiro capítulo consiste em uma análise sobre o debate de gênero diante de seus arranjos sociais, apresentando algumas arenas de enfrentamento e tensão, dialogando sobre a construção do conceito de empoderamento e suas dimensões. Além de relacionar algumas políticas públicas que trazem em sua formulação, o fortalecimento da atuação da mulher, na perspectiva de contribuir para o empoderamento, tais como, Programa Bolsa Família e o Programa Milha Casa Minha Vida. Onde a mulher é a responsável pelo benefício obtido e o gerencia na esfera familiar.

O quarto capítulo refere-se à metodologia da pesquisa, apresentando seus objetivos, bem como a abordagem dada à pesquisa e suas técnicas de coleta de dados, além da caracterização do campo de pesquisa e identificação da amostra que foi considerada na pesquisa.

No quinto e último capítulo, são apresentadas as discussões e análise de dados obtidos, evidenciando discursos das beneficiárias e reflexões acerca dos dados quantitativos obtidos.

Por fim, segue a conclusão que discorrerá sobre se houve contribuição do Programa Mulheres Mil na construção do empoderamento de suas beneficiárias.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO

Compreendendo as Políticas Públicas como o “Estado em ação” Jobert e Muller (1989) *apud*. Melo (1999), trataremos dos seus estágios de modo a articular suas características e atores envolvidos. Entretanto, iniciaremos nosso estudo estabelecendo conceitos importantes para esse entendimento, tais como Estado, Público, Política.

Assim, o Estado numa perspectiva weberiana configura-se como aquele que detém o monopólio legítimo da força, Melo (1999); o conceito de público destina-se ao princípio de incluir todos nas ações do Estado; e, a Política é o acordo entre os atores envolvidos diante negociações e tomadas de decisões, conforme interesses estabelecidos. Com o entendimento desses conceitos, iremos iniciar o debate sobre as Políticas Públicas diante de seus estágios.

Podemos classificar em cinco estágios, sendo: agenda, formulação, adoção, implementação e avaliação. Ressaltando que nem sempre as políticas seguem esta ordem entre os estágios, assim, essas etapas não são hierarquizadas. Contudo, para melhor compreensão e estruturação deste estudo, iremos debater cada um desses estágios individualmente.

Para Kingdon (1995) a Agenda refere-se a um conjunto de problemas ou temas os quais passam a serem tratados seriamente, ou seja, há interesse do gestor em desenvolver ações para enfrentá-los.

É importante observar como a Agenda é formada, pois existe a limitação de ações do Estado frente às necessidades da sociedade – agenda social – uma vez que, é impossível desenvolver políticas públicas para todos os anseios da sociedade além dos interesses do governo – agenda institucional – o governo não tem como dar atenção igual a todas elas ao mesmo momento.

Assim, é pertinente estabelecer quais problemas serão considerados seriamente, ou seja, tratadas como prioridade, de modo a ser incluída na agenda. Existem elementos que contribuem para que um tema entre na agenda, sendo eles:

- Economia – se a política a ser desenvolvida é viável economicamente;
- Ideologia – se está ligada aos ideais do governo vigente;
- Ciclos políticos – onde é considerado o momento em que a política vai ocorrer, seja no início, no meio ou no final de mandato do candidato. Pois, dependendo da natureza do problema o qual a política pretende solucionar, esta poderá repercutir positivamente o negativamente diante da população.

Já para Kingdon (1995), para que um tema entre na agenda é preciso ter alinhado os seguintes processos: problemas, soluções e políticas. É o que o autor define como Modelo dos três fluxos, onde detalharemos a seguir:

- Problema: surge de temas verificados a partir de indicadores (sejam em pesquisas, relatórios, etc.), eventos (situações atípicas, como catástrofes naturais, acidentes, ou crime com grande comoção social), ideias (empreendedor político, aquele que defende uma respectiva política);
- Soluções: é a estruturação das políticas públicas, são as propostas para que o problema seja solucionado;
- Políticas: trata do jogo entre os atores políticos, são as barganhas, as trocas de interesses para que um tema entre ou não na agenda.

Quando estes três fluxos se alinham é o que chamamos de “Janela de Oportunidades” Kingdon (2003) *apud.* (CAPELLA 2006), momento adequado para que o tema entre na agenda. Identificado o momento para a entrada do tema na agenda, é necessário então iniciar o processo de formulação das políticas públicas, estágios esse que trataremos em seguida.

Durante a formulação da política pública, é necessário compreender de que forma a elaboração desta política irá ocorrer. Compreendendo os mecanismos de escolhas de modelos a serem utilizados. Seja através do Modelo Racional, Modelo Incremental, Sondagem Mista ou Equilíbrio Pontuado e Modelo Lata de lixo.

Entendendo que, segundo Etzioni (2009) no Modelo Racional estabelece-se uma relação ótima entre custo-benefício, ocorrendo assim, a eficiência na atuação da política pública proposta. No Modelo Racional, o tempo não é considerado para a formulação da política, ou seja, teoricamente, é possível ter todo o tempo necessário para sua elaboração, assim como os custos são ilimitados, dependendo apenas da tomada de decisão por parte do gestor, que tem a visão técnica sobre o problema a qual a política pública busca solucionar. Assim, no Modelo racional ao identificar à problemática, são consideradas as possibilidades de soluções, analisando cada uma conforme o custo que lhe confere e respectivo benefício, a fim de identificar a melhor alternativa que potencialize suas ações enquanto política pública.

Tal modelo tem referência à raiz, pois realiza mudanças profundas na política, estabelecendo objetivos e metas a serem alcançados diante da análise compreensiva apoiado em fundamentos teóricos. E, sua avaliação ocorre justamente na observação de parâmetros que indicaram se as metas foram ou não atingidas.

Contudo, sabemos que é imprescindível considerar o tempo necessário e estabelecer um prazo para a formulação da solução do problema, configurada em política pública, deste modo, o aspecto temporal não é infinito, assim como a impossibilidade de o gestor atuar de forma ininterrupta, direcionando toda a sua atenção e esforços para sua elaboração, consideramos assim, esses, as principais críticas destes modelos tratados por Etzioni (2006). Então, o modelo

racional não se alinha a realidade, além de não explicar a atuação de mais atores nessa construção, em especial para políticas públicas complexas.

Outro formato para a formulação da política pública é o Modelo Incremental, onde é compreendido que o gestor apresenta limitações de capacidade de concentrar-se no problema, ou seja, esse ator não terá habilidades para acompanhar todas as problemáticas que demandam do problema de origem. Assim, irão estabelecer-se mudanças nas margens de políticas maiores já formuladas, são assim chamadas de mudanças incrementais, segundo Lindblom (2009) fazendo referência a ideia de remanescência, ou seja, atuar na periferia da política. Por ser um modelo que realiza pequenas interferências, apenas mudanças incrementais, ele é de difícil indissociação entre os meios e fins. No que tange aos aspectos de avaliação, não existe parâmetros de comparação ou metas estabelecidas a serem cumpridas. Assim, a avaliação se dá através do posicionamento dos atores envolvidos, se, existir concordância entre eles, é o indicativo que a política pública pode estar sendo eficiente. Neste modelo as decisões tendem a ser mais democráticas que no modelo racional.

Contudo existem críticas ao Modelo incremental, na medida em que não são realizadas mudanças fundamentais, o caráter inovador dos atores é comprometido, limitando-os a atuarem em pequenas medidas. Essa postura conservadora que tenta resguardar o gestor em caso de fracasso inibe a possibilidade de realizar políticas que possam possibilitar e trazer melhores resultados. Assim, existe uma tendência dos atores a utilizar esse modelo na perspectiva de acerto e erro, onde em alguns momentos as mudanças ocorrem, sem que ao menos transcorra tempo necessário para que as mudanças incrementais apresentem resultados. E em sua construção considera um número restrito de possibilidades para resolver o problema.

No Modelo de Sondagem Mista, como aborda Etzioni (2006) podemos entendê-lo como um modelo que alia elementos, tanto do modelo racional como do modelo incremental. É um modelo que se aproxima da realidade, adotando uma visão macro e micro diante da análise da gestão da política pública a ser formulada, considerando as mudanças incrementais diante do contexto de análise que podem remeter na repercussão em mudanças bruscas, fundamentais. É percebido que existe a preocupação em considerar opções de mudanças, as quais são ordenadas considerando metas primárias e secundárias. As metas primárias são atribuídas como prioridades, enquanto as secundárias assumem o segundo plano. Sua avaliação ocorre tanto a partir do estabelecimento de metas como da concordância entre os atores envolvidos.

O próximo modelo que trataremos é o Equilíbrio Pontuado, configura-se como um modelo recente e inovador, o que agrega elementos dos modelos, racional, incremental e sondagem mista, além de aspectos da formulação da agenda. Na medida em que busca explicar

porque as mudanças ocorrem, assim como, sua estabilização, tentam explicar os dois movimentos, o de estabilidade e o de quebra estrutural. Neste modelo é considerada que a racionalidade é limitada, pois existe o limite de tempo e de capacidade no processamento de informações. O cálculo entre o custo benefício é realizado apesar de não possuir todas as informações.

O processamento dessas informações pode se dá de duas formas: processamento serial, e processamento paralelo. No processamento serial, o gestor atribuirá qual tema irá atribuir maior atenção, o tema será considerado seriamente, uma vez que só é possível tratar um tema de cada vez. Já no processamento paralelo, existirá um tema que será tratado com maior ênfase, contudo, o gestor acompanhará outros temas que também é necessário dispensar atenção, mas de forma paralela ao tema que está em maior evidência. Esse gerenciamento de temas é realizado através da divisão de trabalhos constituindo assim, os subsistemas de políticas. Um tema pode emergir de um subsistema e surgir na macropolítica. Esse movimento pode ocorrer quando existem mudanças em função de novas informações, apelo emocional ou conforme atuação das arenas. O tema sai de seu estado de equilíbrio sendo tensionado até surgir no cenário da macropolítica. E, ao ser evidenciado na macropolítica, podemos entender como uma ação é compreendida no estágio da agenda. Nesse modelo é percebido o movimento cíclico entre equilíbrio e mudanças bruscas.

O Modelo lata de lixo – *garbage com model*, segundo Roncaratti (2008) é um modelo que toma como referência a irracionalidade na tomada de decisões. Onde são elaboradas soluções para resolução de temáticas, mas que ainda não foram colocadas na agenda. Contudo, existe um acúmulo de possibilidades de políticas públicas a serem desenvolvidas, aguardando apenas a oportunidade para que essas ideias possam emergir do chamado lata de lixo. Trata-se de um modelo onde existem limitações de soluções sendo regida pela tentativa e erro.

Diante do arcabouço teórico sobre a formulação da política pública abordando seus modelos, transcorreremos sobre o estágio seguinte, que é o de Adoção da Política.

O estágio de Adoção da Política é onde os atores políticos podem se confrontar em suas arenas de poder. É o momento em que o jogo de interesses é evidenciado, uma vez que, os atores políticos irão analisar e considerar os que ganham e os que perdem diante da política a ser adotada. E para nortear esse entendimento, é necessário abordarmos teorias políticas contemporâneas tais como, Marxismo, Elitismo e Pluralismo, e como elas se comportam no âmbito das políticas públicas no tocante ao estágio de adoção diante dos grupos de interesse os quais estão inseridos.

Segundo Pio (1998), no Marxismo existe a diferenciação entre as classes burguesa e operária, onde as políticas públicas atenderiam aos interesses da burguesia em detrimento da classe operária, visando à manutenção do poder. Já no Elitismo, não existe apenas dois grupos de interesse, indicando diferenças entre os grupos de massa e a elite, apesar de que, a elite pode também, surgir a princípio da massa, mas conforme vai se articulando e consegue uma melhor mobilização, ela tende a se afastar da massa. Ao tratarmos do pluralismo percebemos que existem várias elites, onde ocorre a sobreposição entre elas. É constituída de vários grupos que se articulam conforme os interesses comuns. Essas três teorias buscam explicar toda a complexidade da política, entretanto, sem sucesso, pois nenhuma explica sua totalidade, contudo, elas serão alicerces para explicar as tipologias das políticas públicas.

Lowi (1966) de uma tipologia entre as teorias políticas, que é a de Shattscheneid, a qual defende que existem apenas interesses pessoais, ou seja, cada indivíduo busca por seus interesses. Essas teorias voltarão a ser citadas na medida em que abordaremos a tipologia de políticas públicas.

Lowi (1966) aborda a três tipos de políticas públicas: as distributivas, as regulatórias e as redistributivas.

A política redistributiva, em muitas situações aplicadas às políticas sociais, como exemplo de políticas de redistribuição de renda, garantia de acesso a serviços como saúde e educação, na qual, através da arrecadação de impostos é possível redirecionar recursos para a parcela da população desprovida de condições financeira que pudessem garantir o seu bem-estar social. As teorias políticas que visa explicá-la são o elitismo e marxismo.

As políticas distributivas atuam sobre o aspecto do clientelismo, ocorrendo de modo pontual e regionalizado. Nessa política, os conflitos são menores, pois todos podem sair ganhando, e o enfrentamento não ocorre. A teoria de Shattschneider é a que melhor explica essa política, na perspectiva de que seu principal objetivo é garantir os interesses particulares.

As políticas regulatórias estabelecem regras de como instituições privadas podem atuar. O Estado define as normas de competições. Existindo grande tensão nessas relações, pois uns ganham enquanto outros perdem. Geralmente está relacionado a aspectos econômicos. E tem no pluralismo, uma possibilidade para sua explicação.

Assim configuram-se as arenas do poder, as quais os atores irão jogar as regras do jogo político na defesa de seus interesses. De modo a garantir a manutenção do poder diante do apoio dos grupos de interesses, sendo assim, as políticas são direcionadas a atender esses grupos. Diante deste contexto, Stigler (2004) trata de aspectos que podem configurar como o “mercado de políticas”, na medida em que o Estado tem o poder de coagir ou beneficiar esses grupos de

interesses. E, o poder de barganha vai efetivamente depender da influência política desses grupos.

Stigler (2004) traz essa abordagem diante das políticas de regulação, o qual teoriza sobre os aspectos positivistas, ou seja, no sentido de descrever a realidade. A atuação do Estado nessas políticas deveria ser neutra, contudo, isso não ocorre. Diante das pressões dos grupos de interesses, o Estado define quem ganha e quem perde. Desde modo, os produtos ofertados pelo Estado serão disputados, entre eles são: subsídio financeiro (quando o governo direciona recurso para garantir a oferta de um determinado produto ou serviço); barreiras à entrada (trata-se do estabelecimento de regulação severa para dificultar o acesso de outras empresas num determinado ramo do mercado); controle de bens (atenção com a regulação de produtos agregados, os quais podem influenciar os custos do produto); e, fixação de preços (quando ocorre a definição de preços pelo governo).

Contudo, existe um custo eminente para os grupos de interesses que buscam se beneficiar da política de regulação, que é a manutenção do ator político no poder, seja através do voto, seja através do financiamento de campanha. Para Stigler (2004) os políticos agem com o foco na manutenção do poder, e para isso é fundamental o apoio dos grupos de interesse.

Além da adoção pelos grupos de interesse, também é importante analisarmos como se dá a adoção pelas instituições políticas.

Entendendo que o Brasil é um Estado Federativo, os quais seus entes estão nas esferas federal, estadual e municipal, existe uma separação entre os poderes executivos e legislativos nas três dimensões, e, estes poderes atuam de modo a preservar suas saliências políticas. Esses interesses, repercutem na aprovação de processos para implementação de políticas públicas, uma vez que, os atores políticos estabelecem demandas e assim o poder de barganha para a aprovação ou não dessas políticas.

Segundo Arretche (2004), existe a distribuição vertical do poder, visando sua descentralização na perspectiva de dividir as demandas de trabalho entre os entes federativos, onde cada nível, seja federal, estadual ou municipal sejam demandas/ações as quais estão sobre suas competências, descentralizando assim, o poder.

O sistema descentralizado torna o processo mais próximo da população, a qual a política irá assistir, tornando o processo mais democrático, na medida em que o gestor local poderá atuar efetivamente em problemáticas locais, de modo a atender aos anseios sociais, seja na esfera federal, estadual ou municipal, neste sistema é garantida a autonomia deste ente federado. Com o sistema descentralizado, o controle social é ampliado, bem como a possibilidade de resultados eficazes diante das especificidades de cada localidade.

E segundo Putman (2006), as especificidades de cada localidade podem trazer resultados diferentes num mesmo país, pois, nas microrregiões os aspectos sociais irão demandar e a forma como essas sociedades estão organizadas irão refletir resultados positivos ou negativos de políticas públicas constituídas de forma descentralizada. Putman (2006), em seus estudos de análise do cenário italiano percebeu esse fenômeno claramente, na medida em que, a descentralização de políticas no sul foi negativa e no norte da Itália foi positiva. O fator preponderante para esses resultados foi o Capital social, o qual é a forma com que as pessoas se organizam em grupos para atuações coletivas na resolução de problemas.

Contudo, existem demandas que o governo entende como sendo da esfera federal, e esses não tratados de forma centralizada, na medida em que estabelecem normas, leis, limitação orçamentária seja através de ementas constitucionais ou medidas provisórias. Neste momento que a atuação política entre o executivo e o legislativo se acirra, de modo a estabelecer quais as políticas serão implementadas, e para que isso ocorra, é necessário que haja adoção também pelas instituições políticas.

O estágio seguinte a ser analisado é o de implementação da política pública, a partir de estudos estabelecidos por Winter (2011) o qual analisa essa etapa, com destaque a pesquisas de implementação de políticas públicas no modelo de cima para baixo e de baixo para cima, os quais visavam estruturar modelos teóricos a serem analisados de forma empírica.

Assim, o modelo de cima para baixo apresenta um maior controle de tomada de decisão de forma centralizada nos níveis mais altos de institucionalização. E, que em muitos casos esse modelo restringe o comportamento diante da política frente a condições socioeconômicas. Em sua maioria, a forma de implementação ocorre através de leis e ementas constitucionais. As diretrizes são constituídas na esfera macro e encaminha para a implementação seguindo a hierarquia dos entes federativos, ou seja, são emitidas pelo governo federal e atinge aos estados e municípios de modo inflexível, independentemente de suas reais necessidades.

No modelo de baixo para cima, a implementação ocorre no nível operacional local, ou seja, está no nível mais baixo de hierarquia. Neste modelo existe o controle social mais efetivo, e aborda a sociedade de forma mais efetiva e próxima. O gestor local assume importante atuação, na medida em que, antes mesmo da implementação, essa ação foi elencada diante da mobilização da agenda local.

Tanto na perspectiva de implementação do modelo de cima para baixo como de baixo para cima, um ator importante a ser considerado nesse processo é o “burocrata de nível de rua”, termo utilizado por Lipsky (1980) *apud* Winter (2011) para descrever o agente público que está na etapa que estabelece relação direta com a sociedade. Pois, esse ator irá efetivar a

implementação da política pública, e sua postura pode contribuir para o sucesso ou fracasso da política.

O quinto estágio da Política Pública é a Avaliação, que segundo Roncaratti (2008), ocorre diante da análise de informações sobre a política, no tocante à suas características, processos e impactos em relação a seus objetivos e metas estabelecidos, contribuindo assim, para o aperfeiçoamento do programa. Podendo ocorrer diante da efetividade, eficácia e eficiência.

Podemos classificar a avaliação de políticas públicas quanto:

- À temporalidade: sendo avaliação *ex-ante* (ocorre antes da implementação da política, onde é necessário prevê as repercussões desse programa contribuindo para decidir se é adequado ou não); e, avaliação *ex-post* (ocorre após a implementação do programa, onde avaliam diante do público alvo, quais foram os impactos).
- Ao objetivo: avaliação de processo (onde são analisados aspectos quanto a implementação, quais recursos são necessários, pontos positivos e negativos na aplicação da política); avaliação de resultados (analisa se as metas foram atingidas e em que grau); e, avaliação de impacto (analisa as consequências promovidas ao público alvo, ou seja, quais os impactos relacionados à efetividade que podem ser a médios ou longos prazos).
- À execução: avaliação interna (cumprida por atores internos as instituições as quais são implementadas); e, avaliação externa (desenvolvida por agentes externos as instituições promotoras da política pública).

Diante do exposto, analisamos os cinco estágios da política pública, no entanto, a proposta dessa pesquisa refere-se ao quinto estágio, que consiste na avaliação do Programa Mulheres Mil no recorte do campus Ipojuca no tocante à contribuição para o empoderamento das mulheres as quais participaram do programa, o arcabouço teórico construído, contribuirá para a realização e atendimento do objetivo central desta pesquisa.

## 2.1 AMPLIANDO O DEBATE SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Buscando dialogar com aspectos da avaliação em políticas públicas no tocante a importância de avaliação quanto à efetividade, perpassando pela temporalidade no contexto *ex-post*, avaliaremos os impactos diante da avaliação externa.

Compreendendo que na avaliação externa existem aspectos que valorizam as técnicas e métodos de avaliação, onde o avaliador não necessariamente tem domínio do campo de atuação que a política pública busca abranger. Segundo Choen e Franco (2013), esse é um aspecto negativo desse tipo de avaliação. Contudo, os autores também se reportam a aspectos positivos, como a imparcialidade diante da avaliação e a possibilidade de comparação entre outros achados em pesquisas anteriores, além do domínio da técnica.

É pertinente evidenciar que as avaliações *ex-post* realizadas, poderão constituir como um importante instrumento de tomada de decisões quanto à continuidade, alteração ou suspensão da política pública analisada (Choen e Franco, 2013).

Na abordagem *ex-post* para a avaliação de impacto, existe uma “sequência lógica” (MUSTO, 1975 *apud* DRAIBE, 2001) a qual são traçadas algumas etapas, conforme descritas a seguir: existe a necessidade da identificação precisa dos objetivos do projeto os quais são descritos em atividades; os objetivos podem ser transformados em dimensões, indicadores na perspectiva de mensuração do alcance e resultados do projeto; identificar o que será avaliado e mensurar um valor monetário, quando possível comparando assim, sua eficiência em relação a outros programas ou políticas públicas; Comparar e avaliar os objetivos principais e secundários, analisando os efeitos esperados e não esperados (Draibe 2001).

A pesquisa será conduzida na perspectiva da avaliação de impacto da política pública analisada, a qual se preocupa com os resultados obtidos após a realização da política, sendo eles, esperados ou não, ou seja, vai além do projeto, através dessa avaliação é possível assim, realizar tomadas de decisões quanto ao futuro da política pública. Determinando “... as mudanças que a política produziu na população beneficiada...” CHOEN e FRANCO, 2013, p 214.

E, para tanto, serão considerados estudos no tocante ao Modelo Lógico, o qual estabelece metodologia para a avaliação da política diante dos insumos, atividades, produtos, resultados e resultados finais. Entendendo como resultados finais, os impactos promovidos pela política ao grupo de beneficiários, gerando uma relação de causalidade, como afirma (BATISTA e DOMINGOS, 2017, p. 3) “A avaliação de impacto... preocupa-se com a identificação da relação causal entre o programa e o resultado da população”.

Nesse sentido, a avaliação de impacto configura-se como uma avaliação desafiadora para o pesquisador, pois envolve níveis de complexidade diante da necessidade de isolar os fenômenos decorrentes da política em relação a fatores externos que poderiam influenciar os resultados da população beneficiada (BATISTA e DOMINGOS, 2017).

Os resultados mencionados na avaliação de impacto são aqueles, que “referem-se às alterações ou mudanças efetivas na realidade”. (DRAIBE, 2001, p. 21) gerando uma inferência no indivíduo.

As abordagens para avaliação de impactos são compreendidas entre: modelo experimental clássico; modelos quase experimentais; e modelos não experimentais. Contudo, os autores abordam o debate entre causalidade, validade e confiabilidade, como elementos necessários para a análise nos modelos mencionados. (CHOEN e FRANCO, 2013; DRAIBE, 2001)

Draibe (2001) traz ainda, a discussão sobre os possíveis vieses que os formatos para avaliação de impacto podem resultar, pois é necessário controlar as variáveis que podem afetar tanto o grupo de controle como o grupo de participantes no caso da abordagem experimental, assim como, quase experimental. Trata-se de uma tarefa complexa, mas que com a análise multivariada, é possível minimizar os vieses da pesquisa.

Segundo Batista (2017), na avaliação de impacto, é importante também considerar o modelo, combinando aspectos quantitativos e qualitativos, uma vez que, além de identificar o impacto do programa, é relevante também explicá-lo. Diante das duas abordagens, é possível identificar o efeito e a causa dos aspectos promovidos pela política. Assim, esta pesquisa tratará da análise da política nas abordagens qualitativas e quantitativa.

### 3 COMPREENDENDO O PROBLEMA DA PESQUISA

Para melhor compreensão dos aspectos que norteiam esta pesquisa, vamos dividir esse capítulo em dois subtópicos, sendo: Distorções na relação de gênero, e; Programa mulheres Mil: uma possibilidade para a paridade de gênero.

#### 3.1 DISTORÇÕES NA RELAÇÃO DE GÊNERO

Aspectos culturais reproduzidos pela sociedade patriarcal a qual vivenciamos, difundem desde a infância no seio familiar a “incompetência” da mulher na área técnica, especificamente no que se refere ao domínio de conhecimentos e competências industriais e de equipamentos. Dados do IBGE 2017 evidenciam que o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, apresenta disparidades elevadas entre homens e mulheres, enquanto os homens destinam 11,1 horas/semanais, a mulheres dedicam 20,9 horas/semanais a essas atividades.

Segundo Hirata (2015), tal contexto pode contribuir para que o número de mulheres que buscam a qualificação em áreas voltadas para dominância no âmbito dos homens, seja baixo. Nesse sentido, Hirata e Kergoart (2007, p. 599) tratam dessa abordagem quando expõe que “... características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado...”. Exemplo, nesses espaços de poder estão os cargos do executivo, os quais contribuem para esse retrato de disparidade no cenário nacional, conforme apresentado na tabela 1

Tabela 1 - Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo - 2017

<b>Cargo</b>	Total de vagas	Total de mulheres	Proporção de mulheres (%)
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>2</b>	<b>7,1</b>
Ministério	22	1	4,5
Status ministerial	6	1	16,7

Fonte: Planalto. Presidência da República.

Assim como no corpo ministerial, o número de mulheres na câmara e senado federal de deputados também apresenta discrepância entre o número de homens e mulheres conforme



Mato Grosso do Sul	8	1	12,5	3	1	33,3	11	2	18,2
Mato Grosso	8	0	0,0	3	0	0,0	11	0	0,0
Goiás	17	2	11,8	3	1	33,3	20	3	15,0
Distrito Federal	8	1	12,5	3	0	0,0	11	1	9,1

Fonte: Congresso Nacional. Parlamentares em exercício. Disponível em

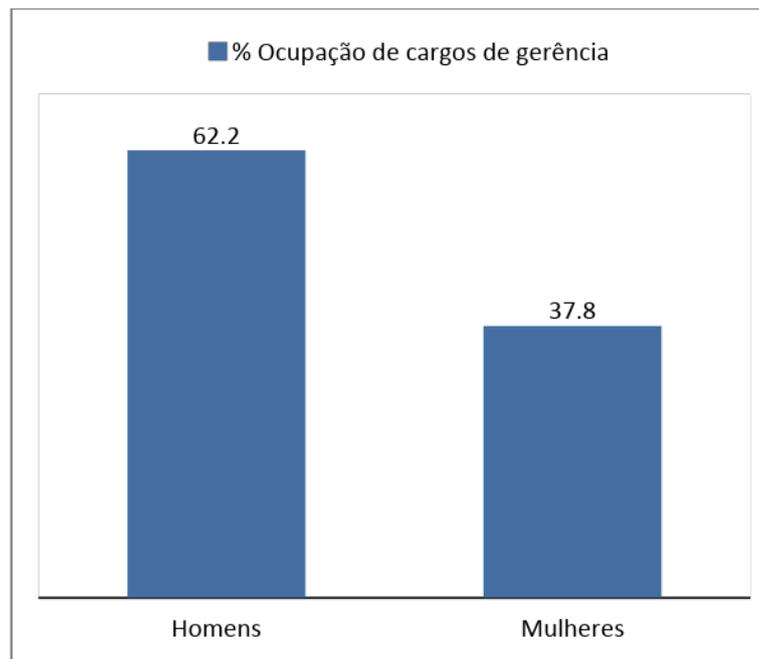
<http://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>. Acesso em 20/12/2017

Realidade que assume um importante recorte no debate de gênero, em especial no aspecto da construção do empoderamento de mulheres, as quais sofrem com os obstáculos construídos diante das baixas representações políticas, sociais, econômicas e culturais, principalmente no mundo do trabalho. Uma vez que as oportunidades não se apresentam de forma equânime.

Segundo o IBGE (2016), o grupo de pessoas com maior escolaridade a desigualdade do rendimento-hora entre mulheres e homens foi de 68,5%, em 2015. Além da renda, as disparidades também são evidenciadas na jornada de trabalho e ocupação de cargos de chefia.

Quanto à ocupação de cargos de gerência ou direção em 2016 (IBGE, 2017), as mulheres ocupavam 37,8% dos cargos. Gráfico 1:

Gráfico 1- Proporção da participação nos cargos gerenciais



Fonte: elaboração própria a partir de dados IBGE 2017.

Além da menor proporção na ocupação desses cargos, a desigualdade é ainda mais elevada, pois as mulheres ocupantes de cargo de direção em 2016 recebem em média 68,0% do rendimento médio dos homens no mesmo cargo (IBGE 2017). Contudo, a diferença salarial não é apresentada apenas em cargos de gerência, a média de rendimento salarial entre homens e mulheres também retrata essa disparidade conforme o recorte de rendimento habitual de todos os trabalhos e razão de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, no ano de 2012 (IBGE 2017), tabela 3.

Tabela 3- Rendimento habitual de todos os trabalhos e razão de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade no ano de 2012

Grandes Regiões	Rendimento habitual de todos os trabalhos		
	Homens	Mulheres	Razão
	Média (R\$)	Média (R\$)	(%)
<b>Brasil</b>	2. 245,00	1. 654,00	73,7
<b>Norte</b>	1. 774,00	1. 508,00	85,0
<b>Nordeste</b>	1, 429,00	1. 209,00	84,6
<b>Sudeste</b>	2. 606,00	1. 807,00	69,3
<b>Sul</b>	2. 532,00	1. 760,00	69,5
<b>Centro-Oeste</b>	2. 627,00	1.934,00	73,6

Fonte: IBGE 2017

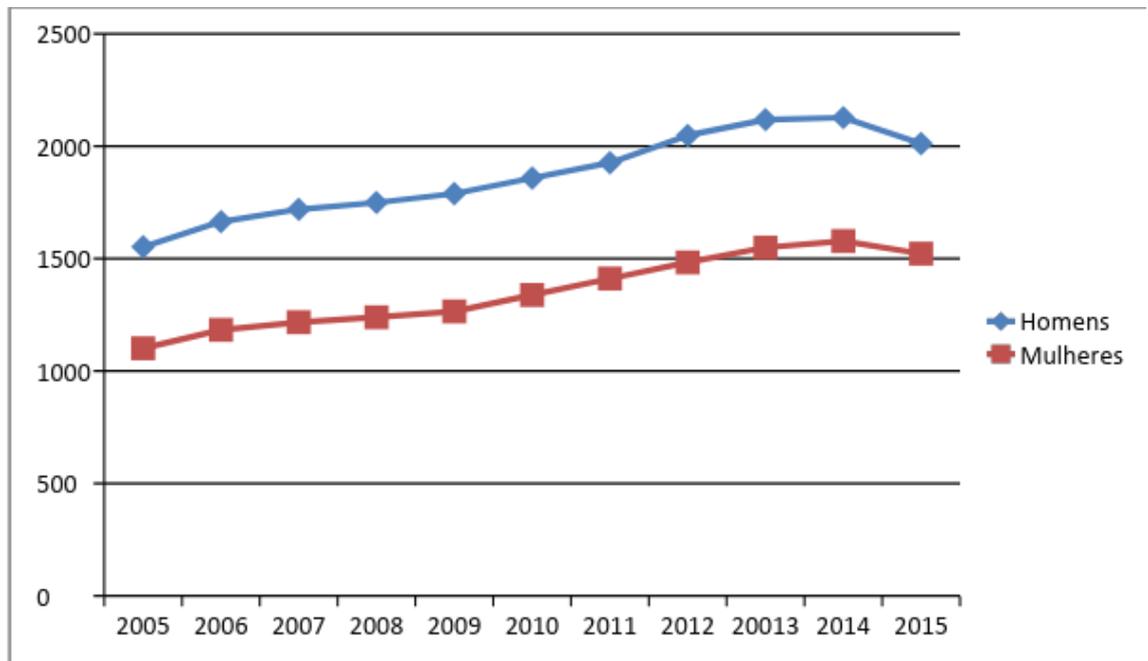
Na tabela 04 é apresentada uma série histórica do rendimento entre homens e mulheres no recorte de 2005 a 2015.

Tabela 4 - Rendimento médio real do trabalho das pessoas de 16 anos ou mais, ocupadas 2005-2015.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Homens	1552	1664	1719	1749	1789	1858	1926	2048	2118	2127	2012
Mulheres	1101	1183	1217	1239	1265	1338	1411	1483	1549	1578	1522

Fonte: IBGE 2017

Gráfico 2 - Rendimento médio real do trabalho das pessoas de 16 anos ou mais, ocupadas 2005-2015.



Fonte: IBGE 2017

Esse reflexo se traduz em mais um hiato na questão de gênero que é a parcela da população economicamente ativa no Brasil, em que os dados evidenciam a disparidade entre homens e mulheres conforme a tabela 5.

Tabela 5 - Percentual da população economicamente ativa no Brasil

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Homem</b>	35,15	35,29	35,2	35,3	35,57	35,17	35,02	34,99	34,86	34,04
<b>Mulher</b>	25,31	26,02	26,19	26,72	27,32	27,25	27,01	26,99	27,24	25,97

Fonte: IBGE 2017

Outro indicador relevante é o número de horas as quais as mulheres realizam as atividades domésticas. Nas quais elas dedicam 18,1 horas em média para os cuidados domésticos, enquanto os homens dedicam 10,5 horas. A maior distorção é apresentada nos estados da região nordeste com 19 horas semanais destinadas a essas demandas, ou seja, 80% a mais que os homens. Tabela 6.

Tabela 6 - Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência, por sexo no ano de 2016.

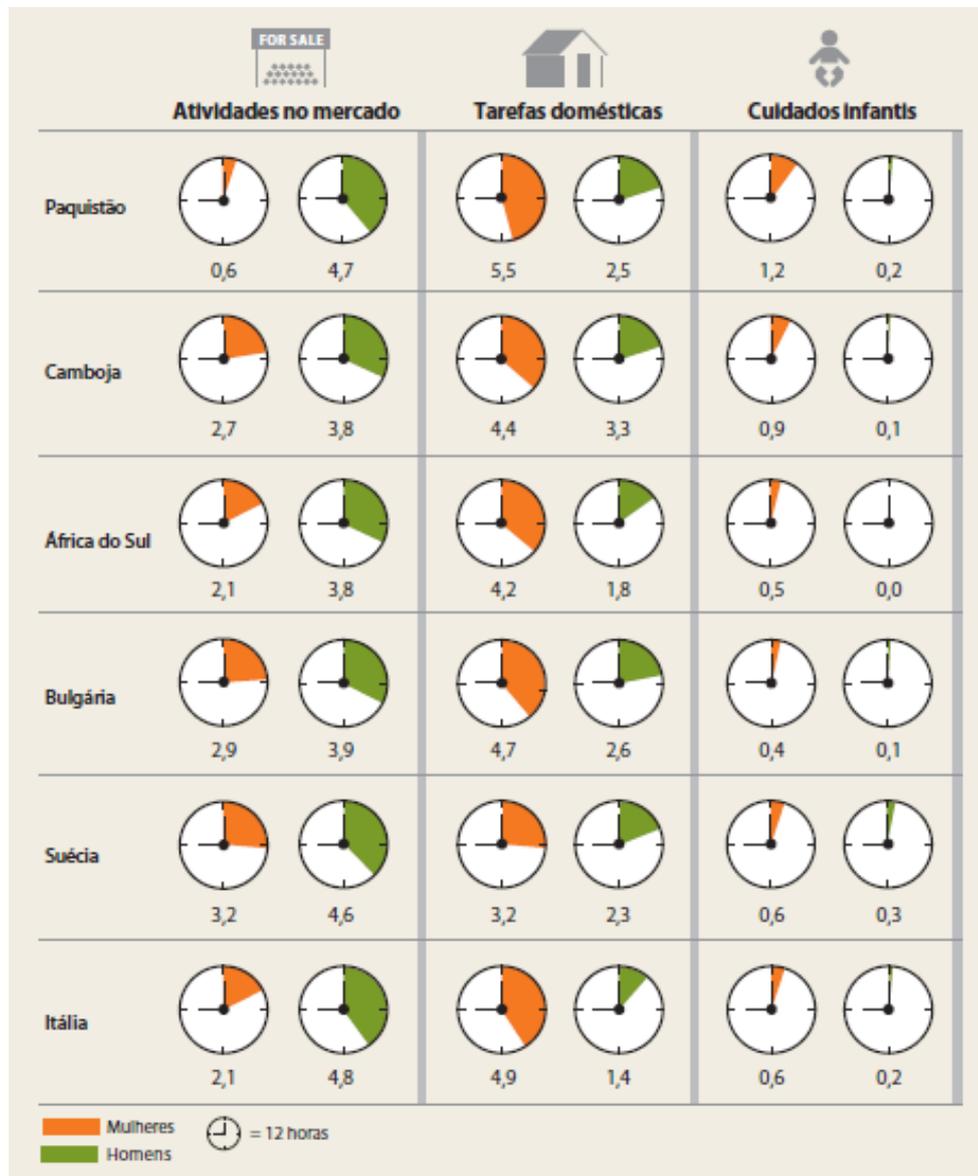
Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos			
	Total	Homens	Mulheres
	Média	Média	Média
<b>Brasil</b>	<b>14,1</b>	<b>10,5</b>	<b>18,1</b>
Norte	13,2	10,2	17,2
Nordeste	14,6	10,5	19,0
Sudeste	14,4	10,7	18,4
Sul	13,6	10,3	17,3
Centro-Oeste	12,9	9,6	16,7

Fonte: IBGE 2017

Os números revelam o cenário da desigualdade de gênero no Brasil, alguns dados foram apresentados em comparação as cinco regiões brasileiras, norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.

Em paralelo, podemos observar que a atuação das mulheres nas tarefas domésticas repercute em vários países do mundo, na medida em que o Banco Mundial (2012) expõe esses dados em seu relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012, o qual traz a ênfase da igualdade de gênero e desenvolvimento, conforme figura 1

Figura 1 - Horas de atividades domésticas e trabalho entre homens e mulheres.



Fonte: Banco Mundial, 2012, p. 19.

No cenário mundial, os números dessa desigualdade, apresentados no Relatório da desigualdade entre homens e mulheres do Fórum Econômico mundial torna-o ainda mais preocupantes, pois no ano de 2017, o Brasil caiu 11 colocações no ranking de igualdade entre homens e mulheres no mundo. Em 2017, o Brasil ocupou o 90º lugar, enquanto em 2016, estava 79º posição, e em 2015, ocupava a 85ª posição (Fórum Econômico Mundial 2017).

Os dez países com maior índice de igualdade entre homens e mulheres são os demonstrados na tabela 7.

Tabela 7 - Índice de igualdade entre homens e mulheres

País	Colocação	Nota em 2017
Islândia	1º	0.878
Noruega	2º	0.830
Finlândia	3º	0.823
Ruanda	4º	0.822
Suécia	5º	0.816
Nicarágua	6º	0.814
Eslovênia	7º	0.805
Irlanda	8º	0.794
Nova Zelândia	9º	0.791
Filipinas	10º	0.790
<b>BRASIL</b>	<b>90º</b>	<b>0.684</b>

Fonte: Fórum econômico mundial 2017

Na América do Sul, o Brasil fica a frente apenas do Paraguai, e na América Latina, ocupa da 22ª posição entre 24 países. A nota do ranking pode variar na escala de 0 a 1.000 para estabelecer o ranking de igualdade entre gênero, são considerados os seguintes fatores: a participação econômica e oportunidades; atenção educacional; saúde e atendimento, e, empoderamento político.

O fator que mais contribuiu para a queda de posições do Brasil foi o empoderamento político, o qual verifica a proporção de mulheres ocupantes de cadeiras no senado e câmara, além dos ministérios. O Brasil saiu da 86ª posição para a 110ª colocação nesse fator. Com o cenário já descrito neste capítulo, com duas ministras de 28 ministérios, 51 deputadas de 513 cadeiras e 13 senadoras de um total de 81 (WEF 2017).

Contrapondo o baixo índice do empoderamento econômico, estão os indicadores da saúde e educação, os quais são elevados, ao ponto da educação está em 1º lugar (dividido com mais 26 países). A tabela 8 expõe os dados que compõem o ranking em relação ao Brasil nos anos de 2016 e 2017 (WEF 2017).

Tabela 8 - Composição da nota no ranking de igualdade de gênero

Ano	Nota global	Participação econômica e oportunidades	Atenção educacional	Saúde e atendimento	Empoderamento político
2016	0.687	0.640	0.998	0.980	0.132
2017	0.684	0.655	1.000	0.980	0.101

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Fórum Econômico Mundial 2017.

Diante do exposto, podemos identificar a necessidade de ampliar as políticas públicas voltadas para o debate de gênero, na perspectiva de contribuir para a redução da disparidade entre homens e mulheres. E, que além da promoção a educação e saúde é preciso elevar os indicadores na área da política e oportunidades econômicas. Em consonância a esses aspectos está, a concepção do Programa Mulheres Mil políticas públicas para ascensão da mulher do mundo do trabalho através da profissionalização, elevação da escolaridade e construção do seu empoderamento.

### 3.2 PROGRAMA MULHERES MIL: UMA POSSIBILIDADE PARA A PARIDADE DE GÊNERO

A fim de contribuir para reverter o histórico de repressão e distorções relações de gênero, o Programa Mulheres Mil assume papel de suma importância na oferta de cursos de qualificação profissional, levando as estudantes à condição de protagonista, promovendo no espaço acadêmico o debate que perpassa pela constituição da identidade de gênero aliado à elevação da escolaridade na perspectiva emancipatória na construção de seu empoderamento.

O Programa Mulheres Mil surgiu em 2007, em parceria com o governo do Canadá e o governo brasileiro, diante das experiências exitosas executadas pela Associação do Colleges Comunitários do Canadá, através da Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional. Assim, o projeto foi implantado no Brasil através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC realizado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com três eixos, educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, atuando em algumas localidades brasileiras que apresentavam em baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), conforme quadro 1. (MEC, 2017)

Quadro 1 - Localidades de implantação do Projeto Mulheres Mil

Região	Unidade Federativa
Norte	Amazonas
	Roraima
	Tocantins
Nordeste	Alagoas
	Bahia
	Ceará
	Maranhão
	Rio Grande do Norte
	Sergipe
	Paraíba
	Pernambuco
Piauí	

Fonte: Ministério da Educação (2018)

Com a perspectiva de atuar junto às mulheres em situação de vulnerabilidade social, o projeto foi implantado, mas, com o passar do tempo percebeu-se a necessidade de uma metodologia própria diante das especificidades do povo brasileiro, assim, o sistema metodológico inicialmente implantado teve que ser ampliado:

[...] prevendo a sistematização de um plano educacional que possibilita a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, integrados ao Ensino Fundamental e/ou ao Médio. O impacto esperado e alcançado foi o de que a formação contribuísse para que essas populações desenvolvessem sua autonomia e exercessem, de forma plena, sua cidadania. (BRASIL, 2013, p.4)

Os resultados verificados nas turmas piloto, através de estudos de acompanhamento do desenvolvimento junto às mulheres participantes do curso, tiveram grande significância, como afirma o Ministério da Educação (2013, p.4), quando indica que:

[...] narrativas orais das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substantiva na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história. Há casos em que os filhos voltaram a estudar porque querem seguir o exemplo da mãe; outras garantem a renda familiar com a própria produção etc. Os primeiros resultados de sucesso já apontavam para o

caminho da institucionalização da experiência como política pública inovadora, na qual a educação e a formação profissional e tecnológica se consolidam como instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável de comunidades.

Assim, constatou-se a pertinência em ampliar o projeto, transformando-o em Programa, em que este, atua diretamente relacionado às ações de Políticas Públicas para a mulher. Na perspectiva de contribuir para a profissionalização da mulher, e de forma expressiva para a construção da autonomia feminina e empoderamento de seu papel na sociedade.

Diante da inserção do Programa Mulheres Mil no Plano Nacional, Brasil sem Miséria, promovido pelo governo federal através da portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, as ações foram sendo ampliadas a todo território Nacional através de sua implantação pelos Institutos Federais (IF's), com a meta de atender 100 mil mulheres até 2014, em que o público alvo são mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade residentes em locais de baixo IDH. (MEC, 2013)

Programa Mulheres Mil se estruturou com metodologia própria, nos pilares do Sistema Acesso, Permanência e Êxito, os quais percorriam por todo itinerário formativo, a fim de garantir a beneficiária, a qualificação profissional, aliada a construção da cidadania, diante da educação e desenvolvimento sustentável.

É durante o Acesso que o programa se destina a atuar junto à comunidade, de modo a identificar as mulheres no perfil indicado pela política pública para ingressar nela. Assim, a instituição ofertante se aproxima da realidade a qual se propõe a atuar, de modo a mapear as expectativas da comunidade a ser beneficiada. No módulo, Permanência e Êxito, são traçadas estratégias para a manutenção das estudantes no programa, de modo a integrá-las no processo, no papel de protagonista de sua aprendizagem e articulado uma rede de serviços para que as estudantes concluam sua formação profissional de forma exitosa, pautada na sua emancipação através da educação (MEC, 2011).

Em seu documento orientado, apresenta na sua base legal a descrição dos impactos a serem alcançados por essa política, sendo eles, segundo MEC (2011):

- Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país.
- Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
- Reduzir os índices de violência doméstica.
- Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.
- Melhorar as relações familiares e comunitárias.

Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.  
 Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos.  
 Contribuir para a redução do analfabetismo.  
 Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional.  
 Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida.  
 (MEC, 2013)

Os impactos traçados estão alinhados a construção do empoderamento feminino na perspectiva de contribuir para a redução da disparidade entre gêneros.

O programa Mulheres Mil tem um importante recorte nas questões de gênero, pois possibilita o diálogo e debate destas questões dentro do contexto educacional, transcendendo os limites da unidade de ensino, visto que os conhecimentos lá construídos são aplicados no cotidiano dessas mulheres, que por sua vez, permeiam as relações familiares e comunitárias, além do mais o Ministério da Educação (2013, p.08) assegura que:

Programa pretende ampliar o atendimento, garantindo o direito à educação, oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente. Assim, contribuirá para reduzir os índices de miséria e pobreza, para elevar os níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País, com mais equidade e justiça social.

Dentro deste contexto, o Programa Mulheres Mil fez parte do Plano Nacional de Combate a Pobreza Extrema, diante do Programa Brasil Sem Miséria, do governo Federal com as principais diretrizes:

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III – Promover a inclusão social;
- IV – Defender a igualdade de gênero;
- V – Combater a violência contra a mulher; (BRASIL, 2011 p. 38)

O alcance aos objetivos traçados pela política perpassa pelo acesso à qualificação profissional e elevação da escolaridade. Em que, durante seu itinerário formativo, terá a vivência de temáticas de valorização e atuação da mulher na sociedade.

Integra também, o III Plano Nacional de Políticas para Mulheres do Governo Federal, política pública esta que assume importante papel na mobilização de mulheres que visam à qualificação e conseqüente melhoria na qualidade de vida.

E, na busca de minimizar essas distorções, o Programa Mulheres Mil foi instituído como política pública no combate às assimetrias das relações de gênero, cujas instituições responsáveis pela implementação foram os Institutos Federais em todo território nacional.

Um dos objetivos dos Institutos Federais é a busca para reduzir as desigualdades sociais, que de acordo com Pacheco (2011), faz-se necessário a abordagem do debate de gênero na perspectiva da democratização do acesso à qualificação profissional através dos cursos ofertados.

A formação profissional promovida pelos Institutos Federais, diante de seus cursos, além da qualificação profissional visa à construção de ações para a democratização do acesso a educação e mundo do trabalho, contribuem para a redução das distorções sociais, e nesse âmbito se encontram as relações de gênero, pressuposto inerente aos objetivos e concepção do Programa Mulheres Mil. Assim, compreendemos os Institutos Federais – IF's, como política pública no campo da educação e trabalho, visto que as ações dos IF's, "... pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem... que esses institutos afirmam a educação profissional e tecnológica como política pública" (PACHECO, 2011, p.18).

Em Pernambuco não foi diferente, no ano de 2013, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) já apresentava o Programa nos *campi* de Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão, totalizando nove *campi*, apenas a EAD não atuava com o Programa.

Neste contexto, o IFPE campus Ipojuca, ofertou cursos de qualificação exclusivos para mulheres após adesão ao Programa Mulheres Mil. Com metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, acolheu mulheres da região de Ipojuca, que além da qualificação profissional, o programa se propõe a contribuir para a construção do empoderamento dessas mulheres.

Durante a execução do projeto piloto no contexto nacional entre 2008 e 2010, tiveram 348 matrículas, já nos anos de 2011 a 2013, como Programa, o Mulheres mil, realizou 38,4 mil matrículas, e com a fusão com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e Emprego-PRONATEC, o Programa Mulheres Mil atingiu mais de 61,8 mil ofertas. Totalizando mais de 100 mil matrículas, BRASIL (2017).

Diante do exposto, o Programa Mulheres Mil como política pública assume importante papel diante das mulheres em condições de vulnerabilidade, buscando promover ações de inclusão social e elevação da autoestima através de educação.

Diante do exposto, o Programa Mulheres Mil como política pública assume importante papel diante das mulheres em condições de vulnerabilidade, buscando promover ações de inclusão social e elevação da autoestima através de educação. Onde são abordados os debates de gênero, colocando a mulher no protagonismo de seu desenvolvimento pessoal e social frente à participação dos cursos de qualificação profissional e o incentivo a elevação da escolaridade.

## 4 ARCABOUÇO TEÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO

Para melhor compreensão e estruturação desse capítulo, foram articulados diálogos entre o debate de gênero, suas dimensões de empoderamento, e o recorte de políticas públicas com abrangência nacional como, Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida frente às construções do empoderamento feminino a partir dessas políticas.

### 4.1 DEBATE DE GÊNERO, EMPODERAMENTO E SUAS DIMENSÕES.

Historicamente, a mulher esteve “invisível” nos processos sociais, econômicos e políticos, em especial, ao que se refere a tomadas de decisões, condição está em que Louro (1997, p. 17) salienta que a invisibilidade é “[...] produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ mundo da mulher...”, pois, suas atividades eram regidas pelos homens, e quando acontecia da mulher desenvolver atividades diferentes da doméstica, estas, estariam atreladas as atividades do cuidar, da assistência, atividades rotuladas como sendo do universo feminino.

Entretanto, os debates surgidos em meados do século XX evidenciaram a necessidade em tratar os aspectos diferenciais entre homem e mulher de modo a transcender o caráter biológico, como afirma Louro:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre o que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico... O debate vai se constituir então, através de uma nova linguagem, na qual **gênero** será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21).

Tal análise vai além dos aspectos biológicos entre homem e mulher, as questões que envolvem o gênero vêm sendo representadas diante dos aspectos culturais que variam de sociedade para sociedade, considerando o conceito de gênero em que Louro (1997) faz referência “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (LOURO, 1997, p. 77).

O Banco Mundial (2012) entende que o reconhecimento do empoderamento feminino é elemento fundamental para a igualdade entre gênero, sendo este, um dos objetivos traçados para

o desenvolvimento do milênio, tratado no objetivo três, que consiste em “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres” (UNIRC, 2018).

Na perspectiva de compreensão do debate de gênero, o Banco Mundial (2012) afirma que:

O gênero se refere aos atributos sociais, comportamentais e culturais, expectativas e normas associadas a ser uma mulher ou um homem. Igualdade de gênero diz respeito como esses aspectos determinam como mulheres e homens se relacionam um com o outro e para as diferenças resultantes do poder entre eles (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 04).

Neste contexto, padrões socialmente construídos apresentam grandes dificuldades de mudanças, na medida em que as desigualdades sociais são reproduzidas ao longo do tempo dentro do convívio doméstico, entre pais, que passam para seus filhos, os quais interagem em sociedade construindo ou ressignificando condutas trazidas do âmbito familiar. Daí um dos grandes obstáculos para o debate de gênero e a busca para a diminuição dos hiatos entre homens e mulheres.

Segundo o Fórum Econômico Mundial (2005), “gênero não é sinônimo de mulheres, nem tão pouco significa situação em que o ganho de um determina a perda para outro, no caso o homem”. É importante considerar que não se trata de disputas, mas de dimensionar e posicionar a atuação da mulher em diversas esferas seja elas sociais, políticas e econômicas, numa perspectiva de equilíbrio, de equidade.

A busca pela equidade perpassa pelo debate das relações de poder, para tanto, é importante o entendimento desde conceito. Para Romano e Antunes (2002) a dinâmica pluralista norte-americana, compreende o poder como algo relacionado ao “controle sobre algo ou alguém” de modo a impor-se sobre outros. Na perspectiva do “poder sobre”, trata do poder de um, ou grupo, em detrimento de outro. Contudo, Romano e Antunes (2002) também traz a abordagem a partir de Foucault, o qual trata o poder como algo “relacional”, pois para ter, é necessário exercê-lo, sem que exista outra parte dominada. O poder na perspectiva foucaultiana faz menção às dimensões do “poder sobre” que são as concepções, ideias, valores; do “poder para” gerando ações; do “poder com” na esfera do debate do todo sobre as partes; e, do “poder de dentro” onde o indivíduo apresenta sua força, autoestima, fator interno a cada um.

Para ROMANO (2002, p.14) as relações de poder podem ser compreendidas como:

[...] nas diversas sociedades, em todas as relações sociais é possível identificar o exercício de poder, seja qual for o tipo (poder sobre, poder para, poder com poder de dentro...). Nas situações de pobreza confluem todos os tipos de

poder, mas, de modo diferente segundo as especificidades dos contextos. (ROMANO, 2002, p.14).

O entendimento das formas de poder é importante para que possamos estabelecer a construção do empoderamento. Para Romano (2002, p.17) o empoderamento é “uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento”.

Nessa perspectiva, a construção do empoderamento revela-se como elemento fundamental para o desenvolvimento das relações de gênero diante da promoção da atuação da mulher na busca da paridade entre gêneros.

E, a necessidade de perceber-se como sujeito de seu processo de empoderamento nos diversos espaços sociais, está diretamente relacionada à possibilidade de suas escolhas, e que estas, perpassam pela qualificação profissional, ingresso no mundo do trabalho e melhorias na qualidade de vida, refletindo na relação de poder a fim de minimizar realidade tão difícil que a mulher enfrenta, muitas vezes, em seu convívio familiar.

A construção do conceito de empoderamento nos leva ao debate de várias perspectivas e reflexões, os estudos demonstram uma imprecisão quanto à origem do conceito, segundo Iorio (2002), o conceito de empoderamento é pleiteado por dois movimentos importantes nos meados do século XX, o movimento norte-americano “American Black”, e pelos movimentos feministas.

O fato é que, o termo empoderamento ganha robustez ao ser introduzido nos debates diante da interseção de gênero. Nesse contexto, iremos decorrer por teóricos que tratam do empoderamento como relação de poder entre gênero, dentro da perspectiva dos movimentos feministas.

Contudo, é relevante abordar que para (IORIO, 2002 *apud* FOUCAULT 2001, p. 23):

O poder é relacional, é algo que somente existe quando se usa, é constituído numa rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau mínimo de liberdade. Sem poder as relações não existiriam. Esta compreensão inclui a resistência como uma forma de poder (uma ação sobre outra ação), onde há poder há resistência. Foucault focaliza na micropolítica, no exercício do poder em pontos localizados e enraizados em redes sociais.

Partindo desses princípios os movimentos feministas desenvolveram e aplicaram o empoderamento dentro do debate de gênero, onde as lutas e conquistas das mulheres estão na arena de enfrentamento ao patriarcado opressor, cuja valorização dos homens ocorre em detrimento das mulheres, Fonseca (2010).

Para Romano (2002), o empoderamento é um processo que pode ser individual ou coletivo, a partir de organizações sociais, as quais desempenham papel de protagonistas na tomada de decisões diante do combate às desigualdades.

Lisboa (2008) remete o empoderamento para o debate de gênero, no qual afirma que na dimensão feminista, o empoderamento pode repercutir na “emancipação” através da resistência e aproximações quanto à equidade de gênero. Repercutindo na consciência de seu corpo, sexualidade, autonomia e enfrentamento aos abusos decorrentes de violência. Lisboa afirma também que:

[...] o processo de empoderamento é visto como estreitamente relacionado ao de participação. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza. (LISBOA, 2008 p. 05).

Nessa direção, o empoderamento configura-se como um importante elemento para a atuação cidadã diante de sua participação e engajamento social, econômico e político.

Fonseca (2010) trata o empoderamento como um processo onde o indivíduo garante e exerce seus direitos diante do enfrentamento, para tanto, essas conquistas, então, atreladas a aspectos pertinentes a inserção do indivíduo em sociedade de forma plena entre eles estão o direito à educação, saúde, oportunidades de trabalho e liberdade.

Melo *apud* SELVATY, MOREIRA e BAETA (2012) trata do empoderamento como um processo onde seu início não apresenta um desenho uniforme, onde a experiência de cada mulher irá determinar o grau e a forma de empoderamento em cada uma delas, ou seja, o processo se dá de forma ímpar.

O debate trazido por Gohn (2004) e Zimmermann *apud* SELVATY, MOREIRA e BAETA (2012) abordam indicadores para o empoderamento individual, conforme síntese no quadro 2.

Quadro 2 - Indicadores de empoderamento

Autor	Indicadores de empoderamento individual
GOHN (2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Autoestima;</li> <li>● Autoconfiança;</li> <li>● Autoafirmação.</li> </ul>
ZIMMERMAN	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Intrapessoal;</li> <li>● Interpessoal;</li> <li>● Comportamental.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de Gohn e Selvatty, Moreira, Baeta

Gohn (2004) trata ainda, o empoderamento como um mecanismo que ultrapassa o aspecto assistencialista a minorias de classes ou grupos excluídos, trata como instrumento relevante para influenciar processos políticos a partir de sua mobilização.

Vieira et. al. (2009), faz referência que para o processo de empoderamento ocorrer, é importante a existência de condições que perpassam pela relação de poder já existente a qual pode ser ampliada para outras esferas, ou a ação de elementos externos os quais propiciem o desencadeamento ao empoderamento.

No debate, Baquero (2012, p. 183) afirma que:

Empoderamento, enquanto categoria perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Neste sentido, um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas.

O empoderamento pode ser compreendido como emancipação social. Dentro do enfrentamento do debate de gênero, a mulher pode assumir o papel de relevância nesse processo. Baquero traz ainda a abordagem de algumas categorias de empoderamento, conforme estabelecidos no quadro 3.

Quadro 3 - Categorias de empoderamento

Descrição	Detalhamento
Empoderamento individual	Onde o indivíduo atua no nível psicológico de análise, ou seja, a relação é com sua atuação frente às experiências que lhes são apresentadas. Na busca da melhoria de qualidade de vida diante de suas próprias condutas.
Empoderamento organizacional	É constituído de forma coletiva no ambiente de trabalho, atuando de forma horizontal nas tomadas de decisão enquanto grupo dentro do ambiente de trabalho, diante da autonomia desses indivíduos.
Empoderamento comunitário	É o processo onde de forma coletiva, a comunidade atua em prol de uma causa, e estabelece o seu atendimento diante da articulação desses interesses e influenciar as políticas de governo.

Elaboração própria a partir de BAQUEIRO, 2012.

Segundo Baquero (2012), o debate sobre empoderamento é ponto de pauta nas discussões de instituições internacionais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Essa agenda é tratada na repercussão de ações no combate à pobreza e desigualdades sociais e econômicas. Instituições como a Organização das Nações Unidas e o Fórum Econômico Mundial também reserva espaço na agenda para debater o tema.

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU (2016), a relevância do empoderamento feminino está na participação dos setores da economia, de modo a contribuir para:

- a) construir economias fortes;
- b) promoção de sociedades equânimes;
- c) alcance de objetivos de desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos;
- d) aperfeiçoar as metas e negócios.

Dessa forma, as análises quanto ao empoderamento, assumem relevância no cenário para a redução das desigualdades de gênero, com repercussões tanto sociais como individuais.

O Fórum Econômico Mundial (2005) faz referência à importância do debate de gênero na esfera mundial, diante da publicação do documento, “Empoderamento das Mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero”, em que traz o recorte relevante de estudos

através de dados da discreta, e em algumas situações invisíveis, participações das mulheres no cenário de tomada de decisões.

Contudo, outra abordagem pertinente é a mensuração realizada pelo Fórum Econômico Mundial (2005) que apresenta cinco dimensões importantes do empoderamento. Na qual é possível identificar em cada uma delas o papel, o qual a mulher pode apresentar-se inserida no processo de emancipação e redução das disparidades entre as relações de gênero, sendo fundamentadas pelos estudos trazidos pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), que traz as dimensões que repercutem na desigualdade entre homens e mulheres, sendo:

- a) **Participação econômica** – diante da presença das mulheres nos postos de emprego contribuindo na composição da renda familiar, de modo a refletir a remuneração igualitária entre homens e mulheres, analisando também os níveis de emprego. Contribuindo para a redução da pobreza elevando a renda familiar, de modo a perceber a mulher como agente ativo na promoção de transformações sociais. Essa atuação se dá não apenas através do emprego, mas também, pela propriedade de bens exercendo influencia no desenvolvimento econômico;
- b) **Oportunidade econômica** – no aspecto do acesso da mulher frente a ofertas de trabalho que promovam sua valorização e projeção profissional, de modo a ocupar cargos de chefias e lideranças. No mundo, as mulheres, em grande parte, ocupam espaços de trabalho voltados aos cuidados, ao assistencialismo, ao educar, atividades com estreita relação às atividades domésticas. Segregado os empregos diante dos aspectos de gênero. Assim, a oportunidade econômica também reflète a importância de a mulher obter sociedade em empresas e escritórios, ampliando essas relações de geração de renda;
- c) **Política** – refere-se ao posicionamento da mulher na esfera política, de participação formal no cenário político, e também, na tomada de decisões tanto em instituições formais como informais, bem como, atuar como protagonistas ao elaborar ou influenciar as políticas públicas voltadas para elas; definir a distribuição de recursos, na medida em que a percepção da mulher é diferente da dos homens, onde sua atuação poderia ampliar a visão na distribuição dos recursos públicos na melhoria da qualidade de vida da população. Nessa perspectiva, é importante a atuação da mulher em espaços políticos em todas as esferas, sejam elas familiar, nacional ou internacional;

- d) **Avanço educacional** – é caracterizado pela elevação da escolaridade. Entendido como pré-requisito para empoderamento, a educação que é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, bem como, necessária no combate às disparidades de gênero. A educação amplia a conquistas de espaços de poder e liderança, na medida em que, os currículos também são construídos para essa finalidade;
- e) **Saúde e bem-estar** – Saúde e bem-estar apresenta princípios básicos quanto ao acesso à saúde e segurança. Principalmente no recorte quanto a saúde da mulher gestante ou pós-parto, que em países de baixo desenvolvimento apresentam elevados índices de mortalidade entre as mulheres. Nessa dimensão, também é importante considerar o enfrentamento contra a violência sexual, a qual meninas e mulheres são submetidas. A segurança perpassa principalmente por questões de gênero, em que crimes são acometidos pelo fato de ser mulher.

O Banco Mundial (2012) em seu relatório de desenvolvimento mundial intitulado Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, traz a abordagem quanto às dimensões para a construção do empoderamento feminino, as quais defendem a importância de “assegurar a paridade de gênero em oportunidades econômicas, de educação, saúde e tomada de decisão” (BANCO MUNDIAL, 2012, p.4). Segundo Mallhotra, Schuler e Boender (2002), o empoderamento das mulheres é multidimensional, as quais são sinalizadas pelo Banco Mundial, nas dimensões econômica, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/política e, psicológica, as quais Mallhotra, Schuler e Boender (2002) se remetem às arenas (familiar, comunitárias, regionais e nacionais) em que mulheres podem se deparar diante de cada dimensão, sendo apresentadas no quadro 4:

Quadro 4 - Dimensões do empoderamento feminino

Dimensões	Arenas sociais
Econômica	Composição da renda familiar; Controle quanto à decisão de utilização dos recursos familiares; Acesso ao emprego; Proprietária de bens; Acesso a crédito.
	Mudanças de padrões do patriarcado; Acesso a espaços sociais;

Sociocultural	Atuação em grupos familiares e redes sociais; Acesso aos diversos níveis de educação.
Familiar/interpessoal	Controla aspectos da composição familiar, como número de filhos e escolha do cônjuge; Tomada de decisões domésticas.
Legal/política	Exercício do direito de votar; Entendimento de seus direitos; Composição de grupos de interesse e pressão na esfera política em defesa de direitos; Acesso a políticas públicas.
Psicológica	Autoestima; Bem-estar; Combate a injustiças.

Elaboração própria a partir de Mallhotra, Schuler e Boender (2002).

O quadro 4 traz uma visão ampla das dimensões para a construção do empoderamento, contudo, segundo Malhotra, Schurler e Boender (2002), essa concepção não é simples, pois a mensuração das dimensões apresenta uma complexidade que recai principalmente, no aspecto da indissociabilidade de ações e/ou posturas da mulher que estará correlacionada com mais de uma dimensão, o exemplo que os autores trazem é o da decisão quanto ao controle da renda da família, sua composição e gasto, a qual integrará características da dimensão familiar e econômica, além da existência de subcategorias. Contudo, os procedimentos adotados buscaram transpor esse obstáculo.

Na dimensão econômica são tratados aspectos relacionados à postura da mulher frente à participação na composição da renda familiar e como o recurso será distribuído. Além da propriedade de bens, outro fator a ser observado nessa dimensão é a ocupação de mulheres em cargos de direção e salários elevados, bem como em setores da economia, de modo a influenciá-las.

A dimensão sociocultural refere-se à visibilidade da mulher nos espaços sociais, bem como, seu acesso e participação em grupos organizados dentro de sua comunidade. Pela liberdade exercida pela mulher e possibilidade de transformação de heranças patriarcais, as quais penalizam a mulher, em especial, a limitação de acessos a espaços e posições de destaque

na sociedade. Também nessa dimensão tem destaque o avanço educacional, a construção da imagem da mulher como importante na transformação da sociedade para sua melhoria.

Ao se referir à dimensão familiar/interpessoal, Malhotra, Schurler e Boender (2002) traz a abordagem da participação da mulher nas decisões no âmbito familiar, no que diz respeito ao controle de natalidade, as decisões sobre as relações sexuais, e o enfrentamento à violência doméstica.

Sobre a dimensão legal/política, o debate está em torno da concepção sobre seus direitos e acesso ao poder judiciário como forma de garantia de direitos, assim como, em busca da construção e aplicação de lei em defesa das mulheres, estando também, relacionada ao acesso aos serviços públicos como educação, saúde, segurança, etc. Garantia de seu direito de votar e ser votada, tendo representatividade no cenário político regional e nacional.

A última dimensão descrita por Malhotra, Schurler e Boender (2002), é a psicológica, que trata de questões internas da mulher, como a relação com si própria, e com os outros, sua autoestima, relação de bem-estar, consciência coletiva de injustiças, e mobilizações em busca de seus ideais.

Neste contexto, este estudo propõe a análise diante das cinco dimensões preconizadas por Malhotra, Schuler e Boender (2002) compreendendo ser um conjunto significativo para a efetivação do empoderamento feminino, e apresentada por outros autores em suas pesquisas (CEZAR, SCHERRER, CORSO, 2017; FERREIRA, 2016; SELVATTY, MOREIRA, BAETA, 2013).

Diante do arcabouço teórico apresentado, este estudo se debruçará nas dimensões econômica, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/política e psicológica, as quais se estruturam com o escopo para atendimento aos objetivos de avaliação da política pública intitulada Programa Mulheres Mil, com recorte no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Ipojuca.

Assim, o Programa Mulheres Mil buscou enfatizar o debate social, pois é nesta esfera que se constroem as desigualdades em sua potencialidade.

#### 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COM RECORTE DO EMPODERAMENTO FEMININO

Nesse momento iremos discutir sobre a participação das mulheres em dois programas sociais com recorte no empoderamento feminino, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

O Programa Bolsa Família é previsto pela Lei 10.386 de 9 de janeiro de 2004, a qual

abrange Programas de distribuição de renda como bolsa-escola, auxílio-gás, bolsa alimentação, entre outros, dentro da metodologia de condicionalidade.

Segundo BRASIL (2004) o PBF é:

[...] um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais:

**Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.

**Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças as melhores oportunidades de inclusão social. [...] as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

**Articulação com outras ações** — O Programa Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (BRASIL, 2004)

Assim, o PBF, apresenta um importante recorte no aspecto à distribuição de renda para a população de baixa renda, na qual tem a mulher como principal gestora desse recurso.

Para Williams (2014) o PBF é um programa de distribuição de renda que visa a distribuição de renda, a qual objetiva a formação ao longo da vida, a prioridade nas gerações futuras e a convicção de que o sucesso é individual. Reconhecendo o importante papel da mulher nessa conjuntura.

A estratégia do PBF pode parecer um tanto quanto contraditória no debate de empoderamento, pois ele se apoia em parte a herança do patriarcado o qual coloca a mulher no papel dos cuidados com a família. Contudo, as ações atreladas, remetem a busca em romper essas barreiras, na medida em que é valorizado e articulado ações para a elevação da escolaridade, principalmente das gerações que se seguem. O fato é que não podemos negar que o controle da renda familiar se configura uma ação pertinente ao empoderamento feminino, como já descrito na dimensão sinalizada por Malhotra, Schurler e Boender (2002). Mas que

apesar de estar diretamente relacionada a uma dimensão, remete-se a outras em especial a familiar/interpessoal. Outro programa importante no debate do empoderamento feminino, é o PMCMV, o qual garante o direito à moradia de pessoas de baixa renda, relevante para o processo de emancipação.

Segundo Santos (2017), o acesso das mulheres ao PMCMV corresponde a 89% do universo dos beneficiários. Onde o recorte gênero apresentou maior repercussão devido à medida provisória editada no dia 8 de março de 2012, a qual prioriza o acesso do programa às mulheres, e em caso de divórcio, a casa continua sobre a propriedade da mulher, exceto quando a guarda dos filhos for exercida exclusivamente pelo homem.

O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal, que visa oferecer condições de financiamento habitacional aos moradores de baixa renda. Nesse programa, o recorte de gênero também é tratado, na medida em que as mulheres são as principais beneficiárias, tendo em vista que a lei 11.124 de junho de 2005 preconiza a prioridade em ter a mulher com a titularidade do imóvel.

É importante analisar esse aspecto como uma conquista de direitos frente ao debate de gênero, em que:

[...] o sentido da lei então referenciada, torna-se necessário o entendimento de que políticas públicas que referenciam às mulheres como prioritárias para aquisição de bens concedidos pelo poder público são consideradas como políticas afirmativas. Seriam estas medidas adotadas no sentido de reafirmar o reconhecimento da sociedade civil organizada e do governo acerca da questão da exclusão, da desigualdade social vivenciada pela maioria das mulheres e, ao mesmo tempo, buscar reverter este quadro que caracteriza a sociedade brasileira. (LIMA, 2012, p. 21)

Nesse contexto, a dimensão econômica preconizada por Malhotra, Schurler e Boender (2002), é evidenciada diante da aquisição de um bem. Essa propriedade destinada à mulher conduz para a construção de seu empoderamento quando aliado a outras políticas que interfiram nas demais dimensões apresentadas nesse estudo.

## 5 METODOLOGIA

Neste capítulo vamos nos debruçar aos aspectos metodológicos da pesquisa, identificando seus objetivos, o desenho da pesquisa, compreendendo a abordagem metodológica adotada, bem como a identificação do público alvo e a descrição em detalhes dos procedimentos adotados para a coleta dos dados.

### 5.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o impacto da política Pública de gênero no recorte do Programa Mulheres Mil quanto à construção e ampliação do empoderamento feminino. No recorte de tempo de 2012 e 2013, anos em que o PMM esteve ativo no IFPE – Campus Ipojuca.

Para atendimento do objetivo geral, foram traçados os objetivos específicos os quais contribuíram para a operacionalização desse estudo. Os quais estão alinhados a mensuração das dimensões que compõem o processo para o empoderamento feminino. Tais objetivos são: realizar mapeamento das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil desenvolvido no campus Ipojuca; traçar o perfil sócio econômico das beneficiárias antes e depois da sua participação no programa; mapear nível de escolaridade após a participação do programa; identificar se houve acesso aos diversos serviços públicos; identificar elementos que sinalizem melhorias na qualidade de vida (como melhoria de renda, acesso a postos de trabalho e serviços públicos) das beneficiárias; comparar perfis de mulheres beneficiárias e mulheres que não acessaram o programa, mas que apresentaram os critérios para o acesso; identificar a percepção das beneficiárias quanto à tomada de decisões na esfera doméstica e microssocial; e, analisar a percepção das beneficiárias quanto ao programa.

### 5.2 DESENHO DA PESQUISA E ABORDAGEM

É pertinente mencionar que a pesquisa empírica, a qual no propomos, terá o direcionamento que Gary King preconiza em seus estudos quanto a sua clareza, de modo a melhorar o desenho da pesquisa, para isso são necessários o atendimento a alguns requisitos (FIGUEIRA, et. al. 2012), sendo eles: explicitar e justificar a questão de pesquisa; descrever os métodos e as técnicas; simplificar a hipótese do trabalho; produzir inferências causais falsificáveis; apresentar as limitações do desenho de pesquisa; minimizar a complexidade da linguagem; compartilhar as bases de dados; evitar gráficos nebulosos e tabelas incompletas e poluídas; ser criticado antes de publicar; e, escolher adequadamente os meios de divulgação.

Partindo desse contexto, o procedimento sistemático para a descrição e explicação dos fenômenos observados (dados coletados), nesta pesquisa, terá os tratamentos quantitativos e qualitativos, em que o método quantitativo, segundo Fonseca *apud* Gerhardt, Silveira (2009, p. 3) “... recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.”. Deste modo, é possível que o pesquisador realize a mensuração de variáveis a serem observadas durante a pesquisa as quais terão um grau de explicação. Já o tratamento dado à pesquisa qualitativa, segundo Oliveira (2005), pode ser caracterizado como uma tentativa de explicar em profundidade, o significado e características do resultado das informações obtidas através da entrevista, em profundidade, semiestruturada, com tópicos que buscaram registrar a percepção das mulheres beneficiadas sobre sua realidade essencial com a realidade objetiva, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento, buscando elementos que focalizem nas crenças, atitudes e valores diante de aspectos do empoderamento feminino. Os dados de fontes da análise quantitativa dialogarão com a análise dos dados da abordagem da pesquisa qualitativa perspectiva de melhor explicar o fenômeno diante da abordagem multivariada de dados que, segundo Figueiredo (2016): “... definimos análise multivariada como um conjunto de técnicas estatísticas que permite a análise simultânea de duas ou mais variáveis para uma determinada amostra ou população.” FIGUEIREDO (2016, p. 22).

A abordagem multimétodos segundo Batista (2017), o multimétodo traz subsídios significativos para a pesquisa sendo:

- 1) aumentar a validade e credibilidade das inferências, quando usada para mensurar o mesmo fenômeno buscando a convergência; 2) aumentar a compreensibilidade dos resultados, na medida em que captura diferentes dimensões sob diferentes perspectivas, apresentando uma descrição mais completa do fenômeno estudado; 3) facilitar a descoberta de fatores inesperados; 4) aumentar a diversidade. (BATISTA, 2017, p. 18)

Goldenberg (2004) trata das contribuições da pesquisa alinhado as abordagens qualitativas e quantitativas, como sendo a interseção entre os resultados obtidos nos dois métodos. Onde as conclusões são atribuídas maior confiança, pois arremete para diversos instrumentos de coleta de dados, e conseqüentemente, análises que se complementam.

Desta forma, o tratamento quantitativo, articulando as duas abordagens na perspectiva multimétodos, busca identificar e explicar os fenômenos encontrados durante a coleta de dados,

a fim de responder a questão de nossa pesquisa: **O Programa Mulheres Mil contribui para o empoderamento das mulheres beneficiadas pelo programa?**

Compreendendo como objetivo da pesquisa, explicar através da avaliação de impacto da política, se as beneficiárias após sua participação no Programa Mulheres Mil foram empoderadas quanto ao debate de gênero, analisando assim, a dimensão de efetividade da política, através da identificação de indicadores tanto qualitativos como quantitativos os quais contribuíram para analisar a ocorrência dos fenômenos. Dentro do âmbito da pesquisa explicativa em nossa trajetória a preocupação está “...em identificar os fenômenos que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

A informação quanto ao programa será na esfera local, sendo disponibilizado pelo IFPE campus Ipojuca, os dados e contato das beneficiárias, bem como, os dados da execução do programa na esfera do campus, a fim de identificar e caracterizar a amostra, trilhando o perfil das beneficiárias no ingresso do Programa, analisando se ocorreram alterações resultantes de sua participação nas dimensões a serem analisadas. Caracterizando uma pesquisa *ex-post-facto* como trata Fonseca 2002, *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 38):

A pesquisa *ex-post-facto* tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente. A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos.

Serão coletados dados através de entrevistas e questionários, promovendo elementos os quais poderão evidenciar variáveis que convirjam para as dimensões analisadas, visando à construção dos indicadores que segundo Malhotra, Schuler e Boender (2002) caracterizam as relações de poder no debate de gênero. Sendo essas dimensões econômica, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/política e psicológica, as quais serão investigadas para delinear o aspecto de empoderamento das beneficiárias do programa.

### 5.3 O ESTUDO DE CASO

O procedimento adotado nessa pesquisa é o estudo de caso, uma vez que:

[...] o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. (VENTURA, 2007, p. 384)

Segundo Fonseca (2002), o estudo de caso tem por característica trabalhar com uma entidade, seja um indivíduo, instituição ou programa. Com a intenção de analisar em profundidade os fenômenos nelas envolvidas. É uma abordagem que trata o objeto de estudo de forma particular, investigando uma situação específica.

Segundo Ventura (2007), esse método é adequado, pois:

[...] dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados [...] (VENTURA, 2007, p. 385)

Para Gil (2010) o estudo de caso teve seu conceito ampliado ao adotar a interpretação de estudo de caso único – a um indivíduo, grupo, organização, comunidade – e estudo de casos múltiplos – quando estuda mais de um caso para analisar determinado fenômeno. Para este tipo de abordagem, Gil (2010) trata da necessidade de se estabelecer etapas para sua construção, tais como:

- a) Formulação do problema ou das questões de pesquisa;
- b) Definições das unidades-caso;
- c) Elaboração do protocolo;
- d) Coleta de dados;
- e) Análise e interpretação dos dados;
- f) Redação do relatório. (GIL, 2010, p. 117)

Entendemos que o estudo de caso se aplicará corretamente à pesquisa proposta, pois iremos nos debruçar na análise do PMM e focalizando nas turmas ofertadas pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – campus Ipojuca nos anos de 2012 e 2013.

### 5.3.1 Definição da Unidade-caso

A unidade-caso aqui se configura no Programa Mulheres Mil, implantado no IFPE – Campus Ipojuca.

Os institutos federais surgiram através da lei 11.892 / 2008, onde determinou no caso do IFPE, a junção do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, e as escolas agrotécnicas federal das cidades de Barreiros, Vitória e Belo Jardim.

Atualmente o IFPE apresenta uma estrutura multicampi e Educação a Distância – EAD, sendo distribuídos em 16 campi, do litoral ao sertão, tendo atualmente 17.500 matrículas

redistribuídas nos campi de Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão, além da EAD (IFPE, 2017).

O campus Ipojuca, que está situado às margens da PE 60, na cidade de Ipojuca, um dos municípios da região metropolitana do Recife com o menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, no período em que o programa foi implantado, a população vivenciava o crescimento econômico em função de SUAPE, contudo, percebiam-se a margem desse desenvolvimento. Foi a partir do Programa Mulheres Mil, com a oferta de turmas de qualificação profissional (cursos de empreendedorismo, desenho mecânico, perfumaria e turismo receptivo), exclusivamente para mulheres da região, que as mulheres da localidade poderiam contribuir para sua inserção no mundo do trabalho.

Com a regularidade da oferta de seis cursos técnicos e um curso de licenciatura, o campus apresenta-se com uma importante instituição de ensino daquela localidade. Os cursos ofertados na modalidade subsequente são: técnico em Automação Industrial, técnico em Construção Naval, técnico em Petroquímica, técnico em Química, técnico em segurança do trabalho, e na modalidade do ensino superior, a graduação em licenciatura, em química.

No ano de 2012, o Campus aderiu ao programa Mulheres Mil, o qual iniciou a oferta de cursos de qualificação profissional para mulheres da região de Ipojuca e cidades circunvizinhas.

### 5.3.2 A seleção dos casos

Para Gil (2010), a seleção de casos, amostragem, no contexto do estudo de caso “não é estatística” (p. 119), vai ser determinada pela observação em que os fenômenos são apresentados, e sua inserção de números de casos até o momento em que os temas sinalizados é esgotada diante da repetição de aparecimento.

A população é formada pelas mulheres que acessaram o programa Mulheres Mil, no campus Ipojuca, nos anos de 2012 e 2013, através dos cursos de qualificação ofertados, sendo eles: Perfumaria e Essências, Empreendedorismo, Desenho mecânico e Turismo Receptivo. E também, pelas mulheres que realizaram sua inscrição, mas não efetivaram a matrícula.

Assim, foram definidos três grupos para a pesquisa:

Grupo 1: Mulheres que concluíram o curso ofertado;

Grupo 2: Mulheres que iniciaram o curso, mas não concluiu/abandonou;

Grupo 3: Mulheres que realizaram a inscrição para acesso, mas não obtiveram a matrícula devido ao número de vagas ter sido preenchida.

Para a concepção da amostra foi considerada a composição da população especificada na tabela 9:

Tabela 9 - Composição da população

Situação	Quantidade	%
Grupo 1: Concluiu um dos cursos ofertados	105	39,47
Grupo 2: Não concluiu o Curso	96	36,10
Grupo 3: Fez a inscrição, mas não efetivou matrícula	65	24,43
Total da população	266	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos de inscrição e matrículas

Durante o processo para a coleta de dados, diante do preenchimento dos questionários, ocorreram algumas limitações, principalmente a inexistência de contatos ativos, ou seja, 163 dos 266 contatos estavam desabilitados. Outra limitação foi o local da moradia de 19 mulheres, as quais residiam em lugares de difícil acesso, em virtude do grau de violência do bairro. Cerca de 28, foram contatadas, mas se recusaram a participar da pesquisa, principalmente as mulheres que apresentavam perfil do grupo 3 – sem matrículas, conforme demonstrado na tabela 10.

Tabela 10 - Cenário dos contatos entre a população para a composição da amostra

Situação		Quantidade	%
Mulheres com contatos inativos, desabilitados, ou que passaram para terceiros.		163	61,2
Mulheres que responderam ao contato.	Teve contato, mas se recusaram a participar.	28	10,5
	Participaram da pesquisa	56	17,8
Mulheres que residem em área de difícil acesso		28	10,5
Total da população		266	100

Elaboração própria a partir dos contatos realizados das mulheres que compõem a população da pesquisa.

Diante do exposto, foi organizada a amostra através dos perfis de: conclusão do curso, da não conclusão e das sem matrículas (apenas realizaram a inscrição demonstrando o interesse em participar do curso de qualificação) conforme demonstrada na tabela 11.

Tabela 11 - Composição da amostra

Situação	Quantidade	%
Grupo 1: Concluiu um dos cursos ofertados	35	62,5
Grupo 2: Não concluiu o Curso	16	28,6
Grupo 3: Fez a inscrição, mas não efetivou matrícula	05	8,9
Total da população	56	100

Elaboração própria a partir dos preenchimentos de questionários realizados.

A composição da amostra com os três grupos é importante para melhor delimitar o contra factual sobre o impacto do programa, podendo ser aplicada a técnica de pareamento. Segundo BATISTA e DOMINGOS (2017, p. 9), “A ideia de identificar unidades idênticas tem forte apelo na avaliação por se mostrar bastante apropriada para a identificação do efeito causal”, se aproximando da realidade quanto à avaliação de impacto, pois, se cada grupo apresenta características semelhantes antes da política, é provável identificar as diferenças após o programa, estabelecendo a possibilidade de atribuí-las à política pública acessada.

### 5.3.3 Instrumentos de coleta de dados

O estudo de caso exige a utilização de “múltiplas técnicas de coleta de dados” (GIL, 2010, p. 119). Nessa perspectiva, a pesquisa proposta apresenta como instrumentos, fonte de coleta de dados, análise documental, entrevistas e aplicação de questionários, com a finalidade de melhor observar o fenômeno analisado.

A pesquisa documental refere-se às fichas de inscrição das mulheres candidatas ao Programa Mulheres Mil, no Campus Ipojuca, onde tais fichas apresentam informações como localidade de moradia, idade, renda familiar no momento da inscrição, escolaridade, número de filhos, e outros dados pessoais.

Outra forma de coleta de dados foi aplicação de um questionário, o qual apresentava 32 questões fechadas, que transcorriam nas temáticas das cinco dimensões analisadas (econômica, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/política e psicológica) conforme anexo A.

Quanto ao preenchimento do questionário, a coleta dessa informação se deu diante do contato telefônico para agendamento do dia e local para a coleta dos dados, onde a maioria das mulheres escolheu suas residências. Foram realizadas tentativas de contato com toda a população da pesquisa, distribuída nos três grupos já mencionados.

A respeito da entrevista, trata-se de entrevista guiada, uma vez que é formada por tópicos guia os quais contribuíram para o melhor direcionamento da entrevista. Os tópicos foram acompanhados de perguntas abertas, as quais possibilitaram ampliar a resposta apresentadas pelas entrevistadas (anexo C). Tivemos como composição desse grupo, o número de oito mulheres que concluíram o curso, sendo duas de cada um deles – Empreendedorismo, Desenho mecânico, Turismo receptivo e Empreendedorismo.

Compreendemos que esse número é o suficiente, na medida em que é um grupo que, apesar de estarem em cursos distintos, apresenta características similares quanto às questões sociais, econômicas, culturais e regionais. E, segundo Gil (2010), a quantidade de entrevista está diretamente relacionada ao aparecimento de eventos descritos pelos entrevistados. Assim, por ser uma amostra homogênea, o aparecimento dos fenômenos relatados foi já percebido de forma repetitiva nas entrevistas.

As entrevistas foram gravadas em equipamento de gravação de som, em seguida foi realizada a transcrição das entrevistas.

A definição das oito mulheres entrevistadas ocorreu pelo sorteio dos nomes entre as mulheres que responderam os questionários. Desse modo, houve a garantia de seu acesso, já excluindo as limitações apresentadas durante a aplicação dos questionários. Durante o sorteio, houve apenas um evento de substituição, pois uma das duas entrevistadas do curso de empreendedorismo estava no período de viagem.

A coleta de dados ocorreu no período de dois meses, compreendido entre meados do mês de março e meados do mês de maio de 2018.

## 5.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADO

### 5.4.1 Para a abordagem quantitativa

Para a análise quantitativa, foi estabelecida a técnica de distribuição de frequência das variáveis coletadas sobre o fenômeno, diante das fontes documentais e das respostas obtidas pelos questionários, sendo também, aplicada a técnica de obtenção de média.

No questionário, foram realizadas perguntas envolvendo as cinco dimensões analisadas: econômica, sociocultural, familiar/pessoal, legal/política e psicológica.

Tendo a distribuição demonstrada no quadro 5:

Quadro 5 - Distribuição das questões conforme dimensões analisadas

Dimensões	Econômica	Sociocultural	Familiar/pessoal	Legal/política	Psicológica
Questões	1 a 7	8 a 15	16 a 19	20 a 27	28 a 32

Elaboração própria autora

#### 5.4.2 Para a abordagem qualitativa

O método utilizado é a análise de conteúdo largamente aplicado às pesquisas qualitativas (Bauer, 2013).

Para a realização da análise de conteúdo, faz-se necessário o entendimento do *corpus* de texto, elemento fundamental, tratando-se dos fragmentos do discurso “... é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve... a análise de conteúdo é a variável dependente, a coisa a ser explicada” (BAUER, 2013, p. 192).

Para Krippendorff *apud* Bauer, 2013, o *corpus* do texto pode ser trabalhado para verificar tendências e padrões de mudanças, para comparações, para construir índices, e para “mapas de conhecimento”. Na pesquisa aqui proposta, vamos atribuir a análise de conteúdo para identificar se existe ou não a construção do empoderamento feminino frente às beneficiárias do PMM.

Bauer (2013) faz referência à importância das categorias e categorização, atribuindo ao código relevância para a padronização de categorias, em que “cada unidade de texto deve se ajustar a um código, e nenhuma pode ser excluída”, BAUER (2013, p. 201).

Para a avaliação da análise de conteúdo como método qualitativo, Bauer (2013), traz quatro critérios necessários, a coerência, a transparência, a fidedignidade e a validação. A coerência refere-se à construção de categorias relacionada à proposta da pesquisa; a transparência no processo de codificação, de modo a possibilitar a reconstrução do processo por outro pesquisador; a fidedignidade refere-se à análise de conteúdo diante de uma ótica sem duplo entendimento, ou julgamento; e a validação, garante que os códigos estejam corretos quanto ao *corpus* do texto que está sendo analisado, no qual garanta frequência em que as palavras surgem nas amostras representadas.

Para Bardin (2010), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2013, p. 33).

Bardin (2010) organiza o método de análise de conteúdo a partir de três aspectos: a pré-análise, a exploração do material, e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é o momento de organização, estabelecendo os seguintes critérios: a escolha dos documentos - o documento a ser analisado; regras, a formulação de hipóteses e seus objetivos, a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, e preparação do material.

Entre as regras, está a regra de exaustividade a qual tenta garantir que no *corpus* do texto a temática foi apresentada em sua plenitude; a regra de representatividade, onde amostra seja composta adequadamente diante de sua população; a regra de homogeneidade, a qual trata da manutenção do processo de obtenção dos dados, garantindo a homogeneidade na coleta de informações; e por fim, a regra de pertinência refere-se à adequação da informação ao que está sendo pesquisado.

No critério da formulação de hipótese e seus objetivos Bardin, (2010) refere-se ao momento em que o pesquisador formula uma afirmação, a qual vai ser comprovada ou não, de modo articulada com o objetivo da pesquisa.

Quanto à referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, trata-se da construção de índices que reportam aos indicadores necessários à pesquisa de forma precisa (Bardin, 2010).

Como último critério, Bardin (2010) traz referência à preparação do material, que é a preparação formal do material a ser analisado.

Após a etapa de pré-análise, Bardin (2010) faz referência à exploração do material a qual consiste da fase de codificação e categorização do material a ser analisado.

Por fim, a etapa de análise do conteúdo é concluída com o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, de modo a serem validadas de forma significativa a partir das categorias construídas (Bardin, 2010).

Na perspectiva de operacionalizar as análises da pesquisa, foram analisadas as categorias e subcategorias conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6 - Categorias e subcategorias para análise

Dimensão	Descrição	Categorias	Descrição da categoria	Subcategorias
Econômica		Composição da renda familiar	Indica como a renda é composta e se tem a participação da mulher	Participa Não participa

	Aspectos referentes à renda familiar		beneficiária do PMM.	
		Controle quanto à decisão de utilização dos recursos familiares	Indica o controle da renda e gastos familiar.	Sim Não
		Acesso ao emprego	Evidencia se a beneficiária teve acesso ao mundo do trabalho.	Sim Não
		Aquisição de bens	Revelado pelo acesso aos bens.	Efetivo Não efetivo
Sociocultural	Aspectos relacionados à interação social e construções culturais	Mudanças de padrões do patriarcado	Indicado por mudanças de padrões familiares frente aos aspectos das relações de gênero	Positiva Negativa Neutra
		Acesso a espaços sociais	Indicado diante da participação e presença da participante em locais públicos.	Sim Não
		Atuação em grupos familiares e redes sociais	Indicado pela inserção em grupos virtuais ou físicos.	Atuante Não atuante
		Acesso aos diversos	Indicado pela continuidade dos estudos e	Continuou os estudos

		níveis de educação	elevação da escolaridade.	Não continuou
Familiar/interpessoal	Aspectos relacionados ao ambiente familiar e sua atuação.	Controla aspectos da composição familiar, como número de filhos e escolha do cônjuge.	Indicado pelo número de filhos e a decisão de quem define sobre esse número.	Decide Não decide
		Tomada de decisões domésticas	Indicado sobre a participação das tomadas de decisão.	Decide Não decide
Legal/política	Aspectos relacionados à garantia de direitos e representatividade	Exercício do direito de votar	Indicado pela participação do processo eleitoral.	Vota Não vota
		Entendimento de seus direitos	Indicado pela busca de garantias de direitos e denúncia de injustiças.	Sim Não
		Composição de grupos de interesse e pressão na esfera política em defesa de direitos	Indica a compreensão da importância em buscar informações sobre os candidatos a ocupar cargos públicos	Sim Não Neutro

		Acesso a políticas públicas	Indicado pelo acesso aos serviços públicos de saúde educação, segurança, moradia, entre outros.	Acessa Não acessa
Psicológica	Aspectos relacionados à personalidade do ser humano, comportamento e emoções.	Autoestima	Percepção do investimento no autodesenvolvimento	Positiva Negativa Neutra
		Bem-estar	Percepção de perspectiva de vida melhor.	Positiva Negativa Neutra
		Combate a injustiças	Demonstra segurança em atribuir opinião e busca de direitos.	Sim Não

Fone: Elaborado a partir de Malhotra, Schuler e Bonder (2002), e roteiro da entrevista.

É pertinente estabelecer a relação entre as dimensões de empoderamento com os objetivos traçados pela política pública em análise, o Programa Mulheres Mil, a fim de delimitar o campo de estudos nas análises qualitativas. Uma vez que, a pesquisa avalia o impacto da política sobre as beneficiárias do PMM diante da construção de seu empoderamento.

Para tanto, foi traçado o quadro 7 o qual articula os impactos propostos pela política com as dimensões de empoderamento preconizadas por Malhotra, Schuler e Bonder (2002), e referenciadas em pesquisas empíricas demonstradas por FERREIRA, 2016; MELO, 2016; CEZAR, SCHERER, CORSO, 2017; VIEIRA, ANDRADE, CKAGNAZAROFF, MACHADO, CHEIB e, AREU 2009.

Quadro 7 - Dimensões do empoderamento feminino

Dimensões	Impactos propostos pelo Programa Mulheres Mil
Econômica	Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país; Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade; Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.
Sociocultural	Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
Familiar/interpessoal	Reduzir os índices de violência doméstica; Melhorar as relações familiares e comunitárias.
Legal/política	Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional; Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida.
Psicológica	Melhorar as relações familiares e comunitárias.

Elaboração própria a partir de Malhotra, Schuler e Boender (2002) e Brasil (2013).

Diante do exposto, a metodologia traçada, visa identificar se o PMM contribuiu para o empoderamento feminino. Para isso, no capítulo seguinte serão apresentados os dados coletados e analisados conforme trilhado na metodologia a partir dos multimétodos de coleta e análise desses dados.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

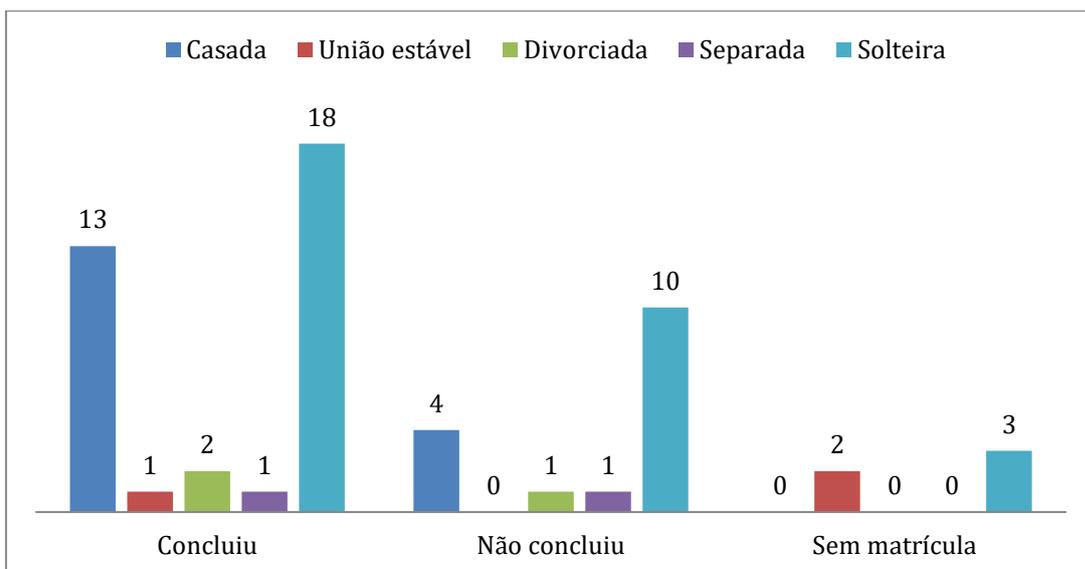
Diante do exposto, os resultados e discussões discorreram a luz do arcabouço teórico construído ao longo dos capítulos apresentados. Neste momento, iremos expor os resultados obtidos através das abordagens qualitativas e quantitativas com a utilização dos multimétodos já descritos anteriormente.

### 6.1 DADOS E ANÁLISE QUANTITATIVA

Iniciaremos a apresentação do perfil das mulheres que compõem a amostra quantitativa diante do preenchimento do questionário, fonte da coleta dos dados. Para as análises é importante ressaltar que a amostra foi composta com três grupos: grupo 1- concluiu; grupo 2- não concluiu; e, grupo 3- não efetuaram a matrícula. Os quais se apresentam em números distintos entre os grupos, conforme foi demonstrado na tabela 11 do capítulo anterior.

Os dados revelam que diante do estado civil, a maioria das mulheres, nos três grupos, são solteiras, totalizando 31 mulheres, seguida das mulheres casadas com 17, e as divorciadas ou em união estável em número de 3, finalizando com 2 separadas. Tal distribuição pode ser reportada no gráfico 3:

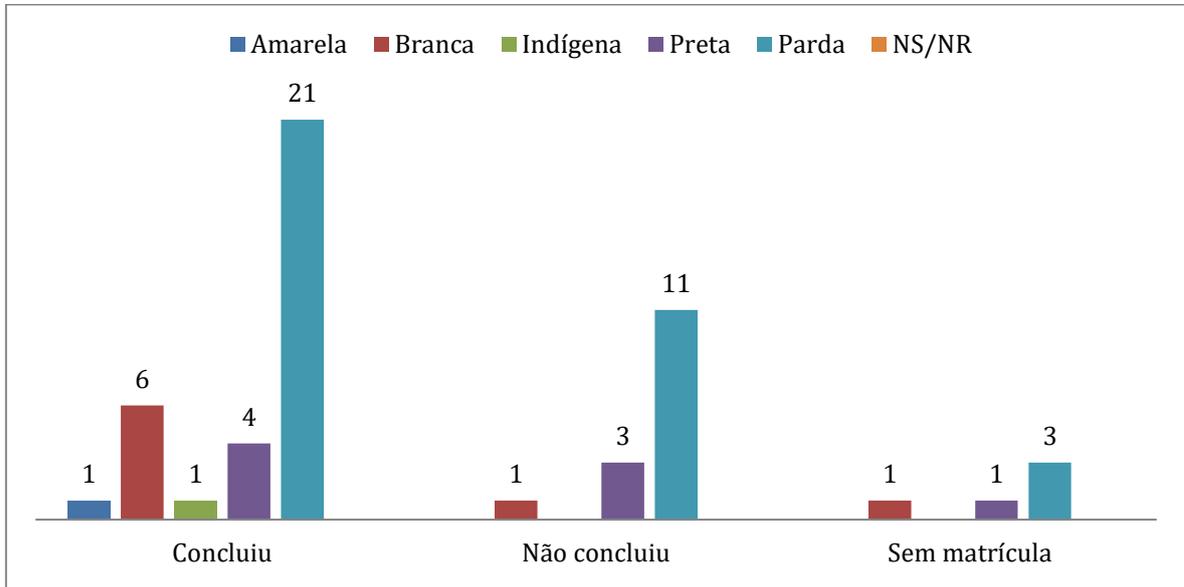
Gráfico 3 - Estado civil



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

No tocante a raça/etnia foi extraída informações, as quais indicam a diversidade étnica da amostra, conforme ilustrado no gráfico 4:

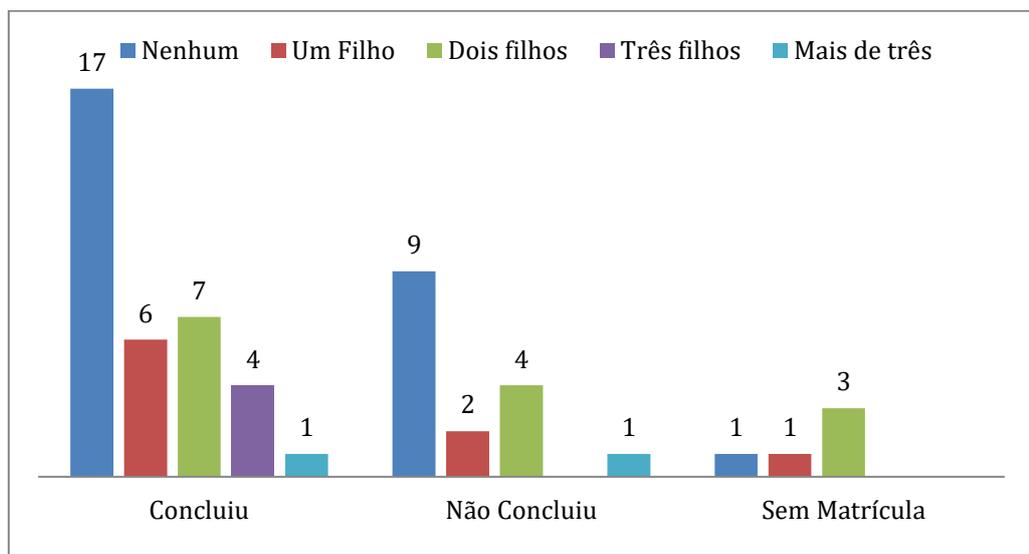
Gráfico 4 - Raça/etnia



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

A respeito do número de filhos, percebemos que tanto o grupo de mulheres que concluiu como o grupo das que não concluiu, tem a variável, nenhum filho com maior frequência. Já para o grupo de sem matrícula, a variável com maior frequência é a de dois filhos. Sendo observado no gráfico 5:

Gráfico 5 - Número de filhos



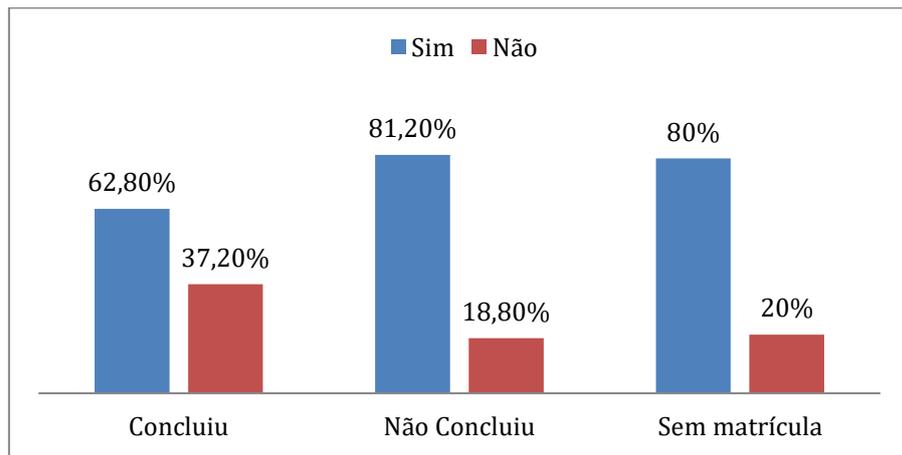
Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

### 6.1.1 Dimensão econômica

Para a análise da dimensão econômica foram traçadas questões referentes à renda, colocação no mercado de trabalho e situação da residência, conforme registrados a seguir.

Quando perguntado se a pesquisada tem atividade que gera renda, foram obtidas as respostas:

Gráfico 6 - Se desenvolve atividade que gera renda

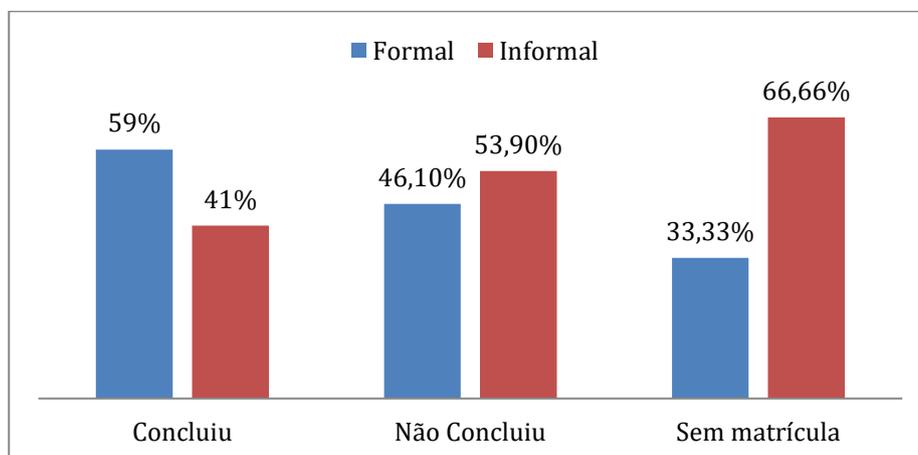


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Ao observar a proporcionalidade quanto ao desenvolvimento de atividade que gera renda, percebe-se que apesar da predominância das mulheres em atividade econômicas, esse fato não repercute fato da mulher ser beneficiária do PMM, pois proporcionalmente esse grupo amostral apresenta o menor índice em atividade econômica.

Das 39 mulheres que realizam atividade que gera renda, apenas 20 apresentam registro empregatício formal, enquanto 19 desenvolvem atividades de trabalho informal, conforme gráfico 7:

Gráfico 7 - Tipo de vínculo empregatício



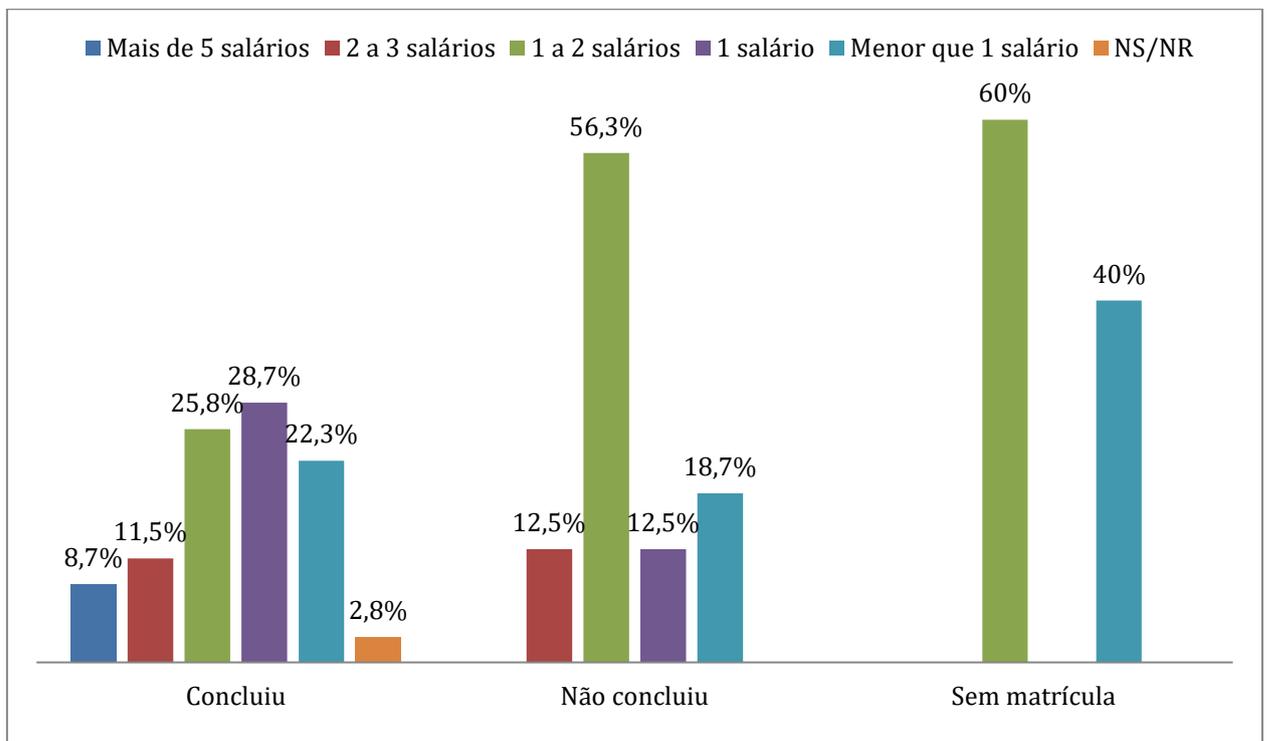
Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

É interessante observar que, apenas no grupo de mulheres que concluiu o número de ocupantes em emprego formal é maior que do emprego informal, podendo sinalizar que a qualificação profissional, contribuindo para a ocupação de postos de trabalho formal.

Segundo Hirata (2007) as mulheres que buscam a escolarização assumem o papel importante na sociedade no enfrentamento das desigualdades sociais. A como o IBGE (2010) revela que quanto mais escolarizada e qualificada melhor é a ocupação das mulheres no mundo do trabalho, apesar de em algumas situações ainda terem a remuneração pelo seu trabalho menor que a dos homens.

A renda familiar é outra variável pertinente à dimensão econômica, na medida em que sinaliza o poder aquisitivo familiar. Tal indicador está representado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Renda familiar

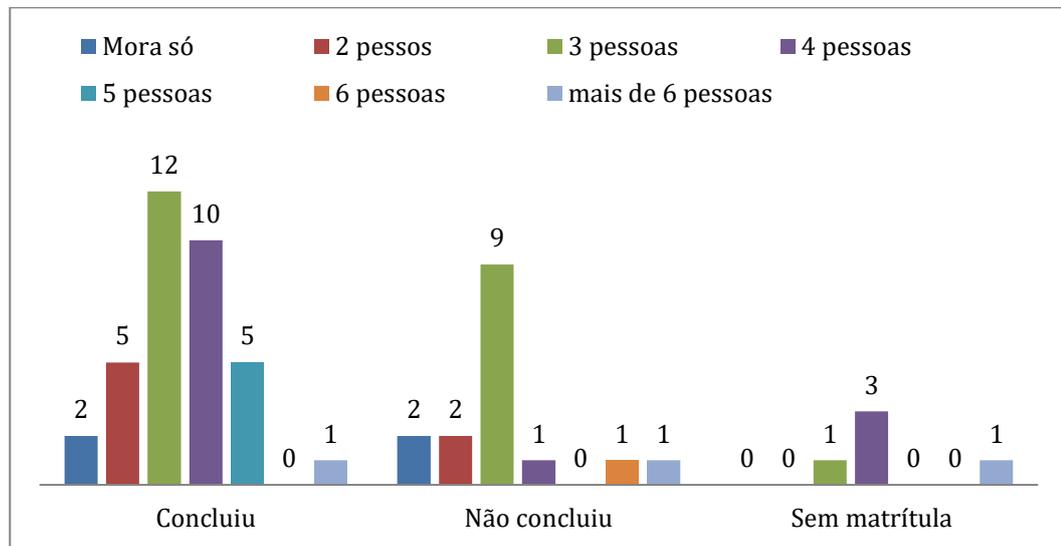


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Proporcionalmente a renda familiar apresenta uma distribuição equiparada entre os grupos da pesquisa tendo sua frequência variando entre as faixas de renda pesquisadas. Contudo observamos no recorte da amostra das mulheres sem matrículas que sua renda familiar não ultrapassa 2 salários mínimos.

No cenário de números de moradores que residem no mesmo local da pesquisada, foi retrato que na maioria das residências moram três pessoas. Gráfico 9:

Gráfico 9 - Número de pessoas na residência

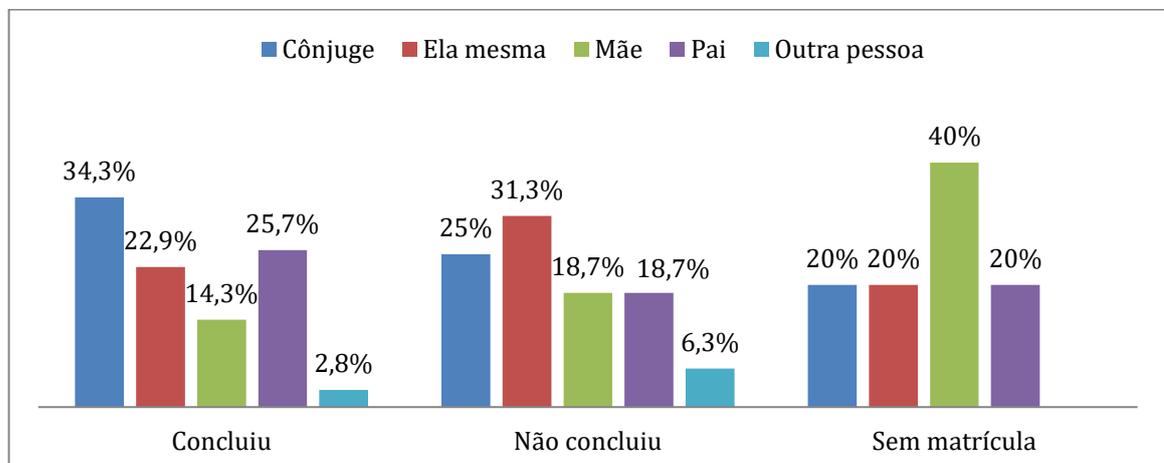


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Quando foi questionado sobre a sua moradia, identificamos que a maioria reside em casa própria, com 49 das 56 pesquisadas. Característica que é representada nos três grupos apresentados.

Na categoria renda, as mulheres apresentam uma importante atuação com 69,6% das mulheres atuando de modo a gerar renda, seja no trabalho formal ou informal. No gráfico, podemos observar que 14 mulheres pesquisadas atuam como arrimo familiar, na medida em que afirmam ser a pessoa que mais contribui para a renda familiar. Gráfico 10:

Gráfico 10 - A pessoa que mais contribui para a renda

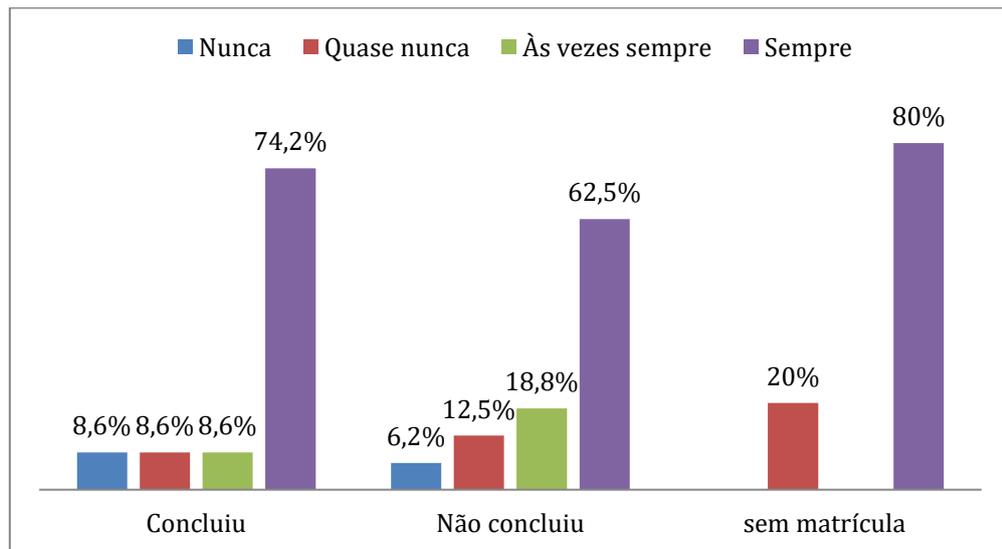


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

E, diante da pesquisa, foi questionado se ela participa das decisões de como será direcionado os gastos da família.

Nos três grupos, são evidenciados que a maioria das mulheres tem sua opinião sempre respeitada quanto ao gasto da renda familiar, com 71%. Contudo, é importante observar que 29% das questionadas não apresentam participação ativa nessa decisão. Gráfico 11:

Gráfico 11 - Frequência em que participa da decisão quanto aos gastos da família



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Na dimensão econômica, as questões e dados apresentados refletem que a mulher apresenta atuação na composição da renda familiar, bem como, influência sobre a decisão de sua utilização. Contudo, na tabela 18, demonstra que a pessoa que mais contribui para a renda com cerca de 53% é destinada a figura masculina (pai e cônjuge) com 30 respostas.

Segundo Malhotra, Schuler e Boender (2002), a geração de renda e a participação nas decisões na esfera familiar, são indicadores importantes para o empoderamento na dimensão econômica. Sendo assim, não podemos afirmar que a participação da mulher no Programa Mulheres Mil contribuiu para o seu empoderamento, na medida em que a figura masculina ainda aparece em destaque na geração de renda. No indicador de tomada de decisão os três grupos pesquisados revelam o empoderamento nesse indicador quando 71,4% das mulheres pesquisadas declaram que sempre participam das decisões. Romano (2002) afirma que o poder é elemento preponderante para ao processo de empoderamento, e esse poder perpassa pela forma de atuação do indivíduo em sociedade. Diante disto, a participação ativa nas tomadas de decisões familiares configura-se sim como indicador de empoderamento econômico. E como é

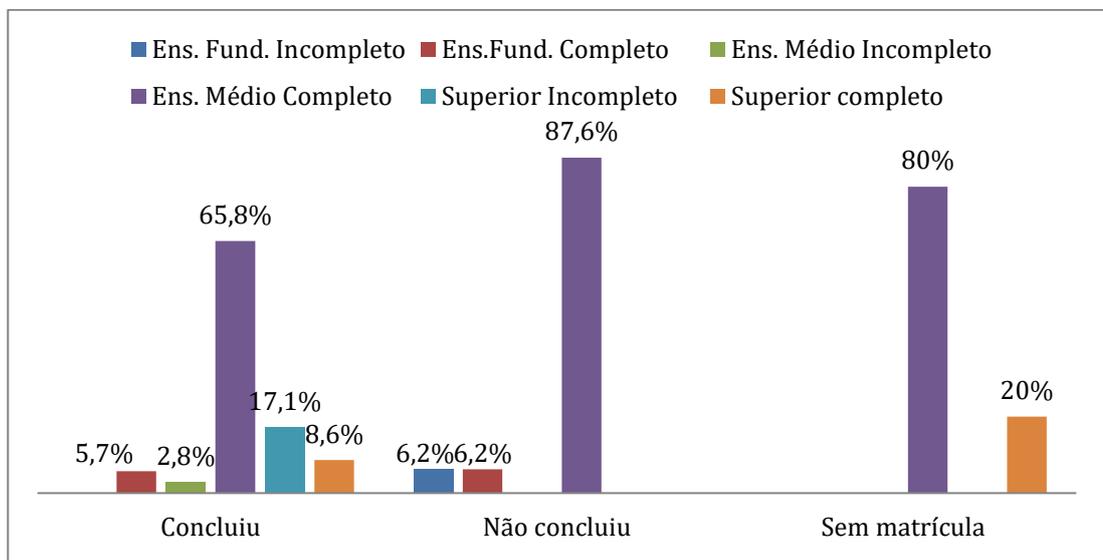
significativo nos três grupos de amostra, não podemos atribuir esse fenômeno à participação no PMM. Assim, o PMM não empoderou mulheres na dimensão econômica.

### 6.1.2 Dimensão Sociocultural

Neste momento, apresentaremos os dados coletados através de questionário com perguntas fechadas sobre o tema sociocultural, compreendido em oito questões.

Inicialmente foi perguntada qual a escolaridade atual, obtendo os dados demonstrados no gráfico 12:

Gráfico12 - Escolaridade



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

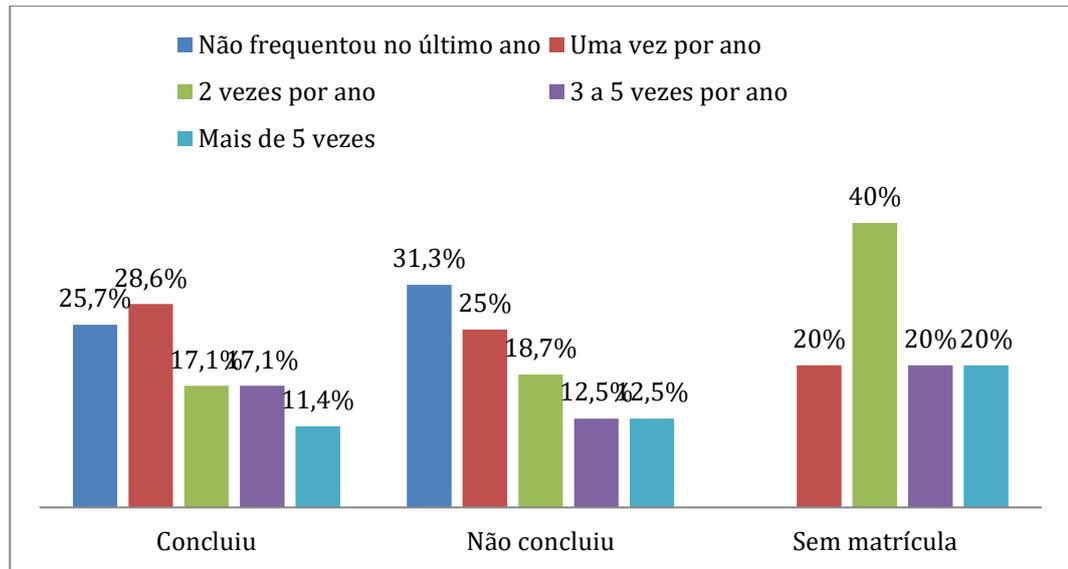
No gráfico 12, fica clara a distribuição das modalidades de ensino, onde é interessante observar que o ensino médio prevalece sobre os três grupos pesquisados. E apenas na amostra que trata do grupo 1 – concluiu o curso, são indicadas situações de ensino superior incompleto e ensino superior completo, reportando a elevação da escolaridade. Contudo, não podemos afirmar que esse fenômeno não ocorra na população dos dois outros grupos, podemos apenas afirmar que, na amostra não foram identificadas essas variáveis nos grupos 2 e 3.

A elevação da escolaridade é um dos objetivos do Programa Mulheres Mil (Brasil, 2011) onde o programa preconiza a importância de se estabelecer o incentivo a elevação de escolaridade. Fato que é contemplado no grupo de quem concluiu o programa, na medida em que percebe-se a frequência de mulheres no ensino médio, indo para superior já concluindo ou já concluído. Neste indicador podemos afirmar que o PMM está atendendo a esse objetivo. E

segundo Malhotra, Schuler e Boender (2002) a elevação da escolaridade é um dos elementos que empodera no aspecto social, atrelado a participação social.

Ao analisarmos questões referentes ao acesso de espaços de lazer, como a ida ao cinema, obtivemos equilíbrio entre os três grupos, conforme apresentado no gráfico 13.

Gráfico13 - Frequência em que vai ao cinema



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Foi também, perguntado quanto a participação em outras atividades relacionadas ao lazer, como a leitura, música, teatro, dança, artesanato, pintura, vídeo, passeios, esportes e religião. Essas atividades de lazer foram informadas conforme a distribuição retratada nos gráficos 14, 15 e 16.

Gráfico 14 - Concluiu

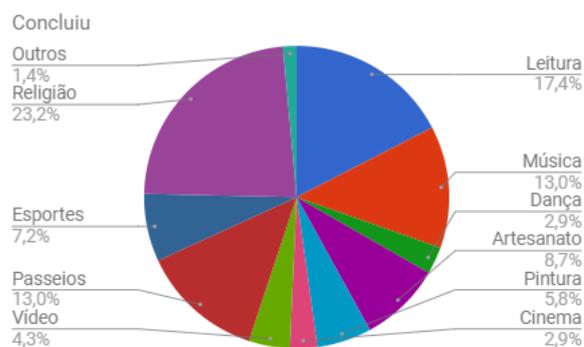


Gráfico15 - Não concluiu

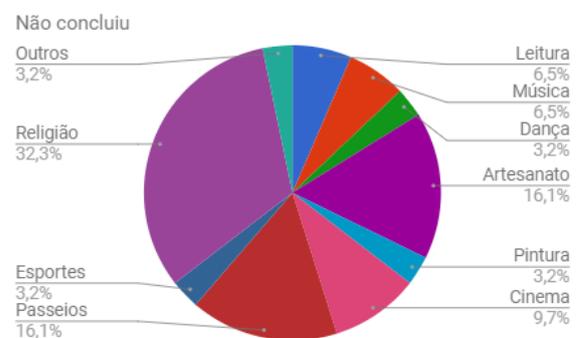
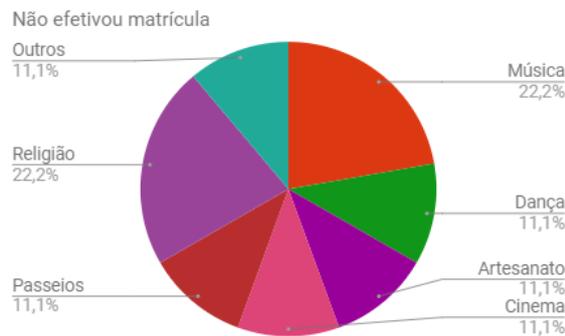


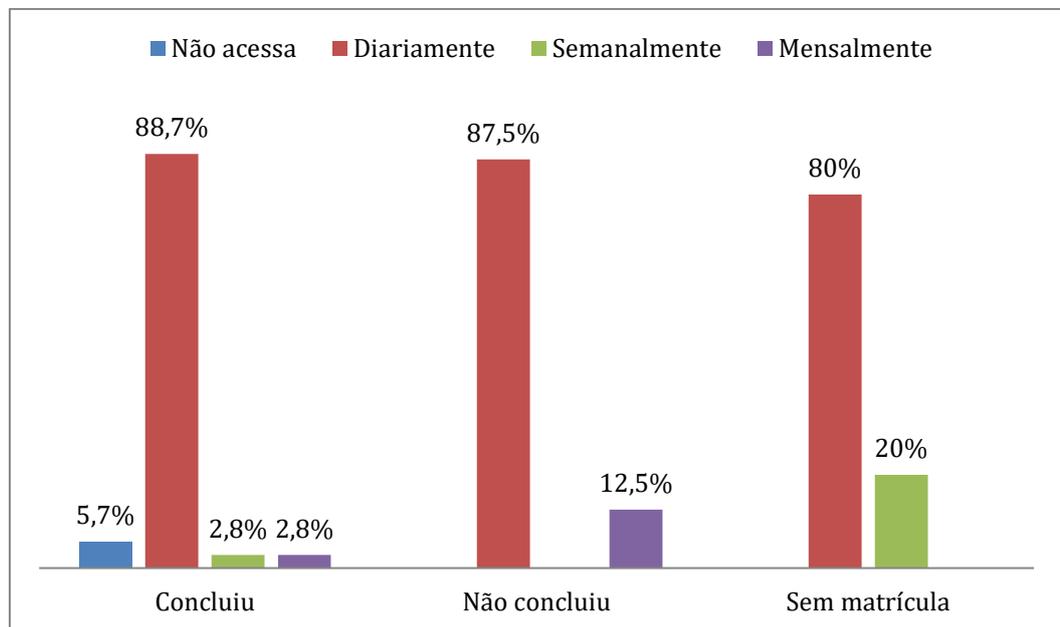
Gráfico16 - Sem matrícula



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

O acesso às redes sociais também foi alvo de questionamento, na medida em que é interessante observar se as mulheres pesquisadas estabelecem relações com outras pessoas através dos espaços virtuais, onde foi obtida a configuração apresentada no gráfico 17.

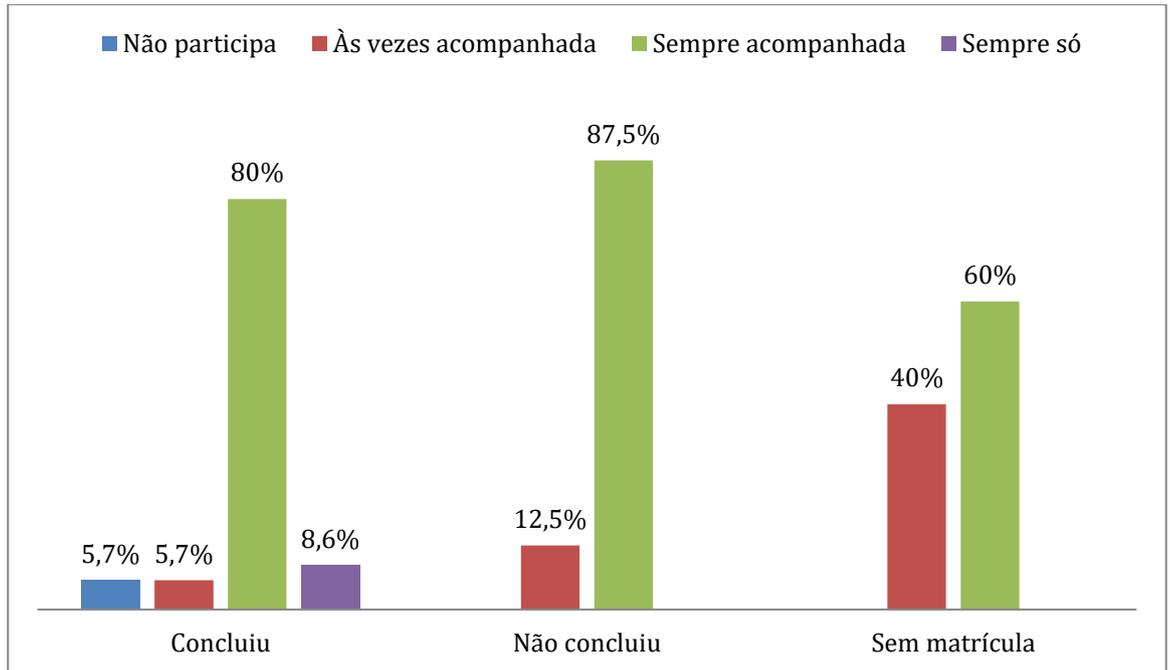
Gráfico 17 - Frequência em que acessa as redes sociais



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Quanto à participação de atividades de lazer e cultura em relação à forma de participação, existe a predominância nos três grupos quanto a irem sempre acompanhadas a esses espaços. Elemento que pode revelar a manutenção de regras patriarcais, de condutas das mulheres estarem sempre acompanhadas (Hiratra, 2002).

Gráfico 18 - Atividades de lazer e cultura

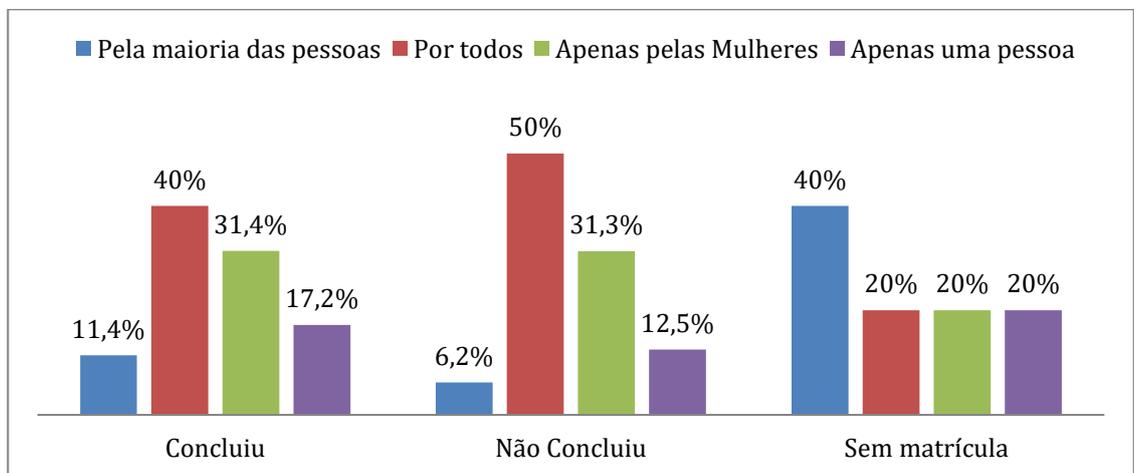


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Ainda na perspectiva de identificar se existe uma tendência de mudanças em regras do patriarcado, categoria que compõe a dimensão sociocultural, foi questionado quanto à realização das atividades domésticas.

É interessante observar que no grupo 1 (concluiu) e grupo 2 (não concluiu) existe uma sinalização positiva, quanto à distribuição de tarefas domésticas, ao ter como predominância a realização por todos da residência, dados observados no gráfico 19.

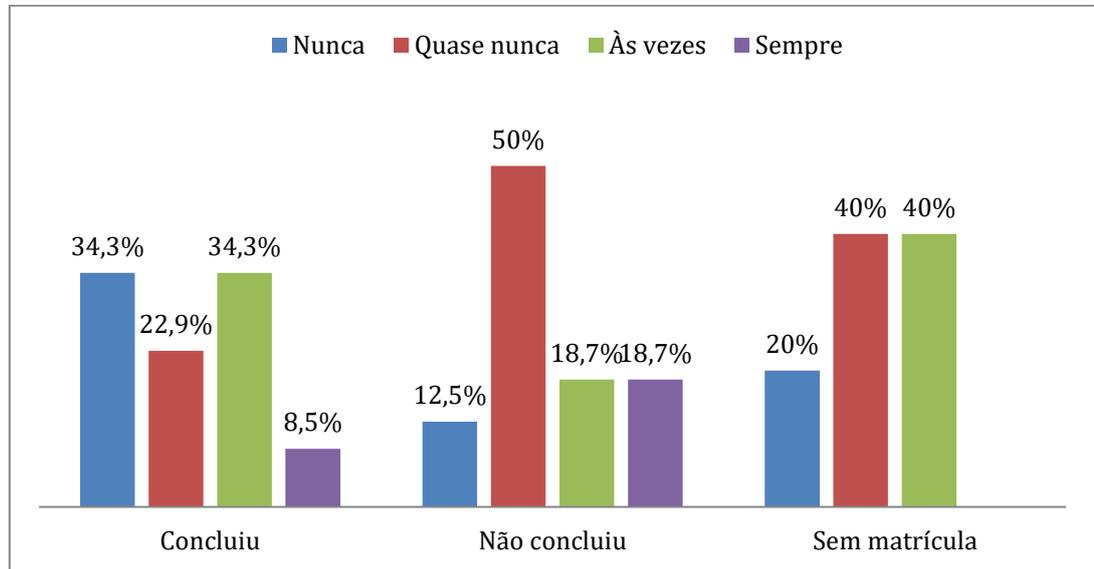
Gráfico 19 - Quem realiza as atividades domésticas



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

O acesso a jornais como fonte de informação foi um meio em que não obteve grande relevância para esse público. Gráfico 20.

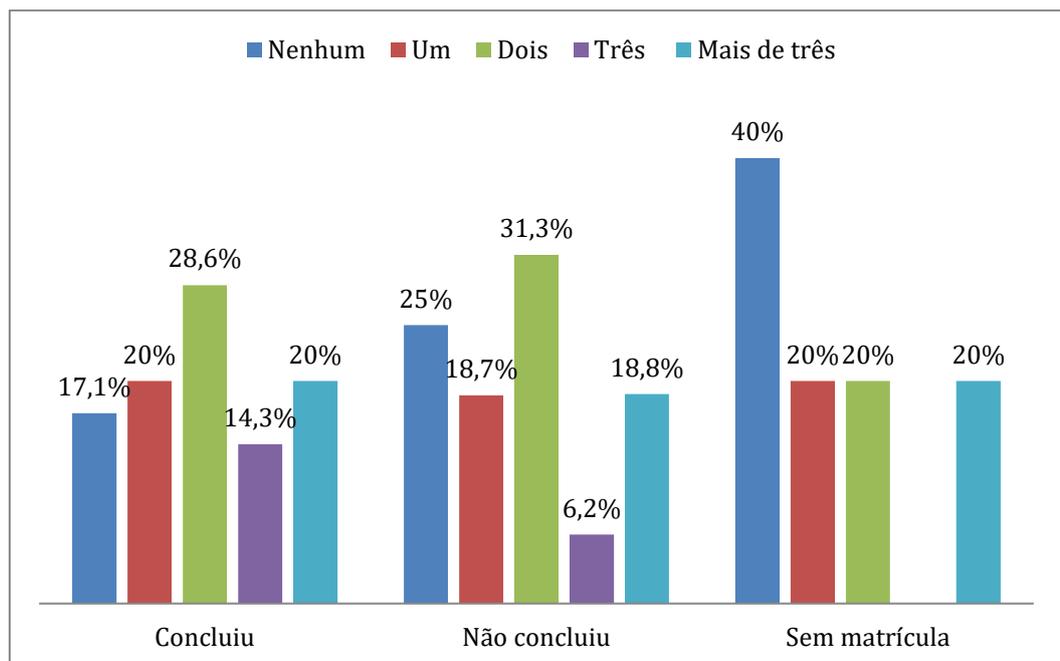
Gráfico 20 - Frequência em que lê jornal



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Quanto ao acesso à literatura, as mulheres pesquisadas apresentaram o seguinte cenário. Gráfico 21.

Gráfico 21 - Quantidade de livros lidos no último ano



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Diante da análise, podemos observar que nas categorias de acesso a espaços públicos existe a maior frequência nos três grupos em estarem sempre acompanhada, fato que segundo Hirata (2002) reporta a manutenção de valores patriarcais, tendo uma influência negativa nos resultados. Já na atuação em grupos familiares, foi percebido que existe um cenário positivo no grupo 1 e mais discreto no grupo 2, na medida em que existe a predominância na execução das tarefas domésticas serem realizadas por todos da família. Outra categoria importante é a que trata da elevação da escolaridade, fato verificado no grupo 1 (concluiu) onde apresentam casos no ensino superior incompleto e ensino superior completo. O mesmo não foi verificado nos outros dois grupos, mas como já relatado, uma de nossas limitações para inferir sobre a possível contribuição do PMM sobre essa categoria, é o número reduzido das amostras dos grupos 2 e 3.

Contudo, a participação social, demonstrada nos dados da pesquisa, associada a elevação da escolaridade remete ao empoderamento preconizado por Mallhotra, Schuler e Boender (2002), e que foi atendido com participação no PMM. Assim, o PMM, empodera suas beneficiárias na dimensão do empoderamento sociocultural

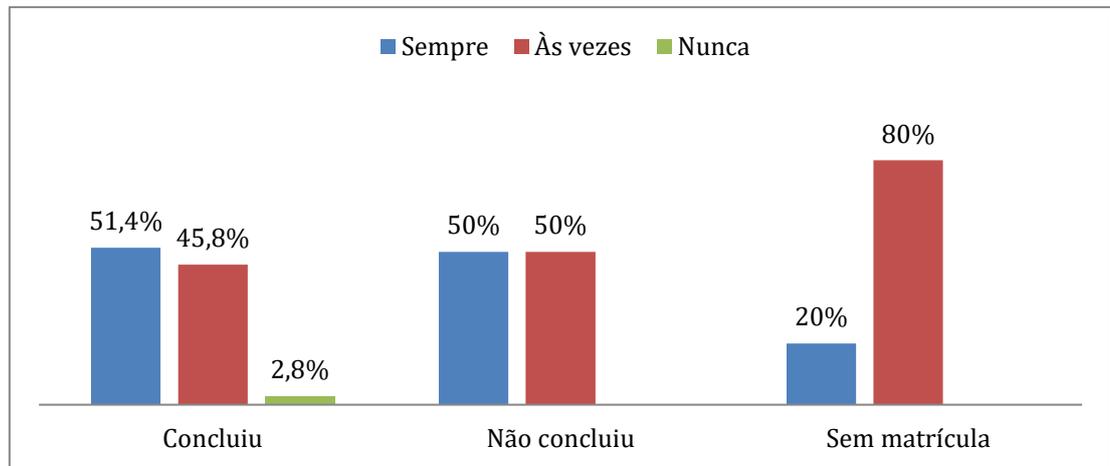
### 6.1.3 Dimensão Familiar/pessoal

Na dimensão familiar/pessoal iremos observar as categorias que compõem essa dimensão a partir das questões sobre essa temática. Onde no quadro XX, é perguntado sobre a frequência em que a opinião das pesquisadas é respeitada no ambiente familiar, obtivemos os dados traduzidos no gráfico 21.

Romano (2002) e Baquero (2012) trazem a reflexão de que a maior autonomia e autoridade no meio familiar através das decisões e opiniões também contribuem para o empoderamento, na medida em que tira a mulher do papel de subordinada nessa relação.

Nesse aspecto, é interessante observar que o único grupo em que tem a maioria teve sempre sua opinião respeitada, foi o grupo das mulheres que concluiu o curso.

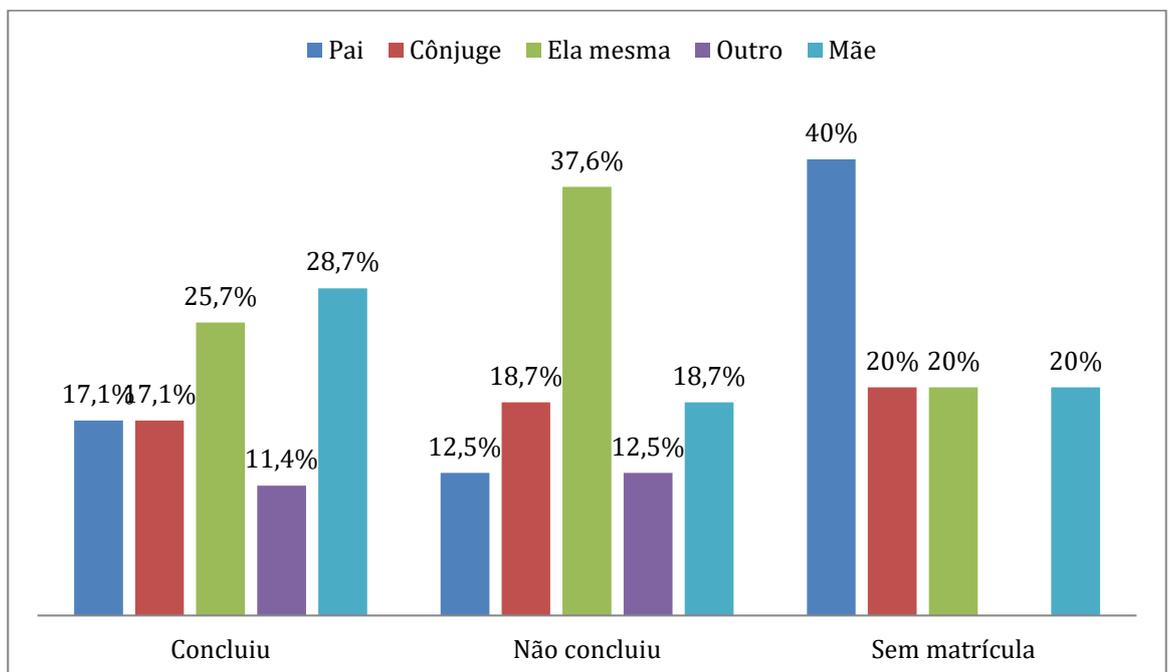
Gráfico 22 - Frequência com que a opinião é respeitada



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Quando é perguntado sobre quem é responsável pela residência, existe a indicação da importância do papel da mulher nesse lugar, na medida em que 53,5% revelam a figura feminina (ela mesma ou a mãe). Tal recorte é percebido no grupo 1 e 2 (concluiu e não concluiu). No grupo 3 (sem matrícula) existe a predominância do homem nesse papel.

Gráfico 23 - Responsável pela residência



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

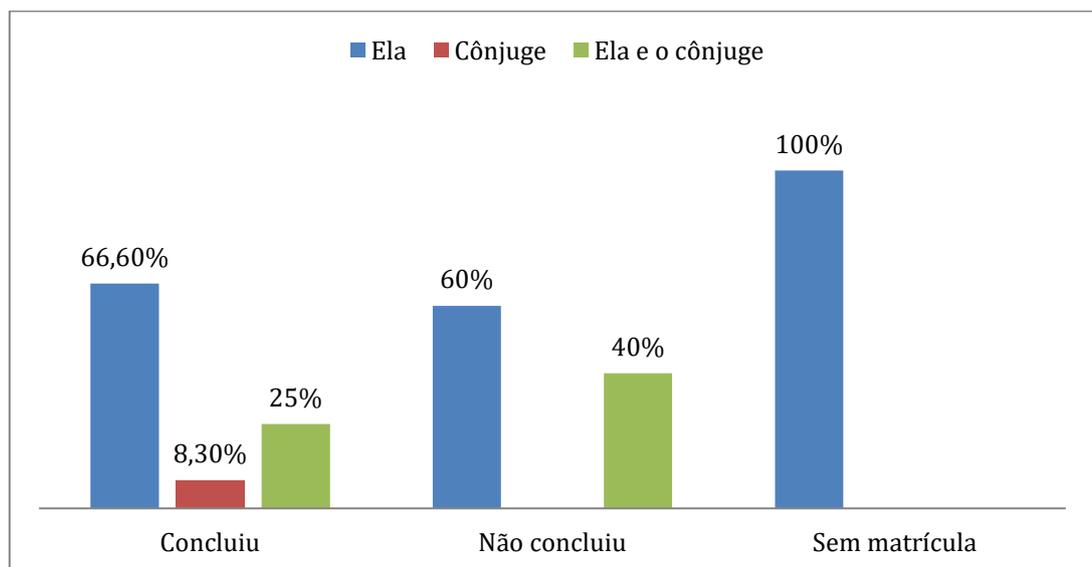
Na categoria que trata sobre o controle reprodutivo, na qual é mensurado se usa ou não método contraceptivo, os dados retratam que a maioria nos três grupos não faz uso de método contraceptivo (Tabela 12). E das que utilizam, existe a predominância quanto a serem elas que escolhem o método. Gráfico 24.

Tabela 12 - Usa método contraceptivo

Grupo	Sim		Não		Total geral	
	%	N	%	N	%	N
Concluiu	34,2	12	65,8	23	100	35
Não concluiu	37,5	6	62,5	10	100	16
Sem matrícula	40	2	60	3	100	5
Total geral	53,7	20	64,3	36	100	56

Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Gráfico 24 - Quem decide sobre o método contraceptivo



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Quanto ao controle reprodutivo, percebemos que nos três grupos, sua maioria não faz uso de método contraceptivo, o que na literatura podemos reportar o baixo controle desse aspecto, caracterizando ainda um tabu nas discussões de gênero, sendo um importante indicador para a construção do empoderamento na dimensão familiar/pessoal (Iorio, 2002; Lisboa 2004). Onde o controle da natalidade segundo Malhotra, Schurler e Boender (2002), é um importante indicador na composição do empoderamento na dimensão familiar/pessoal.

Assim, podemos inferir que na dimensão familiar/pessoal, a mulher passa a expressar sua opinião de modo a ser respeitada no seio familiar, principalmente se comparado aos grupos de mulheres que concluiu e das mulheres sem matrícula, contudo e pertinente considerar que

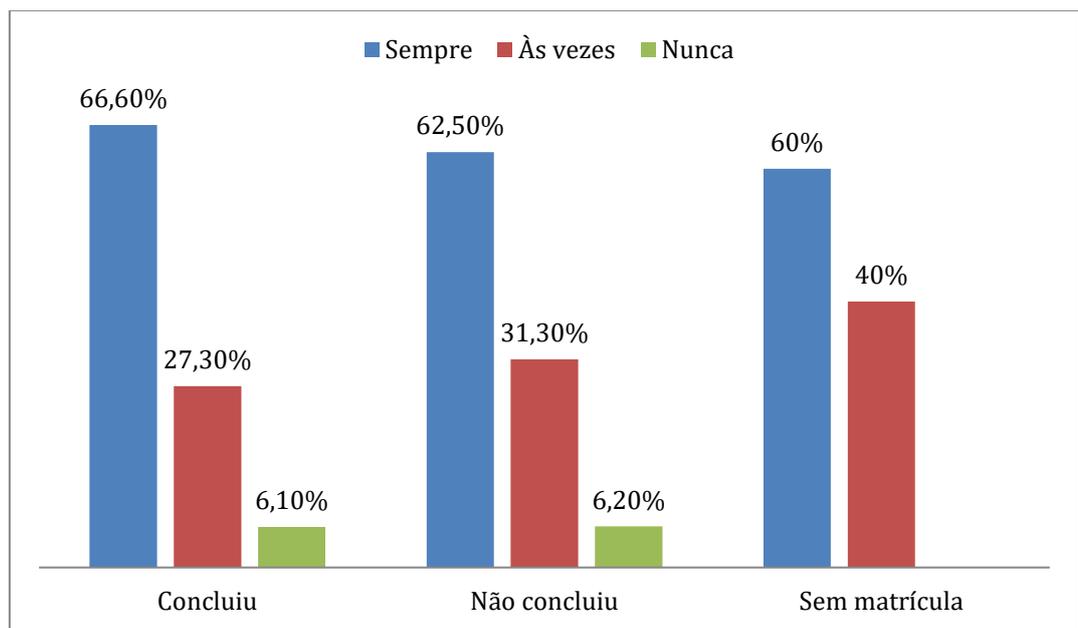
os dogmas do patriarcado continuam evidente, em especial se considerarmos que sua atuação não ultrapassa os limites da esfera doméstica como preconiza Louro (1997), e Hidrata e Kergoart (2007).

Neste contexto podemos inferir que o PMM contribui para o empoderamento na dimensão familiar/pessoal.

#### 6.1.4 Dimensão Legal/política

Na dimensão legal/política analisaremos através das respostas ao questionário se são observadas variáveis das categorias que compõem essa dimensão, tais como o exercício ao voto. Tal questionamento foi retratado nos dados no gráfico 25 quando foi perguntado se para a escolha de seus representantes políticos elas buscam conhecer seus projetos de campanha eleitoral.

Gráfico 25 - Frequência em que busca informações sobre candidatos a cargos públicos

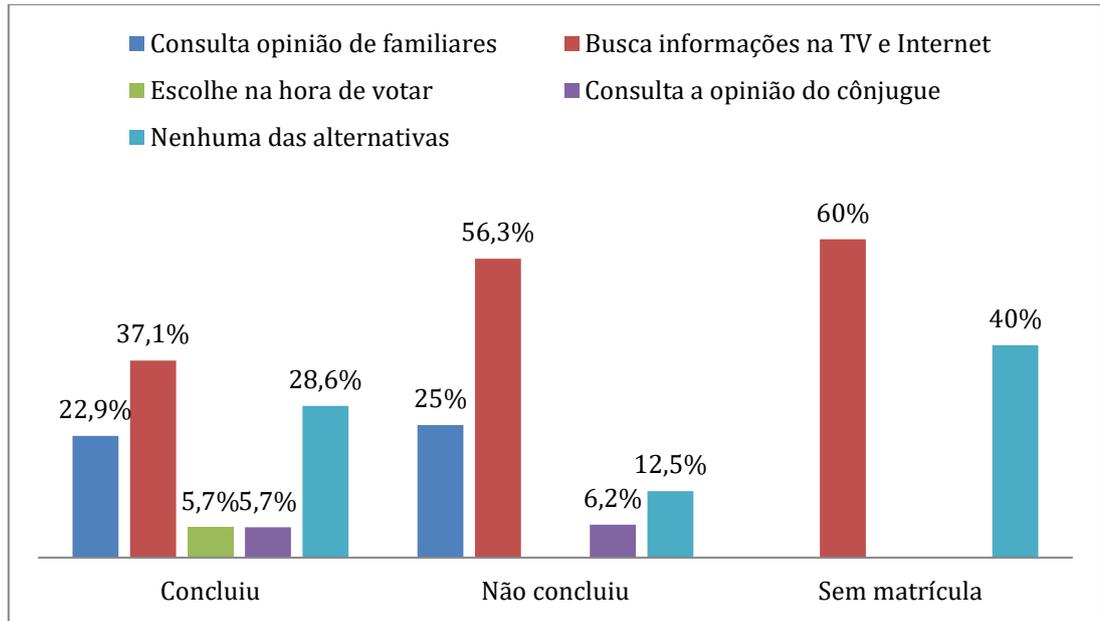


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Podemos perceber que a variável “sempre” prevalece nos três grupos representados.

A forma de construção quanto à opinião para a votação também foi questionada, obtendo a distribuição no gráfico 26.

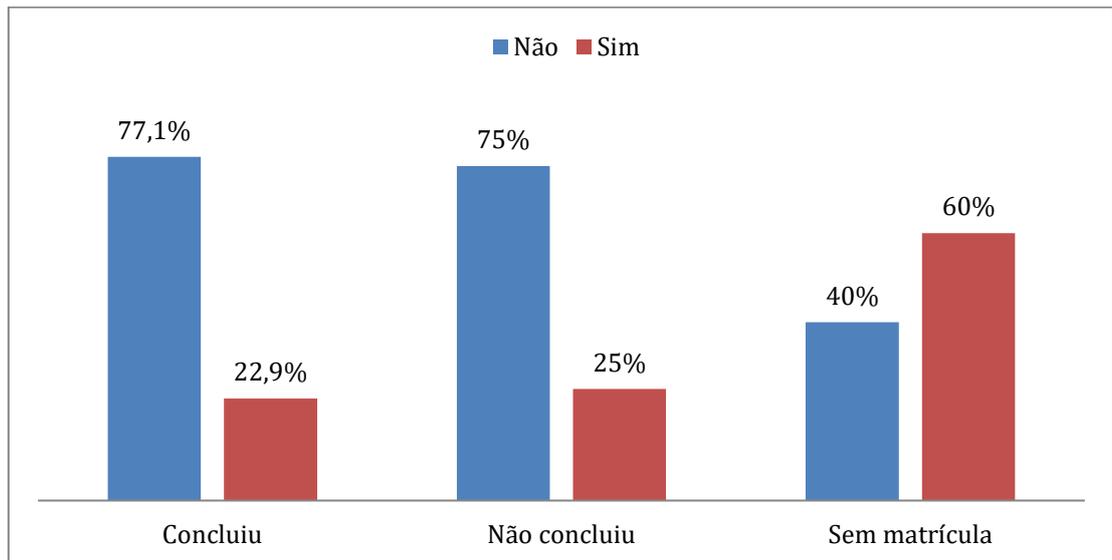
Gráfico 26 - Como define em quem vai votar



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Outra categoria pesquisada foi a participação em políticas públicas, tais como políticas de distribuição de renda onde proporcionalmente o grupo 3 (sem matrícula) foi o grupo que mais teve acesso a essa política, seguida pelo grupo 2 (não concluiu). Gráfico 27.

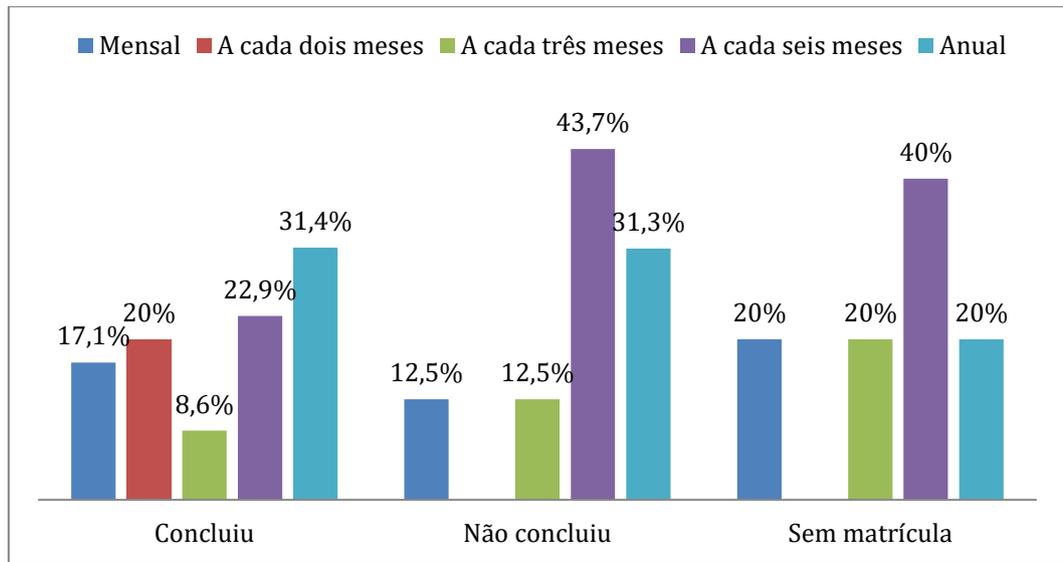
Gráfico 27 - Se é beneficiária de programa social



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Quanto ao acesso a outros serviços públicos, como o da rede de saúde, todas fazem uso do serviço pelo menos uma vez ao ano. Gráfico 28.

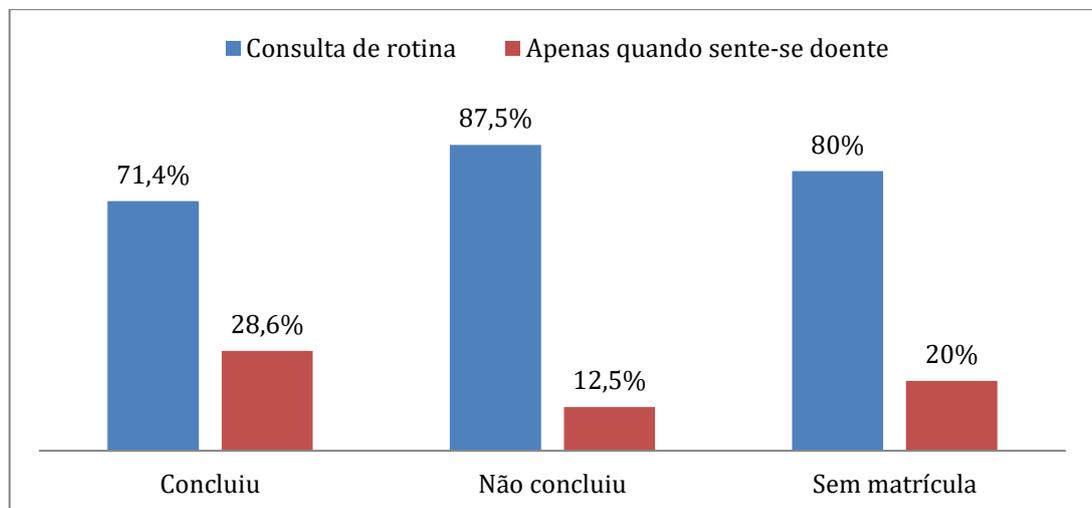
Gráfico 28 - Frequência em que acessa os serviços de saúde



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Nos três grupos, observamos que a maioria das pesquisadas frequentam os serviços de saúde para a realização de consultas de rotina/preventivas. Gráfico 29.

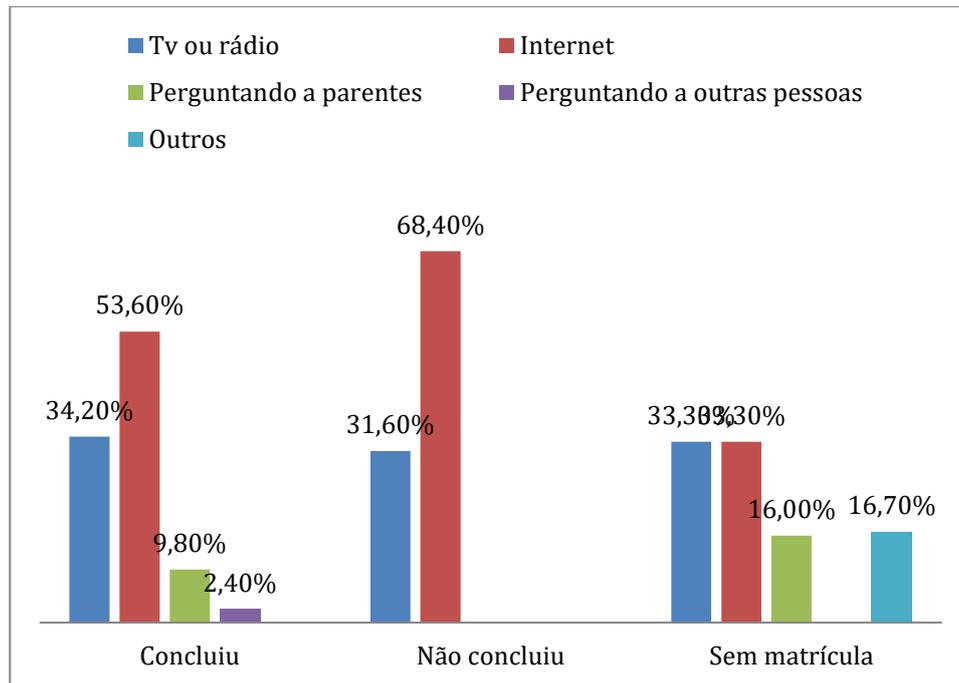
Gráfico 29 - Condições em que acessa serviço de saúde



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

A busca pela informação também é uma categoria dessa dimensão, pois está intrínseco a todo processo de empoderamento, assim, foi perguntada sobre qual meio de acesso a informação as mulheres pesquisadas mais utilizam, obtendo das respostas demonstradas no gráfico 30.

Gráfico 30 - Como acessa as informações



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

A dimensão legal/política apresentou o equilíbrio nas respostas das amostras dos três grupos pesquisados, fato esse que evidencia que a participação no PMM, não repercute ao ponto de destacar as mulheres beneficiárias nas variáveis pesquisadas.

Segundo WEF (2017), é importante destacar a necessidade da participação das mulheres no processo eleitoral, os dados demonstram que existe a preocupação em obter informações necessárias para o voto consciente. O exercício do voto pode ser considerado uma relação de poder, onde segundo Fonseca (2010), Romano e Antunes (2002), o poder como algo relacional, onde o indivíduo o exerce através do enfrentamento para a garantia de direitos a políticas públicas sejam elas na saúde, educação, segurança, repercutindo assim na construção do empoderamento.

O processo de empoderamento também perpassa pela busca de informação e pelo processo pelo qual as pessoas se relacionam, (Malhotra, Schurler e Boender, 2002). E nos três grupos pesquisados a frequência com que as mulheres acessam os meios de comunicação e informação são proporcionalmente próximos. Assim como a interação em redes sociais. Representando assim que não existe a relação direta entre a participação ou não no PMM.

A dimensão legal/política apresentou o equilíbrio na mensuração das respostas nas amostras dos três grupos pesquisados, em todas as variáveis analisadas, fato esse que evidencia

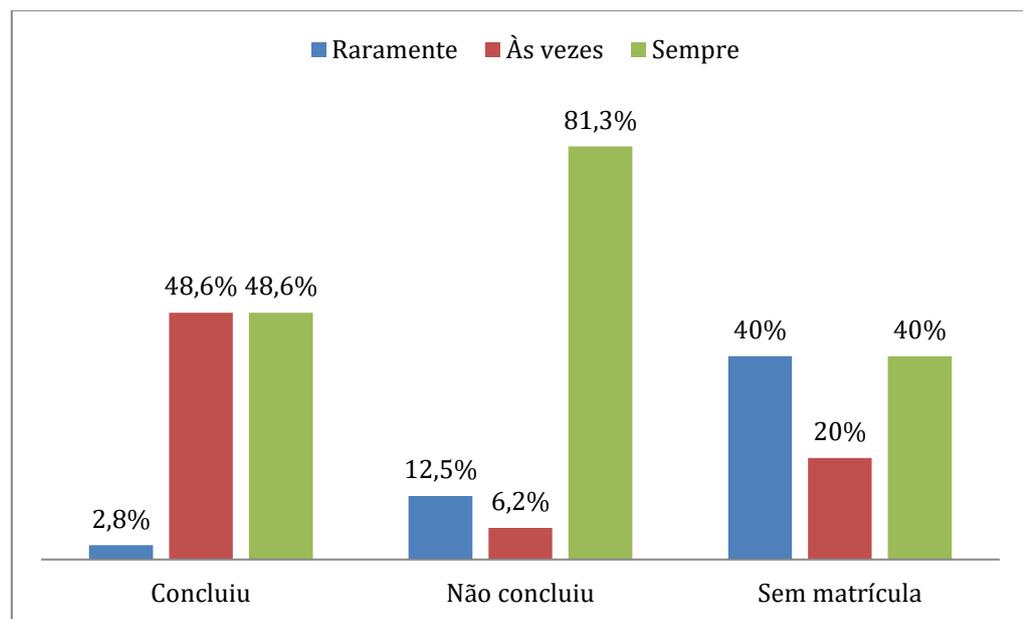
que a participação no PMM, não repercute ao ponto de destacar as mulheres beneficiárias nas variáveis pesquisadas. O PMM não empodera a mulher na dimensão político/legal

#### 6.1.5 Dimensão Psicológica

Para concluir o conjunto de dimensões que compõem o processo de empoderamento, está a dimensão psicológica, onde busca analisar características psicológicas como autoestima, bem-estar e sentimento de justiça. Nessa direção, foram apresentadas perguntas relacionadas a essas categorias, como a que sinaliza a frequência com que a mulher pesquisada dedica tempo para se cuidar, sendo demonstradas no gráfico 31.

Para o primeiro grupo ocorreu o mesmo número de indicações para as frequências sempre e às vezes, enquanto que para o segundo grupo foi gerado a frequência para variável sempre.

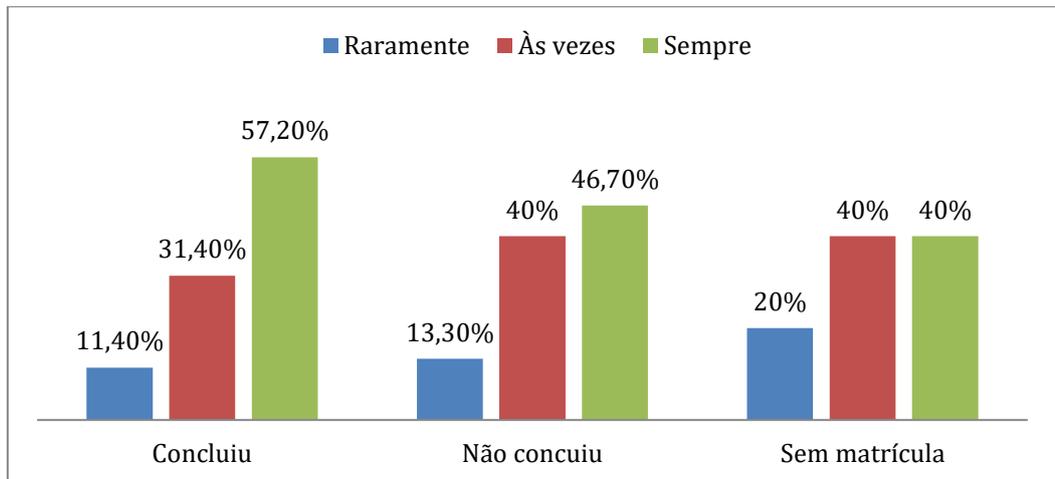
Gráfico 31 - Frequência em que dedica tempo para se cuidar



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Na sequência foi questionado sobre o seu desenvolvimento individual, onde os três grupos apresentam comportamento similar ao responder em sua maioria que a frequência é sempre. Gráfico 32.

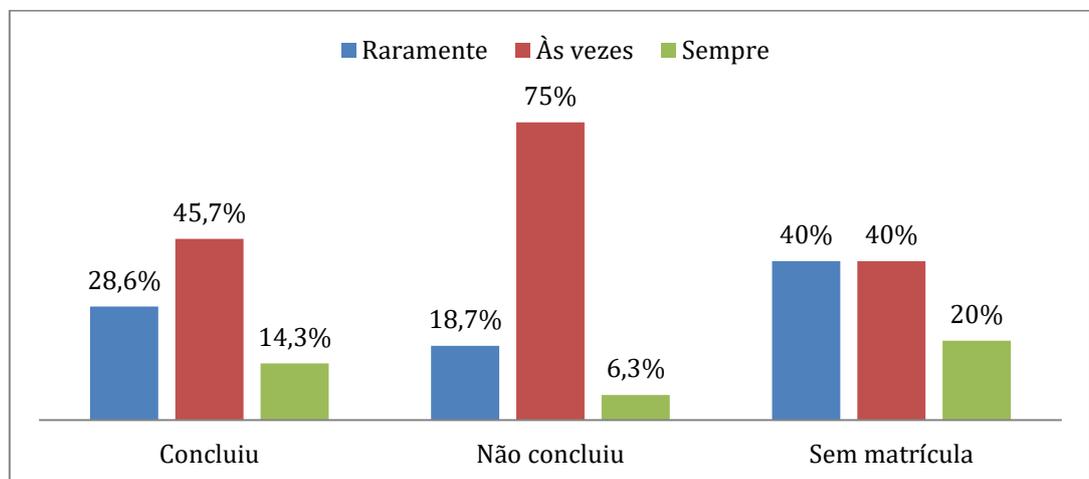
Gráfico 32 - Frequência em que investe no seu desenvolvimento pessoal



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Como elemento de bem-estar e autoestima, foi questionado se ela se sente insegura, na perspectiva de evidenciar sua autoestima e autoconfiança, e a maioria nos grupos 1 e 2 relataram que às vezes se sente insegura, enquanto no grupo 3 houve um empate entre as variáveis às vezes e raramente. Gráfico 33.

Gráfico 33 - Frequência em que se sente insegura

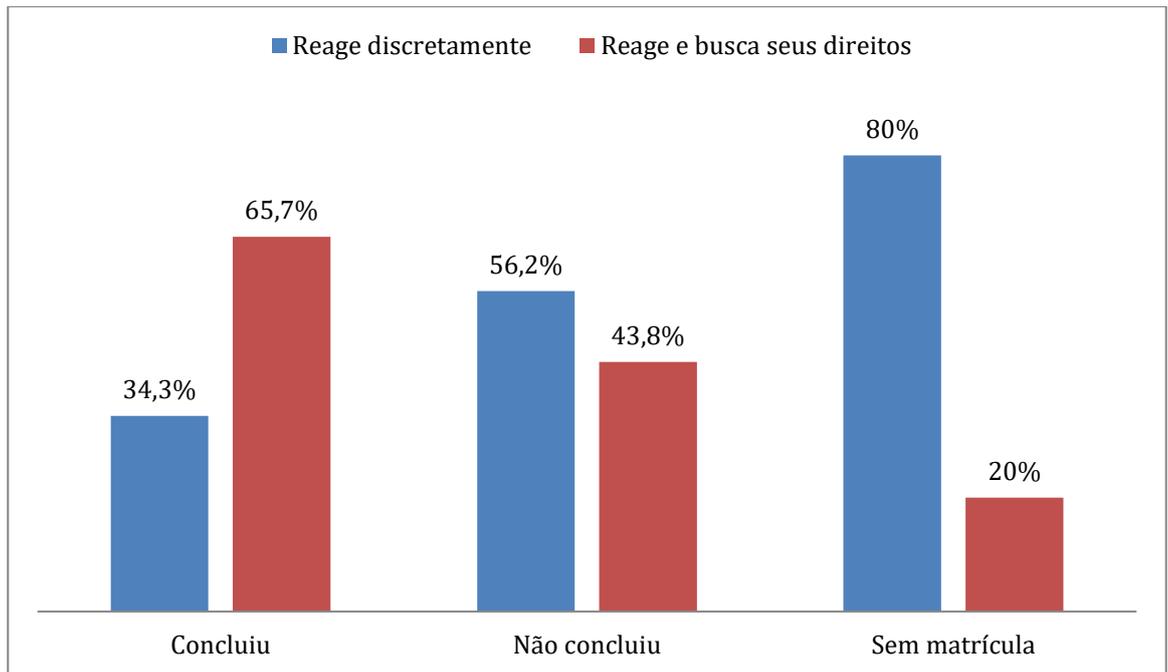


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

Para concluir a análise sobre a dimensão psicológica, traçamos a pergunta sobre a percepção de injustiças e sua reação, obtendo as respostas expressas no gráfico 34.

Nos três grupos existe o esboço a reação, seja de forma mais discreta ou não, nenhuma das pesquisadas assinalou a variável “não reage”, demonstrando assim, a compreensão da importância da conquista de garantias de direitos.

Gráfico 34 - Como reage a injustiças



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários aplicados

A construção do empoderamento na dimensão psicológica está intrinsecamente relacionada ao indivíduo, as suas potencialidades e características individuais, como a autoestima, a autoconfiança e seu bem-estar. Malhotra, Schurler e Boender (2002), Baquero (2012), Gohn (2004) e Selvatty, Moreira, Baeta (2012) reforçam a ideia do empoderamento individual, como o equilíbrio na busca dos direitos ao bem-estar aliado à elevação da autoestima e autoconfiança, e estas estão relacionadas às experiências vivenciadas por cada indivíduo.

Diante dos dados apresentados, podemos perceber que a autoestima é um aspecto presente no grupo das mulheres que concluíram os cursos do PMM, onde apresentam maior proporção quando perguntado sobre o investimento pessoal. Segundo Brasil (2011), um dos objetivos do PMM, é a elevação da autoestima, aliada à construção do senso crítico no enfrentamento às disparidades de gênero e percepção de injustiças sociais. Assim, quando perguntado sobre o posicionamento frente a injustiças, foi no grupo das beneficiárias do programa, o maior percentual de reação em busca de seus direitos.

Diante do exposto, concluímos que a abordagem quantitativa da pesquisa com os dados fornecidos através de questionário com perguntas objetivas pode nos conduzir algumas reflexões, que serão sistematizadas no quadro 8:

Quadro 8 - Síntese das análises dos dados quantitativos

Dimensões	Impactos propostos pelo Programa Mulheres Mil	Síntese dos dados de indicadores das dimensões de empoderamento						Impactos identificados frente as beneficiárias do PMM			
Econômica	<p>Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país;</p> <p>Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.</p>	Desenvolve atividade que gera renda		Quem mais contribui para a renda (conjugue e pai)		Sempre participa da decisão quanto aos gastos da família		<p>Verificamos que não houve influência do PMM na construção do empoderamento econômico, na medida em que o maior número de mulheres que desenvolve atividades que gera renda está nos grupos de que não concluiu ou não efetivou sua matrícula, e conseqüentemente, percebe-se que a figura masculina é quem mais contribui para a composição da renda no grupo de quem concluiu o PMM. Assim o PMM não empodera a mulher na dimensão econômica.</p>			
						%	N		%	N	
		Concluiu	62,8	22	60	21	74,2		26		
		Não concluiu	81,2	13	43,7	07	62,5		10		
		Sem matrícula	80	04	40	02	80		04		

Sociocultural	Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.			Escolaridade		Acessa diariamente as redes sociais		Atividades domésticas realizadas por todos da residência		É possível verificar o efeito positivo em indicadores que repercutem a pertinência do PMM na dimensão Sociocultural, em especial a elevação da escolaridade e atuação em redes sociais. O PMM empodera as mulheres na dimensão sociocultural.		
		Grupo		Superior incompleto	Superior completo							
		%	N	%	N	%	N	%	N			
		Concluiu	17,1	06	8,6	03	88,7	31	40		14	
		Não concluiu	--	--	--	--	87,5	14	50		08	
Sem matrícula	--	--	20	01	80	04	20	01				
Familiar/interpessoal	Reduzir os índices de violência doméstica;  Melhorar as relações familiares e comunitárias.	Grupo		Sempre tem a opinião respeitada		Responsável pela residência (ela mesma ou a mãe)				Apresenta efeito positivo, em especial quando comparado entre dois grupos, o das mulheres que concluíram com as mulheres que não efetuaram matrícula. Desse modo o PMM empodera as mulheres na dimensão familiar/pessoal.		
				%	N	%	N					
		Concluiu		51,4		18		54,4			19	
		Não concluiu		50		08		56,3			09	
Sem matrícula		20		01		40		04				
	Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e			Sempre busca informações sobre os candidatos		Busca informações através dos meios de		Beneficiária de programa social		Acessa serviço de saúde para consultas de rotinas		Resultado neutro, pois as categorias pesquisadas apresentam equilíbrio na sua distribuição de variáveis nos três

Legal/política	Tecnológica para o alunado não tradicional; Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida.	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">comunicação</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <th>%</th> <th>N</th> <th>%</th> <th>N</th> <th>%</th> <th>N</th> <th>%</th> <th>N</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concluiu</td> <td>66,6</td> <td>22</td> <td>53,6</td> <td>22</td> <td>22,9</td> <td>8</td> <td>71,4</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Não concluiu</td> <td>62,5</td> <td>10</td> <td>68,4</td> <td>13</td> <td>25</td> <td>4</td> <td>87,5</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Sem matrícula</td> <td>60</td> <td>03</td> <td>33,3</td> <td>02</td> <td>60</td> <td>3</td> <td>80</td> <td>04</td> </tr> </tbody> </table>											comunicação						%	N	%	N	%	N	%	N	Concluiu	66,6	22	53,6	22	22,9	8	71,4	25	Não concluiu	62,5	10	68,4	13	25	4	87,5	14	Sem matrícula	60	03	33,3	02	60	3	80	04	grupos amostral. Concluindo que o PMM não atua no empoderamento da mulher na dimensão legal/política.
			comunicação																																																			
	%	N	%	N	%	N	%	N																																														
Concluiu	66,6	22	53,6	22	22,9	8	71,4	25																																														
Não concluiu	62,5	10	68,4	13	25	4	87,5	14																																														
Sem matrícula	60	03	33,3	02	60	3	80	04																																														
Psicológica	Melhorar as relações familiares e comunitárias.	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Grupo</th> <th colspan="2">Sempre investe em seu autodesenvolvimento</th> <th colspan="2">Reage a injustiças e busca seus direitos</th> </tr> <tr> <th>%</th> <th>N</th> <th>%</th> <th>N</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concluiu</td> <td>57,2</td> <td>20</td> <td>65,7</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>Não concluiu</td> <td>46,7</td> <td>07</td> <td>43,8</td> <td>07</td> </tr> <tr> <td>Sem matrícula</td> <td>40</td> <td>02</td> <td>20</td> <td>01</td> </tr> </tbody> </table>								Grupo	Sempre investe em seu autodesenvolvimento		Reage a injustiças e busca seus direitos		%	N	%	N	Concluiu	57,2	20	65,7	23	Não concluiu	46,7	07	43,8	07	Sem matrícula	40	02	20	01	Efeito positivo, pois a contribuição do PMM na dimensão psicológica, é demonstrada nos dados que proporcionalmente é maior o número de mulheres que investe em seu autodesenvolvimento e combate as injustiças é maior entre as beneficiárias do programa do que as que não efetuaram a matrícula. Assim o PMM, empodera as mulheres na dimensão psicológica.																				
Grupo	Sempre investe em seu autodesenvolvimento		Reage a injustiças e busca seus direitos																																																			
	%	N	%	N																																																		
Concluiu	57,2	20	65,7	23																																																		
Não concluiu	46,7	07	43,8	07																																																		
Sem matrícula	40	02	20	01																																																		

Elaboração própria a partir de Malhotra, Schuler e Boender (2002) e Brasil (2013), e análise dos dados fornecidos pelos questionários aplicados.

Vale salientar que como descrito no capítulo da metodologia, uma das limitações da pesquisa exploratória, foi o baixo índice de respostas coletadas pelo grupo de mulheres que não efetuaram a matrículas, seguida das que não concluíram. Por tanto para a análise das reflexões apresentadas, esse aspecto deve ser considerado devido a desproporcionalidade na construção das amostras. E que se fosse possível, seria recomendado a ampliação dessas amostras dando-lhe a proporcionalidade equiparada nos três grupos, onde poderíamos nos aproximar de conclusões que pudessem melhor representar esses grupos.

## 6.2 DADOS E ANÁLISE QUALITATIVA

Para a coleta de dados qualitativos, conforme descrito no capítulo metodologia, foi utilizado o instrumento entrevista em profundidade. Para a sistematização dessa análise, serão considerados os quadros 06 e 07 os quais apresentam categorias, subcategorias e codificações de elementos a serem analisados, além da análise dos objetivos do PMM comparativamente com os discursos observados nas entrevistas. A análise irá transcorrer diante das percepções das entrevistadas sobre temas que abordam as cinco dimensões preconizadas por Malhotra, Schuler e Bonder (2002) para definir o empoderamento.

O grupo de mulheres entrevistadas foi definido a partir de sorteio entre as mulheres que responderam o questionário. Tendo como recorte a presença de duas mulheres de cada curso oferecido pelo PMM. Assim, foram realizadas entrevistas com duas mulheres de cada curso (Desenho Mecânico, Turismo Receptivo, Empreendedorismo e Perfumaria e Essências). Foram cursos de qualificação profissional onde cada um tinha 160h. As entrevistadas apresentavam o perfil descrito no quadro 9:

Quadro 9 - Perfil das entrevistadas

Entrevistadas	Curso	Trabalha	Estado civil	Raça/etnia
M 1	Perfumaria e essências	Sim (informal)	Casada	Branca
M 2	Desenho mecânico	Sim (formal)	Solteira	Parda
M 3	Turismo receptivo	Sim (informal)	Solteira	Preta

M 4	Empreendedorismo	Não	Solteira	Parda
M 5	Empreendedorismo	Não	Solteira	Parda
M 6	Perfumaria e essências	Não	Casada	Parda
M 7	Turismo receptivo	Sim (informal)	Casada	Branca
M 8	Desenho mecânico	Não	Casada	Indígena

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas

Durante a entrevista foi percebido que a participação no curso do PMM, foi uma experiência positiva, na medida em que temos relatos como:

“[...]a gente aprendeu bastante com o curso e acho que era isso que motivava a gente a ir.” (M3)

“Eu sempre gostei de estudar, sempre gostei. Então eu achei muito interessante, eu acho que, assim... modesta a parte, eu acho que era umas das que era mais empolgada que tinha. Eu não via as outras assim, sei lá, eu não via tanta empolgação das outras como eu via em mim. Eu não sei porque eu gosto de aprender coisas novas, eu gosto muito.” (M7)

Sobre as aulas, elas reconheceram a qualificação dos professores e sua interação junto à turma:

“É, os professores que ensinavam muito bem. Passavam todo o conteúdo, excelente porque foi em 2014 e pra lembrar entendi muita coisa.” (M5)

“Era umas aulas muito dinâmicas, o modo como os professores passavam as aulas, muito bom, gostei muito, eu como sou uma pessoa assim dinâmica... eu gostei muito de pessoas assim que trata de assuntos de uma forma clara dinâmica e de fácil acesso.” (M7)

Aspectos quanto à participação e atuação no curso foram questionados, como uma forma de iniciar a entrevista e introduzir assuntos que levaria a análise de aspectos referentes às dimensões para o processo de empoderamento, em que para essas dimensões foram atribuídas categorias e subcategorias para melhor sistematização dos dados.

### 6.2.1 Dimensão econômica

Iniciaremos com a dimensão econômica, onde foram realizadas perguntas sobre as categorias de renda, onde indica como a renda é composta e se tem a participação da mulher beneficiária do PMM, para essa categoria tivemos os seguintes relatos:

“Não, no momento não. Quer dizer, de carteira assinada não. Eu trabalho em casa, sou autônoma no caso né?” (M1)

“É composto por 2 salários mínimos, o meu e o da minha filha.” (M2)

Nessa categoria, as quatro mulheres que trabalham apenas uma tem emprego formal, as demais estão na informalidade do mundo do trabalho. E quatro das mulheres, não trabalham sendo a principal renda de três mulheres oriunda de seu cônjuge e uma depende de benefício do governo.

Na categoria sobre o controle quanto à decisão de utilização dos recursos familiares, que se refere se há ou não a participação das mulheres sobre a decisão quanto à utilização dos recursos da família, as mulheres relataram que:

“Os dois. Eu e meu cônjuge.” (M6)

“A gente pega a renda e vê o que precisa aqui, todo mundo num consenso só. Não tem aqui quem decide não, aqui é o consenso. O que tiver precisando a gente apoia.” (M1)

“Quem decide sou eu, por que sou ‘o cabeça’ da casa. Sou eu que decide tudo, decido o que vai gastar... onde é que a gente tem que investir mais, o que é que tem que reservar...” (M2)

“[...] cada um diz uma coisa, aí a gente vê o que precisa fazer e o que não precisa, e vai decidindo assim.” (M3)

Nessa categoria, percebemos a presença da participação da mulher na decisão de como a renda familiar será utilizada em alguns relatos, em outros percebemos ainda a prevalência da figura masculina como ator que decide, conforme os relatos seguintes:

“Meu esposo. Só que tem a minha participação também, minha opinião. Mas assim... a maior parte é decidida por ele, porque na realidade ele é o maior provedor. Então ele tem o poder de decidir.” (M8)

“Ele, painho.” (M5)

Sobre a aquisição de bens, todas relatam ter adquirido algum bem durante os anos, principalmente eletroeletrônicos como celulares e eletrodomésticos.

### 6.2.2 Dimensão sociocultural

A primeira categoria analisada nessa dimensão foram as mudanças de padrões do patriarcado, na perspectiva de analisar nos relatos se ocorreu ou não essas mudanças. Podendo ser evidenciado diante da percepção das mulheres entrevistadas sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho, ao serem questionadas se existem limitações por ser mulher, nessa categoria foram identificadas abordagens que perpetuam as tradições patriarcais.

“Acredito que sim. Por que essa questão de preconceito de gênero, essa questão de preconceito ainda não foi erradicada. E a gente tem muita dificuldade de entrar no mercado por conta de ser mulher, e aconteceu comigo.” (M2)

“Tem sim. Ainda tem. Mesmo que ela seja mais qualificada, para isso ela tem mais dificuldades para mulheres.” (M4)

“Dependendo da profissional né? Há um certo preconceito ainda. Não querendo tomar o papel do homem né? O homem tem seu papel como a mulher também tem. Porque até mesmo a gente é orientada desde pequena, nosso Deus diz que nós mulheres somos ajudadas, somos um complemento, mas enfim. Infelizmente falando em termos de trabalhistas existe sim um certo preconceito com relação ao trabalho. Coisa que não deveria ter, tem em questão de salário. Porque se a mulher exercer a mesma função do homem, tem órgãos, tem coisas que deixam o salário da mulher baixo, ela exercendo a mesma função do homem. Isso aí ao meu ver é um pouco injusto.” (M7)

“Infelizmente hoje em dia ainda existe esta limitação. Tem a questão salarial que é bem abaixo em relação aos homens, infelizmente.” (M8)

É interessante observar que nos relatos acima as mulheres reforçam ideais machistas, patriarcais quanto à “inferioridade” das mulheres e suas limitações, apesar de ter em seu discurso o fator contraditório ao analisar a situação como injusto. Das entrevistadas um relato sobre essa categoria se sobressai:

“Eu acho que limitações não. Assim, a gente tem outras fragilidades por ser mulher, mas limitações não. Quando a gente quer e determina que quer algo a gente busca, acho que não tem limitações não. Acho que quando a gente realmente quer a gente consegue.” (M3)

Na categoria sobre acesso a espaços sociais, nos relatos a principal característica de participação de eventos sociais, é a atuação junto aos membros da família. E que a limitação surge em função da falta de disponibilidade de recurso financeiro, que em algumas situações define o tipo de atividade a ser vivenciada.

“A questão do lazer, quando se tem oportunidade é uma praia, é um cinema, é um shopping, essas coisas assim.” (M1)

“Ah, lazer é bom né? Família tem que ter lazer, por mais que a economia seja apertada na vida a gente tem que promover o lazer. Principalmente dos filhos adolescentes, eu gosto das coisas que ele gosta que os pais também. Não pode só gostar do que gosta, e os filhos não. Não família, o lazer tem que ser em família, então a gente gosta muito de sair, ir ao cinema, shopping, ir assim numa praia, ir num rio, ir num lugar assim, mais tranquilo, voltado para a natureza. Gostamos muito.” (M7)

“[...] hoje em dia é muito restrito dizer que eu participo de alguma coisa, algum passeio, porque o dinheiro nunca dá pra você ir ao cinema, nem para fazer um passeio, uma viagem é muito restrito. Aí eu fico muito em casa, acho isso muito ruim, infelizmente.” (M2)

Apesar das limitações todas evidenciam a importância do momento de lazer e acesso a espaços públicos.

Como descrito, a educação é outra categoria que leva ao empoderamento, e o PMM em seus objetivos visa contribuir para a elevação da escolaridade. Observamos nos relatos a importância do PMM para a busca da escolaridade e incentivo a participar de outros eventos educativos:

“Eu tenho o segundo grau completo. Eu fiz o curso de desenho mecânico, fiz o curso de química industrial, o técnico lá no IF, eu pretendo fazer outros cursos. Agora no momento eu tô só estudando mesmo em casa para poder fazer o vestibular no final do ano. E sempre faço pré-vestibular, faço Enem, faço todos os anos, tento sempre entrar em alguma coisa pública né? Porque para pagar é mais complicado.” (M2)

“Sim continuei estudando, fiz outros cursos, continuei sempre buscando conhecimento.” (M3)

“Ensino médio completo, e técnico de enfermagem e tô fazendo graduação em enfermagem.” (M5)

Das oito mulheres entrevistadas, quatro delas continuaram estudando, e as outras quatro não deram continuidade aos estudos após o PMM.

### 6.2.3 Dimensão Familiar/pessoal

Essa dimensão está relacionada ao ambiente familiar e sua atuação. Tendo como uma de suas categorias aspectos sobre o controle da composição familiar, mais especificamente o número de filhos, em que cinco das oito pesquisadas têm filhos, podemos destacar que sua opinião em alguns casos foi preponderante, em outros o número de filhos foi determinado pelas circunstâncias vividas, quando perguntadas sobre quem decidiu sobre o número de filhos:

“Eu e meu cônjuge.” (M6)

“Em questão de número de filho, é... sempre, sempre que eu pensei em ter filhos eu botei na minha cabeça que seria dois como eu tive, e meus partos foram sempre complicados. Eu decidi que dois era mesmo o suficiente.” (M1)

“A vida... Eu não planejei nenhum dos dois, veio né?” (M7)

Na categoria sobre a tomada de decisões domésticas, a percepção das mulheres é de que existe um diálogo entre todos que moram na residência para decidir sobre as questões do cotidiano:

“Nós costumamos nos reunir em família e colocamos o assunto, o problema, a situação e cada um de nós dá a nossa opinião. Analisamos e chegamos a um consenso em comum. E a gente vê qual o melhor para a família.” (M7)

“As decisões são tomadas a partir do dinheiro que eu tenho em mãos, aí eu começo a fazer planos de como vai gastar, como vai ser distribuído. O que é mais emergencial, o que deixa de ser, então as contas que são mais emergenciais e as compras para passar o mês. E se sobrar e der para investir em outra coisa aí a gente investe. Mas nunca sobra.” (M2)

“É como eu disse, mais como uma junção de que precisamos mesmo comprar, aí vamos fazendo as coisas.” (M3)

“Todo mundo conversa, todos têm que concordar quem concorda e a gente faz.” (M5)

#### 6.2.4 Dimensão Legal/política

São analisados os discursos que reportam a percepção da garantia de direitos e representatividade, em especial ao tratar da categoria do exercício do direito do voto. As mulheres retrataram a importância de seu voto consciente:

“Ah! É muito importante com certeza. É... o meu voto também é importante, agora... eu tento sempre fazer consciente e ver qual benefício aquele político, aquele candidato vai trazer não só para mim, mas para todas as pessoas da sociedade. Porque todo mundo precisa de políticos decentes.” (M2)

“Com certeza, principalmente na situação em que o Brasil se encontra hoje né? acho que é muito importante a decisão da gente, pensar bastante antes de votar, porque a gente tem que pensar em quem a gente vota para nos representar. Dos que sejam realmente determinados a mudar, estão empenhados em mudar a realidade do Brasil. Por isso é muito importante a gente tem que pensar, vê que é realmente a pessoa o que é. Qual a importância... o que é que ele vai fazer pelo nosso Brasil, e não colocar qualquer pessoa só por que tem que votar não. A gente tem que realmente saber muito bem em quem a gente vai botar.” (M3)

Sobre a categoria do exercício ao direito do voto, uma das entrevistadas demonstrou falta de credibilidade, e desesperança no atual cenário político:

“Importante eu até acho, só que no mundo que a gente tá hoje, com tanta corrupção, com tanta, tanta falcatrua, a gente fica até insegura em questão de... em questão de voto. Meu voto é importante, até poderia ser, mas não me resume em nada, eu mesmo, se eu pudesse eu não votaria, mas a gente tem que votar. A gente é obrigado a votar, então assim, isso é uma coisa que a gente nem mais discutimos, não tem nem o que falar. É tanta corrupção, é tanta nojeira, é tanto que vai saindo um, entrando outro, e tudo fica do mesmo jeito. E o Brasil, cada vez pior, cada vez decadente, cada vez sem esperança, o povo agora tá sem esperança de nada. Então a gente, não adianta a gente falar de política. Política é uma coisa que deveria ser extinta do mundo.” (M1)

A segunda categoria que compõe a dimensão legal/política é a do entendimento de seus direitos que perpassa pelo entendimento de garantias de direitos e denúncias de justiça. Nessa categoria todas as entrevistadas demonstraram que buscam a manutenção de seus direitos:

“Veja, com os órgãos competentes, coisas que não posso resolver eu procuro ajuda, advogado, promotor, alguma coisa desse tipo.” (M4)

“Assim... quando eles são colocados à prova. Quando questiono os meus direitos, aí sim eu busco quando questionados.” (M7)

“Sim. Busco meus direitos para escolher o melhor para mim, porque se eu não buscar meus direitos daqui pra frente não vou ter o melhor né?” (M5)

“Acho que quando vejo meus direitos, acho que todo mundo tá buscando seus direitos. Mas, a todo momento eu busco meus direitos, desde que eu tenha direito eu sempre vou buscando.” (M3)

As denúncias de injustiças configuram-se como aspecto importante na construção do empoderamento, pois dimensiona a participação atuante do indivíduo na sociedade, de modo a poder influenciar o meio diante de sua ação. Nessa perspectiva foram observados os seguintes relatos, de como as mulheres entrevistadas reagem às injustiças:

“É... tem injustiça né? Sempre acontece como no caso que eu já falei, eu já sofri né? O preconceito foi na questão de quando eu saí do estaleiro atlântico

sul, a gente aqui também tem outro estaleiro que é o Vardo do Promar. Aí eu botei meu currículo lá com o intuito de voltar para a minha área né? Aí o que eu sempre escutava lá, é que lá não contratava mulheres. Só contratava homens. E eu queria voltar para a minha área né? Ser soldadora, eu trabalhei também com inspeção de solda, inspecionando solda. E com leitura de desenhos, como era o formato do navio, da plataforma. E lá, era sempre o que eu escutava, é que, só trabalhava homens, mulheres só trabalhava no RH. Eu até ainda procurei falar com alguém, ainda fui no ministério do trabalho falar com alguém, mas até agora eu nunca obtive...fiz algumas denúncias também, mas eu nunca obtive nenhuma resposta satisfatória da minha denúncia. Sempre disseram que tinha uma quantidade específica de mulheres e de homens. No entanto lá na produção só tinha homens trabalhando. E isso é injusto.” (M2)

“Se eu puder fazer alguma coisa com relação às injustiças pra melhorar a vida do outro com certeza eu vou expressar minha opinião.” (M6)

Concluindo a dimensão legal/política, está a categoria que trata do acesso aos serviços públicos. Analisamos essa categoria como elemento importante na garantia de direitos, senso de justiça e preservação da atuação cidadã. Na medida em que a mulher exerce seus direitos frente à garantia de serviços públicos básicos como o acesso a saúde. E quando questionado sobre a busca desse acesso elas relataram que:

“Tenho. Assim, escola pública no momento não, porque meus filhos já estão formados, tão com educação já formada, mas a questão dos postos de saúde, eu busco sim, sempre que eu posso.” (M1)

“Tenho. Aqui a gente tem acesso inclusive aqui perto de casa, a gente tem o PSF, a unidade do PSF que é do Bairro são Miguel, tem escolas, tenho acesso a pré-vestibulares, tem acesso a postos, a outros tipos de atendimento. Quando a gente precisa de algum exame específico, a gente tem como marcar. Mesmo que demore um pouquinho, tem como marcar. Tem especialista tem.” (M2)

#### 6.2.5 Dimensão Psicológica

A análise da dimensão psicológica perpassa pela percepção que a mulher tem de sua personalidade e controle de emoções e comportamentos, bem como o autoconhecimento e atuação frente aos conflitos do cotidiano, de modo a garantir sua expressão de opinião.

Para tanto, podemos verificar a influência do PMM para o desenvolvimento da autoestima, categoria que trata da motivação, emoções e sentimentos, conforme relatos:

“Após o curso o que mudou assim, foi a questão da autoestima né? Por que quando a gente pensa que não tem mais oportunidade né? De fazer um curso, de ter capacidade de fazer um curso... Eu aprendi que eu tenho, mesmo apesar da minha idade né? Eu era a mais velha da minha turma, eu achava assim né? Que era capaz de fazer, aí eu fiz, e... consegui concluir, a auto estima da gente que vai lá pra cima, fora as amizades que a gente faz né?” (M1)

“A forma de pensar, de raciocinar vendo as coisas com mais clareza.” (M4)

“Mudou com relação a novos horizontes, outras oportunidades, algo que eu poderia fazer a mais pra aumentar a renda familiar.” (M6)

“Mudar...? Acho que quando a gente faz um curso principalmente voltado para mulheres, a gente vai mais motivada, mais disposta a buscar as coisas para a gente né? Acho que foi essa questão da motivação.” (M3)

“Mudou sim, porque o que a gente aprende lá era uma área que eu não conhecia ainda, que era o desenho mecânico, e a partir daí foi uma coisa que só acrescentou no meu conhecimento.” (M8)

Na categoria do bem-estar, vai refletir sua percepção de vida melhor, algumas mulheres relacionaram a melhora de vida após o curso, principalmente na projeção para o futuro:

“Depois do curso é a questão que eu já te expliquei. A questão da autoestima, a questão da gente, é... ter a capacidade de ter o conhecimento de fazer novas amizades, ter um relacionamento aberto, é muito bom, foi muito bom, eu queria fazer de novo.” (M1)

“Aí você estuda, aí você pensa assim... se eu estudei, então eu mereço, é... então seria justo que eu ganhasse um salário melhor, para eu poder investir futuramente na minha capacitação, em alguns cursos, é... investir na minha casa, na minha família. Poder sair mais, passear, e investir na autoestima. Com certeza, eu gostaria muito, muito mesmo que melhorasse. Não só para mim,

mas para todas as mulheres que pensam, que querem crescer na vida, que pensam na família, nos filhos, e que tenham o intuito de se capacitar e contribuir né? Com a sociedade, com o Brasil, que nós mulheres merecemos sim.” (M2)

Por fim, a categoria combate a injustiças a qual demonstra a segurança ao atribuir opinião e de busca de direitos e reconhece a importância do debate de gênero, pode ser evidenciado também nos relatos das mulheres:

“...o IFPE deve investir nessa área com mulheres, mas, principalmente das mulheres que ficam tão excluídas de tudo, que ficam assim se achando..., muitas se acham até inútil, que não tem muita finalidade. Muitas ficam só em casa, no lar, para que elas possam se sentir... é... levantar a autoestima e vê que é delas também que pode partir o futuro do Brasil e pode ajudar na família e se profissionalizar né? Que é isso que todo mundo no fundo, no fundo quer.” (M2)

“[...] enriqueceu muito, deu muito a motivação para continuar, né? Para ver a questão da mulher na sociedade, realmente tem que buscar seus direitos, que a gente é capaz de fazer as coisas. E um dia alcançar o que a gente é capaz de fazer as coisas. E um dia alcançar o que a gente deseja. A gente teve muito conhecimento sobre a cultura da nossa cidade, do Cabo e Ipojuca. Então foi ótimo.” (M3)

#### 6.2.6 Quanto a percepção da contribuição do PMM pelas beneficiárias

Em relação a percepção das mulheres beneficiadas pelo PMM sobre o efeito da política, as entrevistadas reportaram a importância do programa em suas vidas e para a sociedade, é relevante observar que para elas o programa gerou impactos positivos.

“Foi muito importante, por que na época eu estava desempregada, tinha acabado de sair do estaleiro onde eu trabalhei por 4 anos como soldadora, depois trabalhei na P55 é uma plataforma e lá utilizava muito desenho mecânico, utilizava muito essa... e eu não tinha conhecimento, não tinha conhecimento. Aí eu disse, quando vi esse curso que era ideal para acrescentar no meu currículo e futuramente ter emprego na mesma área, que minha intenção era voltar para a área, eu podia ter muito mais conhecimento e enriquecer mais”. (M2)

“Eu queria dizer que o curso foi muito proveitoso, eu acredito que teve gente que trabalhou melhor né? Depois do curso, fez opção de trabalhar pra si

mesma e abrir seu próprio negócio, incentivou (...). Eu é... acrescentou muito apesar de eu não ter conseguido voltar para a área. Eu espero que a Mulheres Mil consiga novamente né? É... outros cursos, que isso venha a beneficiar outras pessoas.” (M2)

“Foi bastante importante, toda forma de conhecimento foi bastante importante, quanto mais a gente busca conhecer as coisas, melhor é para a nossa vida, para o nosso currículo. Então o curso foi muito importante sim. Enriqueceu bastante para a nossa vida, em questões de trabalho, essas coisas assim.” (M3)

“Sim, mudou muitas coisas, tivemos mais conhecimentos. Não só eu mais as outras pessoas também, através daquele curso a gente percebeu que a gente queria ser, a gente tipo e montar uma microempresa, ter mais conhecimento.” (M5)

“Eu amava. Eu sempre gostei de estudar, sempre gostei. Então eu achei muito interessante, eu acho que, assim... modesta a parte, eu acho que era umas das que era mais empolgada que tinha. Eu não via as outras assim, sei lá eu não via tanta empolgação das outras como eu via em mim. Eu não sei porque eu gosto de aprender coisas novas, eu gosto muito”. (M7)

Diante da exposição dos dados quantitativos e qualitativos, podemos nesse momento traçar análises quanto às dimensões que compõe o empoderamento segundo Malhotra, Schuler e Bonder (2002) com os objetivos traçados pelo Programa Mulheres Mil. E assim, estabelecer se as experiências oportunizadas pelo PMM contribuíram para o empoderamento das mulheres beneficiadas pelo programa.

É interessante observar que os relatos em algumas dimensões e categorias admitem códigos comuns em mais de um discurso, e que associado à análise de dados quantitativos obtidos através de questionário podem repercutir para o mesmo direcionamento, ou não.

Analisando a dimensão econômica nessa perspectiva, observamos que a maioria das mulheres que concluíram o curso desenvolve atividade econômica remunerada, fato que nos relatos existe um equilíbrio na amostra entrevistada, corroborando com um dos objetivos do PMM para essa dimensão, que é a melhoria da renda familiar. Da mesma forma que existe a presença significativa da atuação da mulher opinando sobre como será distribuída essa renda nas duas abordagens, atendendo outro objetivo do PMM que é a reduzir as disparidades entre

gênero. Apesar da opinião masculina em situações mais pontuais estão impostas de forma incisiva.

Na dimensão sociocultural, podemos notar que as mulheres que concluíram o curso apresentam o nível de escolaridade maior, fato que reflete o relato das entrevistadas quando questionadas sobre a continuidade dos estudos. Nessa dimensão, também é interessante observar a importância dada ao lazer e participação de atividades em grupo, em especial espaços religiosos, sendo um dos mais citados. É possível também observar o enfrentamento a aspectos patriarcais, em especial na esfera familiar a quanto à realização de tarefas e atribuições de responsabilidades a todos da família, mais um elemento que contribui para a equidade de gênero preconizada nos objetivos do PMM. Construindo o empoderamento na dimensão sociocultural.

Na dimensão familiar/interpessoal, percebemos que a mulher atua tanto no seio familiar em grupos, por ela escolhido, sem restrição pelo recorte de gênero. Contudo, a participação em atividades de lazer apresenta-se quase sempre acompanhada.

Na dimensão legal/política não conseguimos estabelecer uma estreita relação entre as categorias trilhadas a partir de Malhotra, Schuler e Bonder (2002) com os impactos propostos pelo PMM.

Na dimensão psicológica, ficou clara a relação entre os dados tanto quantitativos como qualitativos para expressar aspectos como autoestima e autoconfiança, bem como apresenta do senso de justiça e necessidade de garantias de direito.

Contudo, é importante refletir sobre as limitações da pesquisa exploratória que tem como principal elemento, a composição da amostra e a representatividade em termos percentuais dos três grupos atribuídos na pesquisa para a coleta de dados quantitativos. Onde as reflexões aqui apresentadas retratam os grupos das amostras, podendo não refletir a fidelidade de informações da população em questão.

Ressaltamos a necessidade de observar o conjunto de dados pesquisados tanto na abordagem quantitativa como na abordagem qualitativa.

Diante do exposto podemos concluir que o PMM não apresenta repercussão no empoderamento econômico e político/legal, mas empodera a mulher nas dimensões sociocultural, familiar/pessoal e psicológico.

## 7 RECOMENDAÇÕES AO PROGRAMA MULHERES MIL

Considerando a avaliação de impacto da política pública em questão, no caso o Programa Mulheres Mil, que visa o combate a disparidade de gênero essa pesquisa vem somar-se à algumas outras as quais se debruçam sobre esse tema. Lembrando que o programa tem abrangência nacional na medida em que é desenvolvida dentro dos institutos federais em todo o Brasil.

Na perspectiva de contribuir para o aprimoramento da política, em especial ao atendimento aos seus objetivos é pertinente inferir e evidenciar algumas recomendações que essa pesquisa pode propor ao desenho da política. Uma vez que diante da construção do empoderamento feminino – fenômeno essencial para a promoção da paridade entre os gêneros – foram evidenciados que tal empoderamento pode assumir dimensões as quais o PMM se propõe a atender. Compreendendo que o empoderamento é desenhado a partir de cinco dimensões, econômica, sociocultural, familiar/pessoal, legal/política e psicológica, foi constatado a partir das análises dos dados coletados, que o Programa Mulheres Mil atende três das cinco dimensões de empoderamento, sendo elas, a dimensão sociocultural, familiar/pessoal e psicológica. Contudo é necessário ampliar sua atuação nas outras duas dimensões, para que a mulher beneficiária da política possa desenvolver a construção de empoderamento em sua plenitude a partir das cinco dimensões preconizadas por Malhotra, Schuler e Bonder (2002) em pesquisas vinculadas ao Banco Mundial.

Para tanto, apresentamos as seguintes recomendações:

- a) Redesenhar a política ampliando as abordagens metodológicas de inclusão das temáticas voltadas aos aspectos econômicos e políticos;
- b) Incluir como componente curricular nos seus cursos de qualificação módulos em que sejam ampliados os debates sobre as políticas públicas, representatividade política e concepções legais;
- c) Estabelecer estratégias para a inserção das mulheres beneficiadas no mundo do trabalho a partir da qualificação proposta pelo programa;
- d) Ofertar cursos com articulação aos arranjos produtivos locais de forma mais eficiente;
- e) Incentivar o associativismo e cooperativismo com políticas de financiamentos de créditos específicos para esse público;
- f) Ampliar as possibilidades articulação para a continuidade de aprendizagem na qualificação iniciada.

As recomendações aqui traçadas foram construídas a luz de toda fundamentação teórica alinhada com os dados coletados no questionários e entrevistas apresentados na pesquisa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção da conclusão, é importante ressaltar o objetivo principal dessa pesquisa, que foi avaliar se o Programa Mulheres Mil contribuiu para o empoderamento de suas beneficiárias. A luz desse questionamento foram traçadas estratégias metodológicas fundamentadas no marco teórico em que a temática de empoderamento atua. Assim, com a abordagem de multimétodos alinhando a pesquisa quantitativa à qualitativa, foi possível tecer algumas reflexões pertinentes ao objeto de estudo.

Tal abordagem foi amparada pelo arcabouço teórico que identificou cinco dimensões para a construção do empoderamento, sendo elas: empoderamento econômico, empoderamento familiar/pessoal, empoderamento sociocultural, empoderamento legal/político e empoderamento psicológico.

Em resposta a pergunta: O programa mulheres mil contribui para o empoderamento? Tivemos as seguintes impressões, na abordagem quantitativa podemos concluir que não foi evidenciado a contribuição do PMM diante das dimensões econômica e político legal, apresentando assim o efeito neutro da política pública. Para a dimensão sociocultural, familiar/pessoal e psicológica foi sinalizado o efeito positivo sobre suas beneficiárias, sendo ratificadas pela análise dos dados qualitativos, indicando assim uma provável contribuição positiva do impacto da política pública no que se refere a duas dimensões de empoderamento, a sociocultural e a psicológica.

Contudo é pertinente considerar o número restrito em que o grupo amostral foi construído, em especial por terem ainda sido dividido em três grupos (mulheres que concluíram, não concluíram e as mulheres que não efetivaram a matrícula). Caracterizando esse aspecto como a principal limitação da pesquisa exploratória sendo apresentadas assimetrias na proporcionalidade dos grupos de amostra.

Entretanto, a pesquisa realizada contribui para a ampliação de estudos sobre a temática, em especial na avaliação de impacto de políticas públicas que visam a redução da disparidade de gênero.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas públicas sociais no Brasil**. Revista São Paulo em Perspectiva, 2004. P 17-28.

BAQUERO, Rute V. A. **Empoderamento: instrumento de emancipação social?** – Uma discussão conceitual. Revista Debates, v. 6, n. 1, 2012. P 173-187. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em 12 de out. de 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATISTA, Mariana; e DOMINGOS, Amanda. **Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impactos de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32 n° 94, junho 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294142017.pdf>>. Acesso em 18 de ago. de 2017.

BAUER, Martin W. (2015). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de: Pedrinho A. Guarreschi. Petrópolis: Vozes, 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. **Dispõe sobre o Programa Mulheres Mil**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jul. 2011. nº. 140. Seção 1, p. 38. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 21 de mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável: Programa Nacional**. Brasília: MEC. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8598-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8598-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 21 de mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei no 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Mulheres em situação de vulnerabilidade contam com 100 mil vagas em programa de capacitação**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/209-noticias/564834057/45451-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-contam-com-100-mil-vagas-em-programa-de-capacitacao>>. Acesso em 10 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Legal Programa Mulheres Mil**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<https://map.mec.gov.br/documents/23>>. Acesso em 25 de mar. de 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro, IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em 18 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Programa Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento Sustentável. Brasília: MEC, 2011.

\_\_\_\_\_. Planalto. **Ministros**. Presidência da República. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>>. Acesso em 13 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Parlamentares em exercício**. Disponível em <<http://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>>. Acesso em 20 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento social. **O Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em 14 de abr. de 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. BIB, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC -SP; Cenpec, 2001.

CEZAR, Bibiana G. S.; SCHERRER, Laura A.; CORSO, Kathiane B. **Empoderamento feminino na carreira de mulheres docentes: estudo em uma universidade federal do interior do Rio Grande do Sul**. Revista de Carreiras e Pessoas. São Paulo. Volume VII Número 01 - Jan/Fev/Mar/Abr 2017, PP. 440 – 455. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/32655/22581>>. Acesso em 18 de nov. de 2017.

CHOEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2013.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. IN: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre.

ETZIONI, Amitai. Mixedscanning: **Uma “terceira” abordagem de tomada de decisão** In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2009. Cap. 5.1 PP. 219 – 232.

FERREIRA, Silverli Márcia. **“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino** 119f. Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/18711/Dissertac%C3%A3o\\_Silverli.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/18711/Dissertac%C3%A3o_Silverli.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 16 de maio de 2017.

FIGUEIREDO, Dalson Brito, et. al. **Levando Gary King, a sério:** Desenhos de pesquisa em ciências políticas. Revista eletrônica de Ciências Políticas, v. 3, n. 1-2, p 86 – 117, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/29614/21569>>. Acesso em 22 de abr. de 2018.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; et. al. **Precisamos falar sobre métodos quantitativos em Ciência Política.** Revista Latinoamericana de Metodologia de la Investigacion Social. No11. Ano 6. p. 21-39, 2016. Disponível em: <<http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/143/218>>. Acesso em 22 de abr. de 2016.

FONSECA, Fernanda Pierangeli. **Associações e mulheres:** possibilidades de (re) construção identitária e empoderamento. Lavras, UFLA, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2316/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Associa%C3%A7%C3%B5es%20e%20mulheres.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2316/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Associa%C3%A7%C3%B5es%20e%20mulheres.pdf)>. Acesso em 12 de out. de 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em 22 de abr. de 2018.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento de mulheres.** Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/empoderamento\\_mulher.pdf](http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/empoderamento_mulher.pdf)>. Acesso em 12 de ago. de 2017.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The Global Gender Gap Report 2017.** Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf)>. Acesso em 10 de mar. de 2018.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª Ed. Editora Atlas. 2010.

GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Saúde e Sociedade. V13, n. 2, p 20-31, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03>>. Acesso em 30 de mar. de 2018.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Editora Record, Rio de Janeiro, 2004.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero:** divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. In: Análise, n. 7. Friedrich Ebert Stiftung. 2015. Disponível: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>>. Acesso em 06 de jun. de 2017

HIRATA, Helena; KERGOART, Daniele. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>> Acesso em 06 de jun. de 2017.

IFPE, **Institucional**. 2017. Disponível em: <<https://www.ifpe.edu.br/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em 22 de abr. de 2018.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. IN: ANTUNES, M; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate a pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 21-44. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em 12 de out. de 2017.

KINGDON, John W. (1995). **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). **Políticas Públicas** – Coletânea Volume 1. pp. 219-224.

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política da titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional**. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2012. Disponível em: <[http://uece.br/politicassuece/dmdocuments/denise\\_furtado.pdf](http://uece.br/politicassuece/dmdocuments/denise_furtado.pdf)>. Acessado em: 15 de abril de 2018.

LINDBLOM, Charles E. M. : **A ciência da decisão incremental**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2009. Cap. 5.1 PP. 161 – 180.

LISBOA, Teresa Kleba. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Luciene/Downloads/LISBOA\\_O+empoderamento+como+estrat%C3%A9gia+de+inclus%C3%A3o.pdf](file:///C:/Users/Luciene/Downloads/LISBOA_O+empoderamento+como+estrat%C3%A9gia+de+inclus%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 12 de out. de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e magistério: identidade, história e representação**. In: CATTANI, Denise et AL. (Org). **Docência, memória e gênero**. Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

LOWI, T. “Distribution, regulation, redistribution: the functions of government. In: **Public Politics and their Politicians**, W. W. Norton e Company inc. NY 1966.

MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. **Measuring Women’s Empowerment as a Variable in International Development**. Background Paper Prepared for the World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives. 2002. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095970750368/529763-1095970803335/malhotra.pdf>>. Acesso em 19 de nov. de 2017.

MELO, Marcus André. **Estado, governo e políticas públicas**. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970 - 1995)**, v. 3, Ciência Política. São Paulo e Brasília: Sumaré, ANPOCS, CAPES, 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

Organização das Nações Unidas. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. ONU, 2016 Disponível em: <

content/uploads/2016/04/cartilha\_ONU\_Mulheres\_Nov2017\_digital.pdf>. Acesso em 17 de jan. 2018.

PACHECO, Eliezer. **Institutos federais: Uma revolução na Educação Técnica e Profissional.** São Paulo, Ed. Moderna, 2011.

PIO, Carlos; PORTO, Mauro. Teoria política contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas. In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (Orgs). **O estudo da política: tópicos selecionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998. PP. 291 – 313.

PUTMAN, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 5ª Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ROMANO, J. O. **Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza.** IN: ANTUNES, M; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 9-20. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>. >. Acesso em 12 de outubro de 2017.

RONCARATTI, L. S. **Políticas Públicas.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2008.

SANTOS, Jéssica Gomes. “**Minha Casa Minha Vida**”: possibilidades de emancipação política para mulheres? Anais do II seminário nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. UFSC, Santa Catarina, 2017.

SELVATTY, Joyce de Sousa; MOREIRA, Nathalia Carvalho; BAETA, Odemir Vieira. **Empoderamento de Mulheres: Um Estudo No Women’s Center da Universidade De Minnesota (EUA).** IN: Revista NAU Social.v.3, n.5, p. 227-242 Nov 2012/Abr 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/240/207>>. Acesso em 18 de nov. de 2017.

STIGLER, G. J. **A teoria da regulação econômica.** PP 23-48, 2004

UNIRC - Centro Regional de Informações das Nações unidas. **Objetivos de desenvolvimento do milênio.** Organizações das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade/27667>>. Acesso em 31 de mar. 2018.

VENTURA. Magda Maria. **Estudo de Caso como modalidade de pesquisa.** Revista Pedagogia médica. 2007, p 383-386. Disponível em: <[file:///C:/Users/Luciene/Desktop/mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/material%20disserta%C3%A7%C3%A3o/setembro\\_outubro\\_O\\_Estudo\\_de\\_Caso\\_como\\_M.pdf](file:///C:/Users/Luciene/Desktop/mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/material%20disserta%C3%A7%C3%A3o/setembro_outubro_O_Estudo_de_Caso_como_M.pdf)>. Acesso em 22 de abr. de 2018.

VIEIRA, Gabriela Teixeira; ANDRADE, Carolina Riente; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MACHADO, Mirian Lúcia Jácome; CHEIB, Arthur Campos; ABREU, Bruno Valadares. A utilização da ideia de “empoderamento” em políticas públicas e ações da sociedade civil. **Cadernos de Gestão Social.** Salvador, UFBA, v2, n.1, p 135-148, set/dez 2009.

WILLIAMS, Priscila. **O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família**. Revista três [...] pontos. Belo Horizonte, UFMG, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/2658/2034>>. Acesso em 14 de abr. de 2018.

WINTER, Soren C. **Perspectivas de Implementação: Status e Reconsideração**. IN: Administração Pública Coletânea. Editora UNESP, ENAP, 2011. pp. 209-228.

## APÊNDICE A- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

### QUESTIONÁRIO SOBRE DIMENSÕES DE EMPODERAMENTO FEMININO

Prezada,

Bom dia/Boa tarde/, meu nome é (Sônia Maria da Silva) estou colaborando com a pesquisa da estudante Luciene Lira de Souza do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP) da Universidade Federal de Pernambuco. Você foi selecionada para participar de uma pesquisa que faz referência ao Programa Mulheres Mil do IFPE – Campus Ipojuca, no período 2012 e 2013. Todas as respostas seguem rigorosamente um caráter confidencial e anônimo (você não será identificada, ou seja, seu nome não será mencionado) as informações serão para fins de tratamento estatístico e, portanto, não existem respostas corretas; você pode não responder qualquer pergunta ou mesmo interromper a entrevista a qualquer momento. Lembro que sua participação é indispensável para o sucesso deste trabalho! Agradecemos desde já a sua colaboração.

Qualquer dúvida entrar em contato

E-mail: [lucienesouza@ipojuca.ifpe.edu.br](mailto:lucienesouza@ipojuca.ifpe.edu.br)

Cel.: 98817-8701

Código de Identificação:	
Curso:	( ) Turismo ( ) Perfumaria e essências ( ) Empreendedorismo ( ) Desenho Mecânico
Situação:	( ) não efetuou matrícula ( ) Concluiu o Curso ( ) Não concluiu o curso
Estado civil:	( ) Casada ( ) Divorciada ( ) União estável ( ) Separada ( ) Solteira ( ) outro _____
Número de filhos:	
Cidade:	
Idade:	
A sua cor ou raça é:	( ) Branca ( ) Preta ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena ( ) NS/NR

**Dimensões do empoderamento feminino – Econômica**

Q 1. Realiza alguma atividade que gera renda?

Sim  Não

Q 2. Se respondeu sim na pergunta anterior, responda:

tem carteira assinada ou contrato de trabalho  trabalho informal

Q3. Qual a renda mensal aproximada da sua família, ou seja, qual é a soma do rendimento de todos que moram com você?

- Menor que um salário mínimo  
 1 salário mínimo (R\$ 954,00)  
 Entre 1 a 2 salários mínimos (R\$ 955,00 a 1.908,00)  
 Entre 2 a 3 salários mínimos (R\$ 1.909,00 a 2.862,00)  
 Entre 3 a 5 salários mínimos (R\$ 2.863,00 a 4.770,00)  
 Mais de 5 salários Mínimos (maior que R\$ 4770,00)  
 NS/NR

Q4. Quantas pessoas moram em sua casa? (incluindo você)

- 2 pessoas  3 pessoas  4 pessoas  5 pessoas  6 pessoas  
 Mais de 6 pessoas  Mora sozinho

Q5. Mora em residência:

Própria  Alugada  Cedida

Q6. Quem é a pessoa que mais contribui na renda familiar?

- Você mesmo.  Cônjuge /Companheiro(a).  Pai.  Mãe  
 Outra pessoa. Qual parentesco? \_\_\_\_\_

Q7. Você participa da decisão de como será gasto a renda da família?

Sempre  Às vezes  Quase nunca  Nunca

**Dimensões do empoderamento feminino – Social cultural**

Q8. Qual sua escolaridade?

Ensino Fundamental Incompleto  Ensino Fundamental Completo  Ensino Médio incompleto  Ensino Médio Completo  Superior Incompleto  Superior Completo

Q9. Com que frequência você vai ao cinema?

Uma vez por ano  Duas vezes ao ano  Entre 3 e 5 vezes ao ano  
 Mais de 5 vezes ao ano  No último ano não foi ao cinema

Q10. Além dos estudos e trabalho e atividades domésticas, com quais atividades você mais ocupa seu tempo?

Leitura  Música  Teatro  Dança  Artesanato  Pintura  Cinema  
 Vídeo  Passeios  Esportes  Religião  Outros

Q11. Com que frequência você acessa as redes sociais (facebook, whatsapp, instagram...)

Diariamente  Semanalmente  Mensalmente  Não acessa

Q12. Quando participa de atividades de lazer e cultura fora de casa, você vai:

Sempre sozinha  Às vezes acompanhada  Sempre acompanhada  Não participa dessas atividades

Q13. As atividades domésticas são realizadas são:

Distribuídas por todos da residência  Apenas pelas mulheres da residência  
 Apenas uma pessoa da residência  Pela maioria das pessoas da residência  
 Por pessoa diferente dos que residem na moradia diante de pagamento do serviço

Q14. Você lê jornal?

Sempre  Às vezes  Quase nunca  Nunca

Q15. No último ano quantos livros você leu?

Nenhum  Um  Dois  Três  Mais de três

### **Dimensões do empoderamento feminino – Familiar/interpessoal**

Q16. Com que frequência sua opinião é respeitada no ambiente familiar?

Sempre       Às vezes       Nunca

Q17. Quem é responsável pela residência?

Pai     Mãe     Cônjuge     Você     Filho(a)     Outro \_\_\_\_\_

Q18. Você faz ou já fez uso de método contraceptivo (meios de evitar a gravidez)?

Sim       Não

Q19. Quem decide sobre o tipo de método contraceptivo?

Você     seu cônjuge     você e cônjuge juntos     Outro \_\_\_\_\_

### **Dimensões do empoderamento feminino – Legal/política**

Q20. É Beneficiária de algum programa social do Governo?

Sim       Não

Q21. Para a escolha dos candidatos para vereador, prefeito, deputados, senadores e presidente, você busca conhecer seus projetos da campanha eleitoral?

Sempre       Às vezes       Nunca

Q22. Para definir em quem vai votar, você:

Consulta a opinião de familiares     Consulta a opinião do cônjuge     Busca informações na tv e internet     Escolhe na hora de votar     Nenhuma das alternativas anteriores

Q23. Com que frequência você acessa os serviços de saúde?

Mensalmente     A cada dois meses     A cada 3 meses     A cada seis meses     Anual

Q24. Em que condições você acessa os serviços de saúde?

Em consultas de rotina/preventivas       Apenas quando sente-se doente

Q25. Participa de grupos (pode ser marcado mais de um)

Associação de moradores  Grupos religiosos  Grupo de mães  Outros:  
 \_\_\_\_\_  Não participa

Q26. Em caso de ser separada/divorciada ou mãe solteira, você recebe a pensão de seus filhos?

Sim, mensalmente  Sim, mas com atrasos  Não

Q27. Quando você quer saber de um assunto, como você busca informações?

Na TV ou rádio  Na Internet  Perguntando aos parentes  Perguntando a outras  
 pessoas  Lendo jornal  Outro \_\_\_\_\_

### **Dimensões – Psicológica**

Q28. Com que frequência dedica tempo diário para se cuidar?

Sempre  Às vezes  Raramente  Nunca

Q29. Investe em seu desenvolvimento pessoal?

Sempre  Às vezes  Raramente  Nunca

Q30. Sente-se insegura para demonstrar opiniões?

Sempre  Às vezes  Raramente  Nunca

Q31. Quando percebe uma injustiça, como reage?

Não reage  Reage e busca seus direitos  Reage discretamente, não insiste

Q32. Tem controle das situações do dia-a-dia?

Sempre  Às vezes  Raramente  Nunca

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

### Dados de identificação

**Título do Projeto:** POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Pesquisadora Responsável:** Luciene Lira de Souza

**Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:** Universidade Federal de Pernambuco

**Telefones para contato:** (81) 98817-8701

**Nome da voluntária:** \_\_\_\_\_ **RG** \_\_\_\_\_

Eu, Luciene Lira de Souza, responsável pela pesquisa “**POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**”, propomos-lhe fazer um convite para você participar como voluntária deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar a percepção das beneficiárias sobre o seu empoderamento após a participação no Programa Mulheres Mil implementado no IFPE no período 2012 a 2014.

Acreditamos que essa pesquisa seja importante porque tem o potencial de: (1) contribuir com a teoria de forma a subsidiar pesquisa científica em relação às políticas públicas e sobre o empoderamento feminino; (2) fornecer subsídios para a melhoria do programa e contribuir com os processos de tomada de decisão. Para a sua realização serão utilizados questionários com as beneficiárias do programa, das matriculadas mas que não concluíram e das que não efetuaram a matrícula no Programa Nacional Mulheres Mil de 2012 a 2014.

É preciso esclarecer que a **sua identidade** como voluntária participante da pesquisa será preservada. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, **não havendo identificação das voluntárias**, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

### Autorização:

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo da voluntária), após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e

que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

---

Assinatura da voluntária

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

---

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

## APÊNDICE C - ENTREVISTA- TÓPICO GUIA

### Abertura da entrevista:

Bom dia/Boa tarde, meu nome é (Sonia Maria da Silva) estou colaborando com a pesquisa da estudante Luciene Lira de Souza do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPp) da UFPE. Você foi selecionada para participar de uma pesquisa que faz referência ao Programa Mulheres Mil do IFPE – Campus Ipojuca no período 2012 e 2013.

Seguirei um roteiro, no entanto o mais importante é o seu depoimento. Não tem resposta certa ou errada, o que é importante é o que a senhora pensa ou acha sobre o tema. Vamos falar um pouco do curso do Programa Mulheres Mil – IFPE Campus Ipojuca, e alguns aspectos da sua vida.

A entrevista será gravada e seu nome será mantido em anonimato (seu nome não será mencionado).

- Para iniciar, a entrevista:

- Como ficou sabendo do curso?
- Como foi a inscrição, foi fácil o acesso?
- E as aulas, o que mais se destacava para você?
- O que você acho de estudar numa turma só de mulheres?
- Como você vê o papel da mulher no mercado de trabalho, você acha que tem limitações por ser mulher?
- Você gostava de ir para o IFPE estudar?
- O curso foi importante?
- Após o curso você percebeu que mudou algo em você?
- Após o curso do Programa Mulheres Mil, você continuou estudando?

Dimensões	Temas de análise
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Composição da renda familiar; Como é composta a renda da família?</li> <li>● Controle quanto a decisão de utilização dos recursos familiares; Quem decide como a renda da família será utilizada?</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acesso ao emprego; Está trabalhando?</li> <li>● Proprietária de bens; Ao longo dos anos você adquiriu algum bem, casa, trocou eletroeletrônico como celular, entre outras coisas?</li> <li>● Acesso a crédito. Você realiza as compras de casa?</li> </ul>
Socialcultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Mudanças de padrões do patriarcado; Como as decisões são tomadas em casa?</li> <li>● Acesso a espaços sociais; Quem mora com você? E o momento de lazer? Você gosta de sair? Tem algo que lhe impeça de sair e passear?</li> <li>● Atuação em grupos familiares e redes sociais; Você tem algum lugar que gosta de ir com mais frequência? Como espaços religiosos, associações, escolas, academia de ginástica, salão de beleza, grupo de amigos?</li> <li>● Acesso aos diversos níveis de educação. Você fez outros cursos? Qual sua escolaridade?</li> </ul>
Familiar/interpessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Controla aspectos da composição familiar, como número de filhos e escolha do cônjuge; Você tem filhos? Quem decide sobre o número de filhos?</li> <li>● Tomada de decisões domésticas. Sobre as coisas do dia-a-dia em casa, quem toma conta?</li> </ul>
Legal/política	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Exercício do direito de votar; Você acha importante as eleições e seu voto?</li> <li>● Entendimento de seus direitos; Você busca por seus direitos? Como?</li> <li>● Composição de grupos de interesse e pressão na esfera política em defesa de direitos;</li> <li>● Acesso a políticas públicas. Tem acesso aos postos de saúde, escolas, serviços públicos de modo geral?</li> </ul>
Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Autoestima;</li> <li>● Bem-estar; E a vida como tá? Pode melhorar?</li> <li>● Combate a injustiças. Se ocorrer algum tipo de injustiça com você ou se ver, como reage?</li> </ul>

Para finalizar, pedir para acrescentar algo sobre a sua vida e o curso.

**Fechamento:**

Muito obrigada pela tua participação. Os dados que foram fornecidos serão muito importantes para a pesquisa. Se necessitar de informação, estamos à sua disposição.

Qualquer dúvida entrar em contato

E-mail: [lucienesouza@ipojuca.ifpe.edu.br](mailto:lucienesouza@ipojuca.ifpe.edu.br)

Cel.: 98817-8701

## **APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - ENTREVISTA**

### **Dados de identificação**

**Título do Projeto:** POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Pesquisadora Responsável:** Luciene Lira de Souza

**Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:** Universidade Federal de Pernambuco

**Telefones para contato:** (81) 98817-8701

**Nome da voluntária:** \_\_\_\_\_ **RG** \_\_\_\_\_

Eu, Luciene Lira de Souza, responsável pela pesquisa “**POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES ATRAVÉS DO PROGRAMA MULHERES MIL - AÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**”, propomos-lhe fazer um convite para você participar como voluntária deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar a percepção das beneficiárias sobre o seu empoderamento após a participação no Programa Mulheres Mil implementado no IFPE no período 2012 a 2014.

Acreditamos que essa pesquisa seja importante porque tem o potencial de: (1) contribuir com a teoria de forma a subsidiar pesquisa científica em relação às políticas públicas e sobre o empoderamento feminino; (2) fornecer subsídios para a melhoria do programa e contribuir com os processos de tomada de decisão. Para a sua realização serão utilizadas **entrevistas semiestruturada** com as alunas egressas do Programa Nacional Mulheres Mil de 2012 a 2014.

É preciso esclarecer que a **sua identidade** como voluntária participante da pesquisa será preservada. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, **não havendo identificação das voluntárias**, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

### **Autorização:**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo da voluntária), após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito

estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

---

Assinatura da voluntária

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

---

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE